



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

**PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA CIENTÍFICA E
TECNOLÓGICA**

Glauco M. dos Santos

CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO MERCOSUL

Dissertação/Tese apresentada ao Instituto de
Geociências como parte dos requisitos para obtenção do
título de Mestre em Política Científica e Tecnológica

Orientador: Professor Doutor Jorge R. B. Tápia

Este exemplar corresponde
à redação final da tese defendida
por Glauco M. dos Santos
e aprovada pelo Orientador
em 25/06/98
Jorge R. B. Tápia
ORIENTADOR

CAMPINAS - SÃO PAULO

Junho - 1998

9818409
Sa59c

UNICAMP

IDADE	BC
CHAMADA:	FL 20
Ex.	50.59
MBD BC/	34981
DC.	395/98
C	☐
D	☒
ECO.	R\$ 11,00
TA	10/09/98
CPD	

CM-001160B9-1

FICHA CATALOGRAFICA ELABORADA
PELA BIBLIOTECA I.G. UNICAMP

Santos, Glauco Manuel dos
Sa59c Ciência e Tecnologia no MERCOSUL / Glauco Manuel
dos Santos. - Campinas, SP.: [s.n.], 1998.

Orientador: Jorge Ruben Biton Tapia
Dissertação (mestrado) Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Geociências

1. MERCOSUL. 2. Política Científica. 3. Integração
Econômica Internacional. 4. Relações Economia Internacionais.
5. América Latina - Relações Exteriores. I. Tapia, Jorge Ruben
Biton. II. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Geociências. III. Título.



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

**PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA CIENTÍFICA E
TECNOLÓGICA**

AUTOR: Glauco Manuel dos Santos

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: Ciência e Tecnologia no Mercosul

ORIENTADOR: Jorge Ruben Biton Tapia

CO-ORIENTADOR:

Aprovada em: ____/____/____

PRESIDENTE: Jorge Ruben Biton Tapia.

EXAMINADORES:

Prof.a. Dra. Maria Carolina Azevedo Ferreira de Souza;

Prof. Dr. Renato Peixoto Dagnino.

SUPLENTE:

Prof. Dr. André Furtado.

Campinas, de de

*Em memória do mestre de todos nós,
Amilcar Oscar Herrera.
(1920 – 1995)*

Agradecimentos

Para a realização deste trabalho pude contar, tanto no plano profissional, quanto no afetivo, com o apoio certo de muitas pessoas para as quais sinto-me feliz em render sinceros agradecimentos.

Em primeiro lugar, quero agradecer aos meus pais Arlindo e Maria e à minha esposa Zandra, meiga e paciente companheira, que, com seu temperamento dócil e idéias claras, me ensinou ter fé e perseverança.

Ao meu grande amigo e cúmplice Ricardo Buratini, com quem tenho compartilhado não só infortúnios e ansiedades típicos, mas, principalmente, esta vitória. À Maria Fernanda por seu carinho e aos demais amigos que contribuíram para amenizar, com sua solidariedade, o fardo do trabalho solitário de escrever: Daniela Ismael; Renata Miachon; Eduardo Nasi; João André e Flávia; Maria Clara e tantos outros.

Gostaria de manifestar minha gratidão para com os companheiros de curso Amilcar Davit, Hernán Thomas por suas sugestões e críticas relativas à definição do projeto. Sou especialmente grato, ainda, à Ana Lúcia Assad, pessoa dinâmica e solícita, que tantas e imprescindíveis portas me abriu. Agradeço à José Macedo Silva, Assessor da Secretaria de Tecnologia do Ministério da Ciência e Tecnologia, pelo acesso à documentação e pelos esclarecimentos sobre as atividades implementadas no âmbito da REC&T da qual é membro.

Agradeço pela informações gentilmente cedidas às divisões de Ciência e Tecnologia e Atos Institucionais ambas pertencentes ao Ministério das Relações Exteriores, ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Em tempo, sou grato à Gazeta Mercantil S.A. pela oportunidade de acesso aos arquivos sobre Mercosul.

Sou igualmente grato aos profissionais que mais diretamente contribuíram com seu trabalho para o aprimoramento e conclusão deste estudo: ao meu orientador, Prof. Jorge Tapia; aos membros da banca examinadora, os professores Renato Dagnino, Maria Carolina Leme, André Furtado, e; à Mariano Laplane e Fernando Sarti pelas oportunas e ponderadas sugestões e críticas. Finalmente gostaria de agradecer à senhora Isabel T. Gama Alves, membro do Ministério da Ciência e Tecnologia do Brasil pela prestimosa ajuda na obtenção dos resultados do projeto “Levantamento da Cooperação em C&T no Âmbito do Mercosul”.

À todos, muito obrigado.

Sumário

Lista de Siglas	viii
Lista de Abreviações	ix
Lista de Tabelas e Quadros Explicativos	x
Resumo	xi
Abstract	xii
 Introdução	 1
 1ª. Parte: o processo de Integração Subregional do Mercosul	 4
Capítulo 1: os primeiros passos da aproximação entre os governos argentino e brasileiro	
1.1 A transição rumo à um novo referencial político-diplomático bilateral (período 1979-85)	4
1.2 A transição democrática e o início da montagem do processo de integração (período 1985-89)	8
Capítulo 2: A consolidação do Mercosul	
2.1 A aceleração do processo de constituição da União Aduaneira: gestões Menem na Argentina e Fernando Collor no Brasil (período 1990-92)	20
2.2 A definição da Tarifa Externa Comum: governos Carlos S. Menem na Argentina e Itamar Franco no Brasil (período 1992-94).	28
2.3 Governos Menem na Argentina e Fernando H. Cardoso no Brasil (período 1995-96)	35
 Segunda Parte	
Capítulo 3: C&T no Processo de Integração	
3.1 Antecedentes da cooperação oficial em C&T entre a Argentina e Brasil (período 1980 à 1985)	44
3.2 Os acordos de cooperação científica e tecnológica do PICE (período 1986/89)	45
3.3 O abandono do PICE na transição para as gestões Collor e Menem	50

3.4 Ciência e Tecnologia no Mercosul (período 1990 à 1995)	53
Considerações Finais	77
Anexo: Quadros Explicativos	93
Referências Bibliográficas	106
Bibliografia	109

Lista de Siglas

- ACE - Acordo de Complementação Econômica
- ALCSA - Área de Livre Comércio Sul Americana
- BACEN - Banco Central
- BIRD - Banco Mundial
- CABBIO - Centro Argentino-Brasileiro de Biotecnologia
- CCM - Comissão de Comércio do Mercosul
- CECA- Comunidade Européia do Carvão e do Aço
- CEPAL - Comissão Econômica Para a América Latina
- CIM - Conselho Industrial do Mercosul
- CMC - Conselho do Mercado Comum
- CNIE - Comissão Nacional de Investigações Espaciais
- CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- CONICET - Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas
- CPC - Comissão Parlamentar Conjunta
- DMC-MRE - Divisão do Mercado Comum - Ministério das Relações exteriores
- EBAI - Escola Argentino-Brasileira de Informática
- FCES - Foro Consultivo Econômico-Social
- FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos S.A
- FMI - Fundo Monetário Internacional
- GMC - Grupo do Mercado Comum
- INPE - Instituto de Pesquisas Espaciais
- NAFTA - Acordo Norte-Americano de Livre Comércio

- OEA - Organização dos Estados Americanos
- OMC - Organização Mundial do Comércio
- PABI - Programa Argentino-Brasileiro de Informática
- PIB - Produto Interno Bruto
- PICE - Programa de Integração e Cooperação Econômica entre Argentina e Brasil
- REC&T - Reunião especializada de Ciência e Tecnologia
- SAM - Secretaria Administrativa do Mercosul
- SCCC - Sistema Comum de Contabilidade e Controle
- SECYT - Secretaria de Estado de Ciência e Técnica
- SGT - Subgrupo de Trabalho
- UNESCO -

Lista de Abreviações

- ET's - empresas transnacionais
- ONC&T - Órgão Nacional de C&T
- P&D -Pesquisa e Desenvolvimento
- RH - Recursos Humanos
- TA - Tratado de Assunção
- TEC - Tarifa Externa Comum
- TT - Transferência de Tecnologia
- URV - Unidade Real de Valor

Lista de Tabelas e Quadros Explicativos

- **Tabela 2.1**

Intercâmbio Bilateral Brasil - Argentina

- **Quadro 1.1**

Protocolos do PICE: distribuição por área

- **Quadro 2.1**

Mecanismos de Aceleração da Liberalização Comercial

- **Quadro 2.2**

Lista das Decisões Aprovadas no

- **Quadro 2.3**

6a. Reunião do CMC- Buenos Aires, 4 e 5 de agosto de 1994

- **Quadro 2.5**

Estrutura Institucional Básica

- **Quadro 3.1**

Cronograma de Las Leñas para o SGT-07

- **Quadro 3.2**

Atividades Definidas em Las Leñas para a REC&T



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA CIENTÍFICA E
TECNOLÓGICA

CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO MERCOSUL

RESUMO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Glauco M. dos Santos

O presente trabalho buscou identificar as experiências de cooperação científica e tecnológica, assim como a importância de tal campo ao longo do processo de integração sub-regional do Cone Sul. Tratou-se, portanto, de apontar os condicionantes impostos pela dinâmica do Mercosul às iniciativas de caráter oficial, através da reconstituição de ambos os processos (de integração e cooperação). Verificou-se, que durante a fase de gestação do Mercosul (1985–1990) diversos acordos de cooperação puderam ser firmados em função de sua importância diplomática e estratégica. Contudo, consolidado o bloco com a assinatura do Tratado de Assunção, assim como as medidas de ajuste e abertura locais que passaram a lhe dar sustentação, o sucesso alcançado no campo comercial não se refletiu no âmbito da cooperação científica e tecnológica. Condição fundamentalmente pelos interesses dos setores empresariais locais e pelos objetivos de política econômica, a agenda comum voltou-se, a partir dos governos Menem e Collor, exclusivamente para a regulação dos temas direta ou indiretamente associados à liberalização comercial. Com isto, o tratamento dos temas de ciência e tecnologia no âmbito do bloco tornou-se compatível com os cenários locais nos quais, desde a década de oitenta, prevalecia a opção pelos tradicionais mecanismos de transferência de tecnologia em detrimento do desenvolvimento de alternativas próprias. Neste sentido, a despeito da existência de um aparato institucional no Mercosul criado especificamente para estimular a cooperação científica e tecnológica, a descontinuidade das experiências iniciais e a total ausência de outras novas que pudessem ser creditadas ao surgimento do bloco, comprovam sua perda de *status* no processo de integração.

ABSTRACT

This work tried to identify the experiences of scientific and technological cooperation as well as the importance of this field along the integration process in the South Cone. Therefore it was a matter of pointing towards the terms imposed by the dynamics of the Mercosul to the official initiatives through the reconstitution of both the processes of cooperation and of integration. It was verified that during the South American Market gestation time (from 1985 to 1990) various agreements could be made because of its strategic and diplomatic importance. Nevertheless, once the economic block was consolidated with the signing of the Asuncion Treaty and the measures of adjustment and local opening that begun to sustain it, the success achieved in the commercial field didn't echo in the fields of scientific and technological cooperation. Conditioned fundamentally by the interests of local business and the objectives of the economical politics, the agenda turned to the regulation of themes directly or indirectly associated to commercial liberalization from the governments of Menem and Collor on. With that, the treatment given to the themes of science and technology in the scope of the block became compatible with the local scenarios in which prevailed since the 80's the traditional mechanisms of technology transferring as opposed to the development of new alternatives. In that sense despite the existence of an institutional apparatus created specifically to stimulate scientific and technological cooperation, the discontinuity of the initial experiences and the lack of new ones that could be credited to the new block, attest to it's loss of status in the integration process.

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo geral mapear o modo como os temas associados ao campo da ciência e tecnologia foram encaminhados ao longo do processo de integração sub-regional do Cone Sul. Mais especificamente, o estudo procura identificar os principais elementos condicionantes, impostos pela dinâmica do Mercosul, à cooperação oficial no âmbito federal, em tal campo¹. Parte-se da suposição de que a ascensão de governos com orientação abertamente neoliberal a partir de 1990, nos dois principais países-membros (Argentina e Brasil), representou, na prática, a explicitação do papel secundário ou marginal da política científica e tecnológica, nos cenários nacionais, e da cooperação no âmbito da integração.

A cooperação científica e tecnológica entre países em desenvolvimento, sobretudo no caso da América Latina, tem sido considerada um importante, necessário e principalmente viável instrumento para a capacitação tecnológica. Dentre outros motivos destaca-se, em primeiro lugar, a existência de distintos graus de competência e de complementaridade em setores intensivos em C&T. Em segundo, a possibilidade de criar a "massa crítica" necessária à melhoria do poder de barganha destes países nas negociações sobre transferência de tecnologia.

Apesar disto, as experiências de cooperação na América Latina ainda enfrentam problemas como a escassez de recursos, a ausência de instituições de planejamento e gestão de caráter supranacional, a falta de informações e canais eficientes de comunicação entre os participantes e, mesmo no caso das empresas caracterizadas como inovadoras, de acordo com Waiss, Testart e Buitelaar (1992), o baixo grau de participação dos setores produtivos. Tais dificuldades podem ser contornadas, ao menos parcialmente, na medida em que, o processo de formação de blocos econômicos, entre países com semelhante grau de desenvolvimento industrial, científico e tecnológico, tende a criar condições propícias ao estabelecimento de acordos de cooperação em setores complementares.

¹ O conceito de cooperação científica e tecnológica, aqui adotado, inclui iniciativas conjuntas para o estabelecimento de atividades na quais se incluem: a formação, capacitação e recuperação de recursos humanos; pesquisa pura e aplicada; desenvolvimento de novos produtos e processos; serviços; informações; emprego do conhecimento pelo setor produtivo; formulação de políticas de C&T; difusão de conhecimento, etc.

Este poderia ser o caso do Mercosul onde o objetivo de estabelecer acordos de cooperação científica e tecnológica esteve presente ao longo de todo o processo de integração. Neste sentido, é possível identificar dois momentos distintos nos quais o significado de seu papel se altera tanto em função da própria dinâmica assumida por tal processo, quanto do desmantelamento das políticas explícitas de C&T nacionais nos países da região a partir dos oitenta.

No primeiro, correspondente à fase de aproximação entre os governos argentino e brasileiro (no período 1985-89), a agenda política e diplomática, além da preocupação com os temas econômicos e comerciais, favoreceu a implementação de iniciativas, relativamente bem sucedidas, de cooperação no âmbito federal. Abriu-se assim, uma opção que se contrapunha, ainda que de forma bastante limitada, aos cenários locais. Dadas as características da dinâmica da integração, a estratégia adotada permitiu que se formasse uma “redoma de proteção” sobre o campo da C&T durante este curto período. Contudo, uma vez consolidado o processo (a partir de 1990), desaparece, a despeito da retórica oficial, a vontade política quanto ao campo da C&T que, desta forma, é relegado para segundo plano na agenda passando a alinhar-se com a tendência, no âmbito local, de abandono da busca de autonomia restrita na pesquisa e desenvolvimento de tecnologias próprias.

A primeira parte deste trabalho constitui-se um esforço de revisão do processo de constituição e consolidação do Mercosul, identificando alguns dos principais elementos que condicionaram e direcionaram a vontade política quanto à integração. Considerando que é da articulação dos interesses locais que tem dependido, em última instância, o ritmo e a amplitude do processo de integração, trata-se de retratar como as mudanças conjunturais nas esferas política e econômica nos dois principais países (Argentina e Brasil) afetaram o processo decisório dentro do Mercosul. Para isto, são utilizados os principais documentos oficiais, autores selecionados de acordo com sua contribuição para o entendimento da integração, bem como a reconstituição do debate através da revisão do material disponível na mídia impressa.

No capítulo 1 o objetivo é mostrar que em sua fase inicial, de caracter essencialmente político, o ambiente da integração foi propício ao estabelecimento de acordos

intergovernamentais de cooperação. O capítulo 2, por sua vez, procura enfatizar que a partir das gestões de Collor de Mello e Carlos Menem, o sucesso do processo, no que diz respeito ao aumento do intercâmbio comercial, exigiu que a agenda de negociações (a despeito da retórica oficial) se concentrasse na regulação dos temas relativos apenas a tal campo. Desta forma, o Mercosul tornou-se desfavorável a manutenção dos vínculos de cooperação estabelecidos previamente.

Assim, no capítulo 3, o objetivo é mapear, detalhadamente, quais foram as atividades realizadas, as instâncias envolvidas, bem como os resultados alcançados em termos da cooperação, estritamente na esfera das instituições públicas, entre os países do bloco. Deste modo, serão revisitadas as experiências da primeira etapa na qual foram firmados protocolos específicos de cooperação bilateral Argentina-Brasil nos chamados setores de tecnologia de ponta (tais como informática e biotecnologia) e examinadas as atividades desenvolvidas pela Reunião Especializada de Ciência e Tecnologia no âmbito do MERCOSUL através das atas de seus encontros.

No processo de consolidação do Mercosul, a priorização das questões econômicas e comerciais significou não só o deslocamento para segundo plano da preocupação com tal campo, mas também tornou remota a possibilidade de viabilizar a cooperação ao tentar transferir a responsabilidade por novas iniciativas para a esfera privada. Deste modo, se, no início da integração, tal área possuía importância do ponto de vista diplomático e estratégico, seu papel atual tende a limitar-se a estratégia de *marketing* político-diplomático do bloco.

1ª. Parte
O Processo de Integração do Mercosul

Capítulo 1

Os primeiros passos da aproximação entre os governos argentino e brasileiro

**1.1 A transição rumo à um novo referencial político-diplomático bilateral
(período 1979-85)**

O ponto de inflexão que marcou a aproximação entre a Argentina e o Brasil data de 19 de outubro de 1979, isto é, ainda durante a vigência dos regimes militares em ambos os países. Trata-se da assinatura do Acordo Tripartite Argentina-Brasil-Paraguai de Cooperação Técnico-Operativa entre as Usinas Hidroelétricas de Itaipu e Corpus. O objetivo de tal acordo foi o de acabar com a controvérsia gerada pela instalação da Usina hidroelétrica de Itaipu, pelos governos do Brasil e do Paraguai², que representava para as autoridades argentinas um obstáculo à ligação entre os portos de Buenos Aires e Rosário com o noroeste de seu território. Assim sendo, o acordo firmado, estabeleceu os princípios jurídicos destinados a preservar a navegabilidade da bacia do alto e médio Paraná, findando com isto a disputa pelo controle de uma região considerada estratégicas.

Do ponto de vista diplomático tal fato constitui-se como um marco na medida em que estabeleceu um canal concreto de diálogo entre ambas as Chancelarias. A atenuação da desconfiança recíproca em relação à tensão fronteiriça foi crucial para gerar condições favoráveis à ampliação do processo de aproximação (até então impensável), através da elaboração de novos e mais abrangentes acordos de interesse comum. Neste sentido, destacam-se as negociações intergovernamentais com o objetivo de estabelecer uma ampla agenda de compromisso envolvendo acordos de cooperação. No campo diplomático, em 1980 as Chancelarias de ambos os países concordaram em adotar o expediente de consultas políticas

² Para a análise dos fatores responsáveis pela formação do consenso entre os governos militares que culminou em tal acordo, ver Segre, Magdalena, *La cuestión Itaipú-Corpus. El punto de inflexión en las relaciones argentino - brasileñas*” Série de Documentos e Informes de Investigación N.º 93, setiembre 1990, Flacso/Argentina.

permanentes entre os respectivos Ministros das Relações Exteriores através do Memorandum de Entendimentos.

A melhoria das relações diplomáticas foi fundamental para o processo de integração e explica o papel destacado destas instâncias na sua condução durante todo ele. Através do aperfeiçoamento destas relações é que se garantiu o envolvimento e a manutenção do diálogo entre os dois governos no que diz respeito aos assuntos de interesse econômico da sub-região. Este esforço diplomático inicial culminou com a visita do presidente brasileiro João Baptista de Oliveira Figueiredo a Buenos Aires, em 17 maio de 1980. Durante o encontro foram firmados entre as duas nações os primeiros acordos de cooperação no campo da C&T. Tratam-se do Convênio para Cooperação Nuclear Argentino-Brasileiro e do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica.

O primeiro abrangia o treinamento de técnicos, troca de informações necessárias para a fabricação de componentes, proteção de material nuclear, exploração de urânio, segurança nuclear e o fornecimento de urânio enriquecido do Brasil para as instalações argentinas. Buscou-se ainda, através do Acordo sobre Desenvolvimento e a Aplicação para Usos Pacíficos da Energia Nuclear, estabelecer as bases para um posicionamento comum frente às pressões internacionais relativas ao uso da energia nuclear para fins bélicos.

O Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, por sua vez, destinava-se a estimular a colaboração entre instituições científicas de natureza acadêmica sob as formas de intercâmbio de informações e especialistas, criação de programas e projetos de P&D e criação ou uso compartilhado de instalações de pesquisa. O financiamento das atividades deveria ser efetuado através do aporte de verbas públicas, o que não excluía a possibilidade de participação de entidades privadas. Para acompanhar os acordos estabelecidos foi criada a Comissão Mista de Ciência e Tecnologia cujas funções eram considerar os temas acordados, examinar as atividades desenvolvidas e elaborar sugestões aos governos para seu aperfeiçoamento.

O Acordo determinou que a definição das entidades governamentais participantes deveria ser feita através dos Ajustes Complementares por meio dos quais seriam especificadas as áreas e demais detalhes dos programas e projetos. Assim em 15 de agosto de 1980, através de tais instrumentos foram incluídas no acordo inicial as áreas de comunicações, pesquisa agropecuária, reflorestamento e direito florestal, metrologia, normalização e controle de qualidade industrial e pesquisa científica e tecnológica³.

Em 1982, o diálogo diplomático entre os dois países alcançou uma súbita importância com o conflito armado desencadeado a partir da invasão, por parte das forças armadas argentinas, do arquipélago das Ilhas Falkland pertencentes a Inglaterra. Nesta ocasião a chancelaria brasileira se dispôs a prestar auxílio diplomático ao governo argentino na tentativa de solucionar a contenda. Tal fato é relevante pois se, durante o conflito, serviu para reforçar a confiança nos laços estabelecidos anteriormente, após seu término, com a derrota dos argentinos, acelerou o desgaste do regime militar na Argentina precipitando sua queda no ano seguinte (1983).⁴ A volta do sistema democrático, também no Brasil, dois anos depois (1985) somou-se ao novo cenário argentino para gerar um novo marco de convergência política necessário ao aprimoramento das relações entre os dois países e, portanto, para avanço do projeto integrador.

Cabe lembrar, ainda, que em 20 de outubro deste mesmo ano um novo Ajuste Complementar incluiu na cooperação bilateral no campo da C&T a área de atividades espaciais. Além deste, outros dois acordos foram realizados, um deles em 10 de outubro de 1984, para a incorporação da área de sanidade vegetal e, o último, em 30 de novembro de 1985, para a incluir no Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica a área de biotecnologia.

³ No qual o Governo brasileiro designou como entidade responsável pela execução do Ajuste Complementar o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e o Governo argentino a Secretaria de Estado de Ciência e Técnica (SECYT) e o Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas (CONICET).

⁴ Adicionalmente é bom recordar a assinatura da Declaração Conjunta de Paz e Amizade entre o Chile e a Argentina em 1984 que garantiu a segurança na região.

De acordo com o exposto, os principais avanços durante esta etapa preliminar de aproximação entre os dois governos, resultaram fundamentalmente da disposição política para substituir as imagens vigentes no âmbito militar fortemente arraigadas em um aguçado sentido de rivalidade e desconfiança de ambas as partes. Trataram-se de iniciativas destinadas a criar condições para o diálogo sobre temas de interesse comum no campo geopolítico.

Contudo, não se pode atribuir tais iniciativas a um eventual abandono da disputa pela hegemonia na América do Sul. Na realidade, a partir desta fase esta competição adquiriu um novo contorno no qual a perspectiva militar assentada sobre concepções próprias e anacrônicas de política-estratégica e segurança nacional foi progressivamente cedendo lugar aos temas mais estritamente relacionados ao campo político-econômico e das relações internacionais. De qualquer modo, pode-se afirmar que a mudança de referencial de ambos os lados foi de fundamental importância, pois do contrário o projeto integracionista permaneceria apenas no plano da retórica oficial.

No tocante à cooperação na área de energia nuclear, como visto, os canais abertos responderam à necessidade de promover um esforço conjunto para modificar a imagem de desconfiança, que prevalecia à época, na comunidade internacional e sua eventual reação quanto aos propósitos dos respectivos programas. Mas, além disto, a cooperação neste campo foi empregada no sentido de arrefecer a hipótese de eventual conflito direto vigente nos setores militares de cada país, cumprindo o papel instrumental de estabelecer canais concretos de comprometimento político entre os dois governos. Os demais acordos firmados neste campo buscando ampliar o escopo da cooperação, também podem ser interpretados deste ponto de vista. Assim sendo, é possível concluir que a dupla função política (no âmbito das relações bilaterais e internacionais) atribuída a cooperação neste campo, era parte fundamental da estratégia mais geral de aproximação traçada pelas respectivas Chancelarias, juntamente com os esforços no campo diplomático, destinada a criar canais de diálogo de natureza intergovernamental.

No cenário econômico, o fim da etapa de expansão, cujo auge havia se dado durante a década de setenta, e o advento da crise do padrão de financiamento com base no endividamento externo já no início dos oitenta fizeram com que as autoridades de ambos os lados se voltassem quase exclusivamente para os objetivos internos de estabilização. Isto,

porém, não impediu que o relacionamento bilateral fosse retomado sobre o marco do restabelecimento dos regimes democráticos tanto na Argentina quanto no Brasil, em 1985, que inaugurou uma fase de convergência das políticas externas e das medidas econômicas internas de cada país.

Veremos a seguir como se caracterizou este novo marco de convergência para estabelecer efetivamente as condições mínimas necessárias ao avanço e concretização daquilo que denominamos processo de integração do Cone Sul. Neste sentido, procuraremos enfatizar que nesta etapa a cooperação científica e tecnológica permaneceu tendo um papel destacado dentro das prioridades determinadas pela agenda bilateral.

1.2 A transição democrática e o início da montagem do processo de integração (período 1985-89)

A reversão do ciclo expansivo das economias centrais marcada pelas duas crises do petróleo (1973 e 1979) e pela política de valorização do dólar americano iniciada pelo Federal Reserve Board (o Banco Central dos EUA) conduziu, no início da década de oitenta, a maior parte dos países da América Latina a uma profunda recessão econômica. A moratória mexicana em 1982 tornou explícito o fato de que o padrão de financiamento que possibilitou o crescimento econômico na década de setenta havia se esgotado.

De fato, a elevada liquidez do mercado de moedas internacional, que havia garantido a manutenção do fluxo de capital, por empréstimo, necessário à consolidação das estruturas industriais de alguns destes países, cedeu lugar, nos países centrais, à implementação de medidas restritivas. Como resultado da elevação do custo destes empréstimos, os principais países da região passaram à condição de “exportadores líquidos de capital”. Os setores industriais, que em países como Brasil, eram responsáveis pela maior parte dos recursos tomados, ajustaram-se a partir da progressiva redução das captações e da utilização de mecanismos de transferência dos débitos contraídos para o setor público, processo denominado por Cruz (1984) estatização da dívida externa.

A elevação crônica dos déficits na balança de pagamentos nestes países acabou minando não só a capacidade de gasto dos estados locais, como também tornou-os reféns da necessidade de negociar novas condições de acesso à linhas de crédito destinadas ao financiamento dos juros devidos. Para os governos destes países isto representou a perda de graus de liberdade na condução da política econômica, que passou ser condicionada pelas difíceis negociações dos débitos atrasados junto aos organismos multilaterais (FMI e BIRD). Estes, procuraram vincular novos empréstimos à adoção de medidas restritivas destinadas a conter a demanda interna (sobretudo dos gastos públicos) e assim obter saldos positivos na balança comercial, capazes de gerar o montante de divisas suficientes para o pagamento dos encargos da dívida externa.

A crise econômica acabou agravando a instabilidade política e o desgaste da base de sustentação dos governos militares tanto no Brasil, quanto na Argentina (que já sofria as conseqüências da derrota militar diante da Inglaterra no conflito pela posse do arquipélago das Ilhas Malvinas). Desta forma, a atenção das autoridades voltou-se exclusivamente para os problemas internos e o avanço do diálogo bilateral acabou deixando de ser prioridade na agenda política. Além disto, por conta da urgência de gerar saldos comerciais elevados, ambos os países passaram a intensificar a utilização de mecanismos de natureza protecionista o que afastou ainda mais as possibilidades de negociar o processo de integração.

Com a queda dos regimes militares, a partir instalação dos governos de Raul Alfonsim na Argentina (1983) e José Sarney no Brasil (1985), teve início o novo marco de convergência entre os dois países. No plano político interno esta convergência se manifestou através do compromisso de restabelecer as instituições democráticas. Já no plano das políticas exteriores ambos coincidiam em relação à necessidade de reverter, junto à comunidade internacional, uma imagem que inspirava uma atitude cautelosa quanto às perspectivas de estabilidade política e econômica em seus países.

No que diz respeito às políticas econômicas locais, o principal desafio para os novos governos, no plano conjuntural, era efetuar um ajuste econômico capaz de estabilizar e reverter o crescimento dos índices de inflação. Contudo, sobre este problema pesava a dinâmica esquizofrênica das dívidas externa e interna do setor público, o que tornava urgente

estabelecer um novo perfil para as negociações, no qual o poder de barganha relativo de cada país fosse reforçado.

A já complexa tarefa de gerar saldos positivos no comércio internacional esbarrava, por outro lado, na tendência de reorganização dos principais mercados nos países centrais. Na percepção dos novos governos, isto indicava um acirramento das barreiras à entrada nestes mercados. Pesava nesta avaliação, sobretudo, a ameaça de isolamento para os países periféricos com a formação de grandes blocos de mercado entre países vizinhos de semelhante grau de desenvolvimento industrial.

Além disto, já no início da década de oitenta, sobretudo a partir da moratória mexicana (1982), uma nova imagem quanto padrão de atuação do estado na economia começara a se generalizar no âmbito das elites dirigentes dos países da América Latina. Com a crise do modelo de industrialização por substituição de importações as exigências quanto à revisão do papel de agente regulador exercido pelo estado são incorporadas, juntamente com outros pontos tais como a privatização e a abertura econômica, às agendas políticas nacionais.

Pode-se afirmar, em resumo, que diante da coincidência dos diagnósticos das transformações no cenário internacional e da convergência dos interesses políticos (consolidação da democracia), e econômicos (ajuste, crescimento e modernização das duas economias); o desafio comum de enfrentar a perda de importância relativa no comércio internacional e a normalização das relações bilaterais, forjada no período anterior, estabeleceram as bases do diálogo sobre a possibilidade de criar um bloco econômico na região.

Neste ponto vale a pena observar que existem diferentes modalidades de integração, quais sejam: as chamadas Áreas de Livre Comércio; as Uniões Alfandegárias, e; os Mercados Comuns. As primeiras tratam da redução das tarifas e barreiras não tarifárias entre os Estados participantes. Adicionando-se as mesmas uma tarifa externa comum formam-se, então, as Uniões Alfandegárias. A modalidade mais complexa, contudo, é o Mercado Comum no qual o escopo de cooperação, além dos assuntos relativos ao comércio regional e à livre circulação de "recursos", inclui ainda políticas públicas integradas em diferentes áreas.

O sucesso do modelo do Mercado Comum Europeu (atual União Européia) serviu de inspiração para os governos da Argentina e Brasil. A origem desta experiência remonta à criação da Comunidade Européia do Carvão e do Aço (CECA), entre 1950 e 1951, através do Memorandum Monet e do Plano Schuman. Trata-se, de um modelo no qual prevalece uma estrutura institucional e decisional de caráter supranacional, que alinha países em estágios avançados e mais ou menos homogêneos de desenvolvimento sócio-econômico.

Argumentava-se, ainda, em defesa do projeto, que a integração bilateral congregaria um PIB, na época, de aproximadamente 400 bilhões de dólares e um mercado ampliado com cerca de 60 milhões de consumidores para produtos sofisticados e outros 100 milhões para produtos tradicionais. Por outro lado, o projeto contribuiria para a formação de uma nova imagem internacional, na medida em que reforçasse as políticas implementadas na esfera local.

O primeiro passo efetivo na direção da integração bilateral foi dado com a assinatura da Declaração de Iguaçu pelos mandatários do Brasil e da Argentina, em 30 de Novembro de 1985. O documento definiu o contorno político e a amplitude do processo de integração destacando a melhoria das relações bilaterais e a importância da restauração do sistema democrático como elementos chave para a ampliação da cooperação. Além disto, explicitou a percepção, compartilhada por ambos os lados, de que diante do recrudescimento da concorrência no cenário internacional e, portanto, do risco de perda de suas posições relativas, fazia-se necessária e urgente a defesa conjunta de interesses através da integração econômica.

Durante o período que se seguiu à assinatura da Declaração de Iguaçu, a condução das negociações foi entregue às Chancelarias em função de suas atribuições profissionais e decisórias. Tais instâncias, além de intermediar o diálogo entre os governos, elaboraram e acompanharam a implementação da estratégia setorial. Seu papel, portanto, consistia em administrar o processo a partir da compatibilização entre os interesses globais da

integração e a dinâmica setorial no plano nacional. Tais instâncias, enfim formam, e modificam o ambiente político-institucional da integração.⁵

Para assegurar a vontade política e, portanto, garantir a não interrupção do processo, a estratégia escolhida baseava-se em negociações intergovernamentais permanentes e na utilização de um sistema decisório flexível e consensual. Tratava-se, deste modo, de buscar a integração onde e como ela era possível, postergando o debate sobre questões mais complexas que pudessem retardar o avanço até a consolidação da iniciativa, como por exemplo, a coordenação das políticas econômicas.

É neste sentido que a construção do consenso político mínimo necessário exigiu dos negociadores uma postura pragmática. O sucesso nesta empreitada dependia fundamentalmente do esforço para preservar tanto a confiança recíproca, quanto o grau de liberdade necessário à condução das respectivas políticas econômicas locais, numa palavra: sua autonomia.

A partir do exposto, pode-se afirmar que a natureza política e o caráter defensivo do diagnóstico da iniciativa, portanto, devem ser considerados como elementos fundamentais da estratégia de integração em sua etapa de gestação. A presença de freqüentes referências à “*autonomia*” enquanto objetivo desejado pode ser identificada, tanto no plano do discurso diplomático, quanto nos instrumentos firmados nesta etapa. Tal fato sugere a existência da preocupação, no plano político, com a proteção e o desenvolvimento de setores considerados estratégicos para a capacitação produtiva e tecnológica frente às barreiras competitivas impostas pelos países mais industrializados.

Além disto, diante do fracasso das experiências⁶ de integração levadas a cabo na região durante as décadas de sessenta e setenta, o grau de incerteza quanto ao sucesso dos

⁵ De acordo com Hirst (1990), no caso brasileiro contribuiu para isto a especialização em assuntos econômicos e comerciais por um lado, e a criação de uma “ponte” de ligação com a Presidência da República por outro. No caso da Argentina, a vontade política encontrou apoio também junto aos tradicionais seguidores exportadores que vislumbravam na liberalização comercial um canal de acesso privilegiado ao mercado interno brasileiro.

⁶ Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) criada em 1960 e que mais tarde, em 1981, passou a ser denominada Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), Mercado Comum Centro-Americano (MCCA) em 1961, Área de Livre Comércio do Caribe (ALCC) fundada em 1967, Grupo Andino

resultados, no que tange à defesa dos interesses locais, justifica, por outro lado, a prudência na elaboração da estratégia para sua condução. Trata-se, pois, de um conceito que deve ser entendido em seu sentido mais amplo, não apenas em relação a terceiros países, mas, sobretudo, quanto ao próprio projeto uma vez que a iniciativa era um gesto exclusivamente político que em sua origem não pode ser atribuído à demandas sociais concretas.

O avanço da integração (à semelhança do modelo europeu) naturalmente previa a concretização do objetivo de diminuição das barreiras à mobilidade dos fluxos de bens e capitais, bem como a adoção de políticas econômicas coordenadas que os viabilizassem. Da perspectiva dos setores produtivos de ambos os países, contudo, temia-se que isto pudesse afetar negativamente o ajuste modernizante exigido. Pelo lado argentino, a existência de fortes assimetrias sobretudo em relação às dotações de capital e tecnologia, além da distribuição dos ganhos de escala poderia, a partir da integração, conduzir à dependência em relação ao Brasil. Em outras palavras, sua resistência ao estreitamento das relações advinha da possibilidade concreta de que o aumento das importações de manufaturados brasileiros levasse à perda de fatias de mercado interno em importantes setores econômicos, aprofundando assim, ainda mais, tais desequilíbrios.

No Brasil prevalecia o desconhecimento e a opinião de que a integração pouco ou nada tinha a acrescentar dado o reduzido peso relativo do comércio bilateral⁷. Assim sendo, o atrelamento dos objetivos de política econômica ao equilíbrio das trocas bilaterais carecia de sentido prático. Uma tal vinculação representaria a perda de independência na gestão da economia no momento em que as exigências de estabilização e retomada de crescimento no âmbito interno se aguçavam.

Como a iniciativa desde o princípio visava exatamente a criar condições para o avanço dos negócios bilaterais, sem o apoio das classes empresariais a iniciativa certamente malograria, minando com isto a base de apoio aos governos locais por parte dos setores mais

fundado em 1969 e a Comunidade Caribenha (COMCARI) estabelecida em 1974 pelos países caribenhos. Para uma análise detalhada destas iniciativas consultar Mytelka (1994).

⁷ A exceção, neste caso, eram os produtores do setor de alimentos (principalmente o moageiro e de carne) dos estados da região sul do país, mais próximos da fronteira e sensíveis ao aumento das importações dos produtos argentinos considerados de qualidade superior.

afetados. Para contornar as resistências, os articuladores do processo deveriam ser não apenas cautelosos, mas sobretudo capazes de assegurar que a estratégia lavasse em consideração tais riscos e incorporasse os mecanismos necessários para, contorná-los.

Os negociadores procuraram, a partir disto, imprimir à lógica de funcionamento do processo assentada sobre um conjunto de princípios básicos de orientação. O primeiro deles, o da gradualidade, previa o estabelecimento de etapas anuais de definição, negociação e avaliação dos resultados obtidos. O segundo princípio pactuado visava a tornar o programa flexível de modo que, sempre que necessário, pudessem ser revistos e ajustados seu alcance, ritmo e objetivos. Por fim, pretendia-se que processo fosse equilibrado tanto da perspectiva dos negócios na esfera privada, quanto em relação às políticas econômicas locais.

Tratou-se de reconhecer a prioridade da defesa dos interesses locais em relação ao processo e, portanto, da necessidade de condicionar seu avanço às exigências de políticas econômicas autônomas. Esperava-se com a adoção de uma dinâmica gradual proporcionar o tempo necessário para dissipar a desconfiança e gerar interesse junto aos setores empresariais locais.

Conforme o discurso oficial o esforço iria “(...) *permitir a adaptação progressiva dos setores empresariais de cada Estado às novas condições de competitividade.*” (Mercosul: informações gerais e desenvolvimentos recentes. DMC-MRE). Como resultado, as negociações conduziram, em 29 de julho de 1986, à assinatura da Ata para Integração Argentino-Brasileira cujo objetivo, segundo seu texto, era estabelecer uma estratégia comum de crescimento e modernização.

Do ponto de vista operacional foi criado o Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE), composto originariamente por um conjunto de doze Protocolos que, de acordo com a retórica oficial, deveriam assegurar um intercâmbio comercial intra-setorial equilibrado, como forma de impedir a especialização das economias. Entre 1985 e 1989 foram assinados, no âmbito do PICE, um total de vinte e quatro protocolos, além de diversos anexos.

Para uma melhor visualização da distribuição dos Protocolos firmados por área, tomando como base a classificação sugerida por Hirst (1990), os documentos foram agrupados conforme o Quadro 1.1. Chama atenção desde logo o fato que além dos temas relativos ao comércio, o programa abrangia uma gama variada de áreas, quais sejam: ciência e tecnologia; infra-estrutura; econômico - financeira; planejamento e administração; outros. Esta amplitude ao mesmo tempo em que se encontra em concordância com o modelo inspirador, respondia também à necessidade de confirmar para ambos os governos o comprometimento elevado e duradouro necessário à sua continuidade.

Em que pese a falta de informações, pode-se observar, através do Quadro 1.2, que apesar de ter sido criado em um momento particularmente favorável de convergência de interesses, o programa apresentou um variado espectro de resultados no período que compreende a primeira etapa do processo de integração. Dentro do período enfocado destacam-se tanto em número, quanto por seu papel dentro do programa, os documentos inicialmente firmados relativos aos campos específicos de comércio e de ciência e tecnologia (os quais serão revistos oportunamente na segunda parte deste trabalho).

O grupo de documentos destinado a ampliação do intercâmbio comercial era composto inicialmente por quatro Protocolos de números 01 a 04, respectivamente: Bens de Capital; Trigo; Expansão do Comércio, e; Complementação de Abastecimento Alimentar (posteriormente, em abril de 1988, foram adicionados os Protocolos 21 Indústria Automotriz e 22 Indústria Alimentícia). Acordou-se que o programa deveria se articular entorno de um “setor chave”, o escolhido para cumprir tal função foi o de bens de capital. De acordo com Hirst (1990) os principais elementos que contaram para isto foram:

“la inexistencia de un sector primario que permitiera, en ambos países, un esquema de equilibrio intra-sectorial con efecto multiplicador; en el sector de bienes de capital, la utilización de tecnología intensiva y mano de obra especializada intensiva disminuiría las desventajas para Argentina en lo que se refiere a costos de producción; la utilización, en este sector, de tecnologías flexibles permitiría reducir la asimetría argentina frente a la escala de producción Industrial brasileña; y el predominio en este sector de pequeñas y medianas empresas formadas con capital nacional aseguraría mayor autonomía política en el montaje

del Programa. Por otra parte, se trataba de un sector que ofrecía innumerables posibilidades de inversión e investigación conjunta, además de representar un considerable efecto de arrastre sobre otros sectores de la economía.”

A principal meta dos acordos era reverter a assimetria histórica dentro do intercâmbio bilateral cujas características foram analisadas comparativamente por Carvalho (1991), a partir dos dados obtidos junto a CEPAL. De acordo com o autor, a participação da Argentina no total das importações brasileiras era pequena, em média aproximadamente 3% durante as décadas de setenta e oitenta. O mesmo podia ser dito quanto à participação nas exportações brasileiras que situava-se nos anos de 1989 e 1990 em, respectivamente, 2,1% e 2,0% sobre o total. Por outro lado, a presença brasileira nas importações da Argentina era bem maior anotando 12,5% em média durante os oitenta e cerca de 8% no caso das exportações daquele país para o Brasil.

A pauta do comércio entre os dois países se caracterizava, do lado argentino, pela exportação de alimentos (sobretudo do setor moageiro como no caso do trigo), bebidas e fumo, enquanto que do lado brasileiro pela concentração em produtos manufaturados onde se destacava o item bens de capital). Assim, a escolha de tais setores (trigo e bens de capital) correspondia ao perfil da composição da pauta de intercâmbio bilateral preexistente. O aproveitamento de vínculos anteriores não se constituía uma característica exclusiva dos acordos de ordem comercial pois como veremos também no âmbito da ciência e tecnologia tal expediente foi adotado com relativo sucesso. Do ponto de vista diplomático a cooperação científica e tecnológica representava um importante precedente no processo de aproximação bilateral, posto que se iniciara ainda durante a vigência dos governos militares.

Para reiterar a vontade política quanto à integração ambos os presidentes voltaram a se encontrar pouco tempo depois (10 de dezembro de 1986), em Brasília para assinar a Ata de Amizade Argentino-Brasileira: Paz, Democracia e Desenvolvimento. O documento explicitou pela primeira o objetivo de estabelecer uma estratégia comum de

crescimento e modernização, bem como a necessidade de *“potencializar a capacidade autônoma dos dois países”* (Ata para Integração Argentino-Brasileira, 1986)⁸.

O processo tornou-se irreversível, em 29 de novembro de 1988 em Buenos Aires, quando os dois governos firmaram o Tratado de Integração e Cooperação e Desenvolvimento, ratificado pelos Congressos Nacionais em 17 de agosto de 1989⁹. O instrumento comprometia ambos os governos a integrar os territórios do Brasil e da Argentina para criar um espaço econômico comum no prazo máximo de dez anos. O documento estabeleceu duas etapas de implementação e preservou os princípios de gradualismo, flexibilidade e equilíbrio.

Na primeira etapa, seriam removidos todos os obstáculos tarifários e não-tarifários ao intercâmbio de bens e serviços nos territórios dos dois países. Para lograr atingir tal objetivo foi empregado o chamado “Protocolo Adicional de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas no Período de 1962-1980” (ou Acordo n.o 01) firmado no âmbito da Aladi. Ainda nesta fase, deveria ser promovida a harmonização das políticas aduaneiras de comércio interno e externo, agrícola, industrial, de transportes e comunicações, incluindo também a área de ciência e tecnologia. Finalmente, previa-se a coordenação das políticas macroeconômicas através de acordos específicos aprovados pelo Poder Legislativo de ambos os países. Uma vez concluída esta etapa teria início, então, a que previa a *“harmonização gradual das demais políticas necessárias à formação do mercado comum”* (Tratado de Integração Cooperação e Desenvolvimento, 1988) utilizando de forma semelhante a negociação de acordos específicos sujeitos à posterior aprovação em nível local.

A estratégia previa, portanto, o emprego de medidas que destinadas a pressionar os setores selecionados pela via concorrencial e, ao mesmo tempo, de estímulo à

⁸ Além disto, tratou-se de precisar o conteúdo dos Protocolos iniciais, com a assinatura de vários anexos e de ampliar o escopo do PICE adicionando a ele os Protocolos de números 13 a 17.

⁹ Os demais Protocolos (de números 18 a 24) e Anexos do programa foram assinados entre julho de 1987 e agosto de 1989.

competitividade¹⁰. Deste modo, o objetivo de modernização poderia ser atingido através de uma liberalização gradual e seletiva dos fluxos comerciais em setores complementares. A competitividade, por sua vez, seria viabilizada através do esforço de aproximação e posteriormente de elaboração de políticas comuns nas quais se insere a implementação de iniciativas de cooperação científica e tecnológica, regidas pelo princípio da autonomia estratégica, na esfera pública e em setores de ponta.

Deve-se observar, contudo, que isto já não encontrava eco nos cenários políticos nacionais nos quais consolidava-se a imagem na qual era não apenas necessário, mas também urgente, rever a forte presença do estado nas economias locais. Assim mesmo, a cooperação em C&T tornou-se possível, naquele momento, graças estratégia diplomática que, buscando consolidar e ampliar os vínculos e a confiança entre as esferas governamentais de ambos os países, incluiu tal campo em função da relativa facilidade técnica e organizacional exigida para troca de *expertises* entre cientistas e pesquisadores, e do apoio que atividades desta natureza costumam receber, não só dentro das respectivas comunidades científicas, mas também da sociedade em geral.

Claro está que o limite da disposição política quanto ao avanço do projeto integrador era a liberdade na formulação e implementação de políticas voltadas aos interesses nacionais. Segundo a avaliação de Hirst (1990), o processo inicialmente acabou sendo fortalecido pela implementação dos planos de estabilização de preços (Austral na Argentina e Cruzado no Brasil) durante o ano de 1986. As medidas estimularam o aumento do intercâmbio comercial e, ao mesmo tempo, contribuíram para assegurar a necessária credibilidade a ambos os governos.

Assim sendo, mudanças bruscas de orientação em tais políticas invariável e rapidamente trariam impactos, maiores ou menores de acordo com sua amplitude, sobre o ritmo e a abrangência da integração bilateral. Isto ocorreu entre 1987 e 1989, quando o

¹⁰ Tal diferenciação, aqui adotada no âmbito da integração, baseia-se nos conceitos de “política de competição” e “política de competitividade” empregados por Erber (1992) em sua análise da “Política Industrial e de Comércio Exterior” do governo Collor. O primeiro entendido como a atuação de um governo para forçar a competição entre as empresas (mediante desregulamentação, abertura, privatização, etc.), e o último como sendo as medidas de estímulo às mesmas (tais como créditos públicos e incentivos fiscais para investimentos do setor privado em tecnologia, etc.).

cenário político-econômico em ambos os países sofre uma reversão marcada pelo fracasso dos respectivos planos econômicos e pela implementação de medidas de caráter restritivo. Se do ponto de vista econômico tais medidas acabaram por inibir as importações em ambos, pelo lado político o aguçamento da crise minou o apoio interno dado aos respectivos governos e generalizou a opinião de que reformas profundas se faziam necessárias.

A estratégia elaborada teve que ser abandonada antes mesmo de ser implementada uma vez que a integração havia passado para o segundo plano na agenda dos governos locais, comprometendo, assim, as metas estabelecidas e tornando a operacionalização do PICE mais difícil e lenta.¹¹ Os acordos de cooperação firmados em áreas inteiramente novas terminaram por sucumbir ante a paralisação do programa, enquanto que os relativos ao campo comercial tiveram sua continuidade assegurada. A cooperação científica e tecnológica, embora não tenha sido completamente abandonada, assumiu um papel abertamente secundário e marginal dentro do projeto de integração.

No capítulo 2 será abordada a situação que se configura, a partir dos governos posteriores, quando o projeto de integração sub-regional assume um novo contorno em resposta à reorientação das prioridades dentro das agendas locais. Seu objetivo é caracterizar e descrever a integração que se consolida a partir de um novo marco de sustentação no qual o Mercosul passa a representar interesses não apenas políticos e diplomáticos, mas também econômicos e, sobretudo, comerciais.

¹¹ A oposição em temas relevantes, como o do endividamento externo (com a moratória brasileira de um lado e o acordo da Argentina com o FMI de outro), serviu para agravar este cenário.

Capítulo 2

A consolidação do Mercosul

2.1 A aceleração do processo de constituição da União Aduaneira: gestões Menem na Argentina e Collor no Brasil (período 1990 - 1992).

O período que se seguiu à ascensão à presidência de Menem, na Argentina, e de Collor de Mello, no Brasil, foi marcado por importantes mudanças nos cenários político e econômico dos dois países. Estas transformações significaram para o projeto de integração sub-regional, de acordo com Hirst (1992), uma ruptura com sua dinâmica inicial em resposta às prioridades das agendas políticas locais e da estratégia adotada para implementá-las. Representou uma profunda modificação da estratégia adotada tanto no que diz respeito aos objetivos, quanto dos próprios instrumentos empregados.

O novo marco de aproximação firmou-se a partir da identidade entre os diagnósticos e objetivos dos novos governos diante do fracasso das políticas de estabilização econômica levadas a cabo nas gestões anteriores. Os novos presidentes enfatizavam em seu discurso a urgência de combater a inflação através da modernização das respectivas estruturas produtivas, o que só poderia ser viabilizado, por sua vez, através de um processo de abertura econômica. Para tanto, a estratégia deveria centrar-se na adoção de medidas destinadas a uma rápida e ampla abertura das economias locais como forma de impor um ajuste automático e semi-voluntário das respectivas estruturas industriais.

O “choque competitivo” obrigaria as empresas a adequar-se às condições da concorrência internacional. Mas, para que isto pudesse ocorrer, a retórica oficial sustentava que o papel do Estado na economia necessariamente deveria ser revisto. Além do ajuste das contas do setor público mediante a redução de gastos por conta de seus impactos inflacionários, preconizava-se a desregulamentação e um amplo processo de privatizações como caminho necessário para a estabilização econômica.

Foi neste contexto que o governo argentino através do seu ministério da economia sugeriu ao recém empossado presidente Fernando Collor de Mello a aceleração da

constituição do Mercosul através da antecipação, em cinco anos (isto é pela fixação da data em 01 janeiro de 1995) do prazo inicialmente previsto pelo Tratado de Integração Cooperação e Desenvolvimento. O compromisso, logo formalizado com a assinatura em julho¹² de 1990 da Ata de Buenos Aires (e seus Anexos I e II), recolocou o processo em debate dado o grau de dificuldade envolvido na tarefa, diante das grandes assimetrias entre os países, e principalmente das dificuldades impostas pela instabilidade econômica crônica à coordenação das políticas públicas locais. A decisão apressou as negociações, concluídas em agosto do mesmo ano, para a inclusão do Uruguai e do Paraguai no processo.

A nova estratégia foi articulada pelo Grupo do Mercado Comum (GMC), especialmente criado para este fim e composto por membros de ambas as Chancelarias, além de representantes das respectivas áreas econômicas. Como resultado, firmou-se o Acordo de Complementação Econômica N.º 14 (ACE 14 de dezembro de 1990)¹³ que ordenava a redução linear e automática das barreiras entre 01 de janeiro de 1991 e dezembro de 1994, período conhecido como “fase de transição”.¹⁴ Tratava-se, deste modo, do literal abandono do conjunto de princípios básicos (gradualidade, seletividade e equilíbrio) inicialmente pactuados.

Tal documento serviu de base para a elaboração do Tratado de Assunção (TA), assinado em 23 de Março de 1991 (os instrumentos empregados pelo acordo podem ser melhor visualizados através do Quadro 2.1), cujo objetivo era o de promover¹⁵ “(...) a livre circulação de bens e serviços e fatores produtivos através da eliminação dos direitos

12 Ainda em julho de 1990 foi assinada a Ata da Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL.

13 Pelo mesmo documento, acordou-se ainda que: todos os demais acordos para concessões comerciais negociadas anteriormente deveriam ser, a ele, incorporados; a margem mínima de desgravação 40%; as exceções pactuadas sofreriam uma redução da ordem de 20% ao ano, e o nível de preferências seria ampliado anualmente até o limite de 100% em dezembro de 1994.

14 Outros documentos assinados durante o período foram: O Tratado para o Estabelecimento do Estatuto das Empresas Binacionais em junho de 1990; a licitação para a construção da Ponte Santo Tomé - São Borja, e; diversos anexos aos protocolos firmados, entre eles a ampliação das lista de bens de capital, indústria automobilística, indústria nuclear.

15 Outros pontos estabelecidos foram, a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros assim como a coordenação de posições em foros econômicos e comerciais regionais e internacionais. O tratado previa, ainda, acordos setoriais destinados a “(...) otimizar a utilização e mobilidade dos fatores de produção e alcançar escalas operativas eficientes” (Tratado de Assunção)

alfandegários e restrições não tarifárias à circulação de mercadorias e de qualquer outra medida de efeito equivalente” (...) estabelecer mecanismos destinados à formação de uma Zona de Livre Comércio e de uma União Aduaneira na sub-região” (Tratado de Assunção, 1991).

Apesar desta mudança, o discurso oficial reconhecia que a continuidade do processo prosseguia dependente da existência de uma base de sustentação fundamentalmente de caráter nacional, já que *“A organização do Mercosul, prevista no Tratado de Assunção, fundamentou-se em uma concepção pragmática que, evitando criar órgãos comunitários no período de transição, previa a constituição de entidades intergovernamentais, cujas decisões seriam tomadas por consenso em reuniões periódicas entre autoridades homólogas dos Países-Membros.”* (Divisão do Mercado Comum - MRE).

Dado que o ritmo e a intensidade da implementação das medidas econômicas em ambos os países não foram homogêneos e dependeram das estruturas econômicas e composição das forças políticas locais¹⁶. A convergência não poderia ser considerada um processo instantâneo, nem tão pouco automático em função da orientação da integração na direção neoliberal. Isto ficou evidenciado pouco tempo após a assinatura do Tratado de Assunção, isto é em abril de 1991, quando o então ministro da economia Domingo Cavallo, para controlar a inflação, deu início ao Plano de Conversibilidade, que se baseava na apreciação da moeda local, o peso, através da adoção de uma paridade unitária à cotação do dólar americano.

A “âncora” desta paridade exigiu do Estado um grande esforço para gerar superávits fiscais. Para isto, o governo lançou mão de um ambicioso programa de privatizações, do aumento da arrecadação de impostos e da redução dos gastos do Estado, sobretudo, os de natureza social. Ao mesmo tempo implementou-se, também, um conjunto de

16 Conforme Hirst (1994) no Brasil o processo decisório demanda mais em termos de negociações entre os poderes executivo e legislativo dada a estrutura multipartidária e a divisão do poder que favorece alianças pragmáticas em relação a temas específicos. No caso argentino prevalece na maioria das vezes as decisões do poder executivo, dada a estrutura bipartidária e o enfraquecimento do poder de barganha dos setores empresariais e dos trabalhadores, com isto as reformas tendem a ser mais ágeis e consensuais do que no caso brasileiro.

medidas destinadas a ampliar o grau de abertura do mercado interno (desregulamentação da economia, redução das barreiras tarifárias em setores selecionados, como informática e bens de capital, etc.). Além disto, o congresso argentino aprovou o estabelecimento, através de emenda constitucional proposta pelo governo, de um limite legal para a emissão de moeda pelo Banco Central.

A expectativa das autoridades era de que se configurasse, somando-se a tais medidas o emprego de uma política monetária de corte restritivo, um cenário econômico favorável a atração dos capitais externos considerados necessários tanto ao financiamento da economia de modo geral, quanto para a própria sustentação do plano de estabilização. De acordo com dados oficiais do Ministério da Fazenda, o ajuste argentino possibilitou um crescimento acumulado do PIB da ordem de 25% entre 90/93 em função do aquecimento do mercado interno no caso dos setores mais dinâmicos da economia. Um exemplo disto, foi o não cumprimento das cotas de exportação de veículos para o Brasil (35 mil unidades com valor aproximado de US\$ 600 milhões), no âmbito do Protocolo 21 do setor automotriz¹⁷, em função do reaquecimento do mercado interno argentino a partir da estabilização econômica.

O aumento do volume das transações bilaterais desde o início do processo e, particularmente, a partir de 1991/92 (Tabela 2.1), tornou-se o principal argumento para exibir o êxito da integração, sobretudo no que diz respeito à participação da esfera privada. Entretanto, o efeito combinado da âncora fiscal e da abertura comercial produziram uma reversão do comportamento das trocas bilaterais e o saldo sustentado pela Argentina no período 1989-1991 passou a favorecer a economia brasileira a partir de 1992. Como resultado multiplicaram-se as queixas contra empresas brasileiras, relativas à existência de barreiras tarifárias e não tarifárias que contribuíam para a prática de *dumping*.¹⁸

¹⁷ O documento estabeleceu uma política de cotas anuais de trocas de veículos acabados e autopeças a partir de da elaboração de uma lista comum. Foi notória a dificuldade para se estabelecer um consenso nas negociações entre os setores de autopartes dos dois países em relação aos itens desta lista (ao contrário das montadoras).

¹⁸ Até o final de 1994 foram cerca de 46 denúncias das quais 22 foram consideradas pertinentes, os setores mais prejudicados da indústria argentina foram: siderúrgico; motores elétricos; papel e celulose. Dados obtidos a partir de matéria especial publicada pelos jornais Gazeta Mercantil e El Cronista de Buenos Aires em 31 de dezembro de 1994.

A partir disto, acirraram-se as pressões diplomáticas dos representantes argentinos no Mercosul no sentido de incorporar em sua agenda uma efetiva coordenação das políticas macroeconômicas. Para eles a política de desvalorização da moeda, levada a cabo pelo governo Collor para tornar mais competitivas as exportações brasileiras, somada à ineficácia das medidas de controle da inflação, constituíam-se importantes obstáculos ao projeto de revitalizar o dinamismo de sua economia a partir das exportações para o mercado brasileiro.

Contribuiu, também, para reforçar tais pressões o lançamento da chamada *Iniciativa das Américas*, pelo então presidente dos EUA George Bush, que previa negociações para a conformação de uma área de livre comércio abrangendo todo o continente americano. Isto permitiu que, paralelamente ao processo de integração sub-regional, o governo argentino buscasse ampliar o diálogo com o centro hegemônico com o objetivo de minimizar no plano internacional sua vinculação dependente em relação ao Brasil. A possibilidade de incluir países cujas políticas de ajuste eram consideradas “bem sucedidas” (como no caso do Chile) no bloco formado por tal país, Canada e México passou a ser utilizada, pela diplomacia argentina para tentar melhorar a posição argentina nas negociações intra-bloco.¹⁹

No plano do discurso, apesar das divergências, as autoridades procuraram apontar os resultados do comércio intra-Mercosul²⁰, visando com isto dissuadir os setores mais reticentes afetados pela assimetria das políticas econômicas locais. Por outro lado, a estratégia escolhida envolvia, também, a reafirmação da vontade política partir da adoção de medidas concretas para o cumprimento dos objetivos firmados em Assunção na tentativa de amenizar os impactos sobre a credibilidade do processo diante dos impasses surgidos, e do lento avanço nas demais áreas, caso da coordenação de políticas macroeconômicas e do virtual abandono das iniciativas de cooperação científica e tecnológica.

¹⁹ A partir disto, alguns membros do governo passaram a manifestar publicamente (embora extra-oficialmente), seu descontentamento com a instabilidade da economia brasileira, enfatizando que a hipótese de ingresso em outros blocos comerciais poderia eventualmente se dar em detrimento da permanência argentina no Mercosul.

²⁰ Segundo a avaliação de um ano da Assinatura do Tratado de Assunção (publicada pelo jornal Gazeta Mercantil em fevereiro de 1992), feita pelo então chefe do Departamento de Integração do Ministério das Relações Exteriores e Coordenador do Mercosul no GMC Rubens Barbosa embora em detrimento de outras áreas o crescimento do comércio, entre os quatro países, no período de 1990-1991 foi da ordem de 25%.

Se, por um lado, na primeira fase da integração o desafio era superar a falta de participação dos setores empresariais e, portanto, seu ceticismo e ausência no processo. Nesta, por outro lado, seu maior grau de envolvimento passou a exigir, como condição para a ampliação dos negócios, dinamismo na resolução das contendas ocasionadas pela aceleração do cronograma de desgravação tarifária. Contornar as dificuldades significava, portanto, manter e facilitar o envolvimento daqueles que investiam na sub-região, notadamente as grandes empresas multinacionais. Para tanto optou-se pela rápida elaboração de um detalhado cronograma geral de atividades que foi aprovado, já no segundo encontro do Conselho do Mercado Comum realizado na região do Vale de Las Leñas na Província de Mendoza, entre os dias 26 e 27 de junho de 1992 (a lista das Decisões aprovadas neste encontro pode ser visualizada através do Quadro 2.2).

No plano técnico-administrativo, o cronograma visava organizar as tarefas necessárias para o cumprimento das disposições do Tratado de Assunção e estabelecer os prazos para sua execução pelos subgrupos de trabalho. Ao mesmo tempo, no plano diplomático, o objetivo era dar a transparência necessária à formação de expectativas favoráveis ao processo no horizonte de cálculo empresarial. O fracasso da iniciativa contribuiria, diante da proximidade do período eleitoral nos dois principais países, para minar o apoio do empresariado aos candidatos da situação. Nas palavras do Sr. Rubens Barbosa:

“O cronograma de trabalho dará um grande sinal de seriedade dos governos e uma estabilidade nas negociações. Mostrara também que haverá continuidade nas negociações nos últimos dois anos e meio que faltam para a criação do Mercosul, período em que haverá eleições presidenciais na Argentina e no Brasil. Além disto será um sinal para os investidores privados de que os governos estão ratificando o compromisso de formação de um mercado comum e a irreversibilidade do processo.” (Gazeta Mercantil, 22 de junho de 1992)

Apesar do prosseguimento da indefinição a respeito dos temas considerados mais importantes e polêmicos (tais como as discussões sobre câmbio, impostos e moeda), a reiteração da vontade política procurou abranger outros campos, além da economia e do comércio, visando, com isto, por termo às dúvidas existentes quanto à definição do alcance do processo de integração. Assim, além do cronograma, a criação das Reuniões Especializadas de Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia, bem como o estabelecimento do Plano Trienal de

Educação²¹ durante o encontro devem ser compreendidos não como resposta à demandas locais, mas, na verdade, como um “gesto de boa vontade”. Ao mesmo tempo em que demonstrava cumprir, de modo meramente paliativo, o compromisso de constituir um espaço econômico mais amplo que uma zona de livre comércio; a estratégia, visava ganhar tempo enquanto na tentativa de encaminhar a solução das questões relevantes para a continuidade do apoio dos setores empresariais.

A estratégia, contudo, esbarrava em dificuldades de ordem conjuntural e estrutural. As primeiras, determinadas, principalmente, pelas diferenças no ritmo da implementação das políticas de ajuste locais (sobretudo no caso da Argentina onde tal ajuste havia exposto suas fragilidades mais rapidamente).

Dentre os tópicos previamente debatidos e aprovados durante o encontro apenas um deles não foi ratificado através de decisão do CMC, qual seja: a inclusão da chamada *cláusula democrática*²². Originalmente concebida durante a preparação do Tratado de Assunção, a cláusula acabou sendo descartada na redação final do acordo uma vez que à época tal ameaça configurava-se uma hipótese remota. Contudo, encaminhada pela Comissão Parlamentar Conjunta diretamente às Chancelarias a sugestão foi bem recebida pelos quatro mandatários em função dos graves acontecimentos no cenário político brasileiro envolvendo a esfera presidencial.

Tratava-se do aprofundamento das investigações sobre as denúncias de corrupção (levadas a cabo por uma Comissão Parlamentar de Inquérito), a partir do qual desencadeou-se uma aguda crise política, que culminou no afastamento, julgamento e finalmente na deposição (já no final de 1992) do presidente eleito. A rápida adesão pelos demais chefes de Estado, portanto, mais do que uma salvaguarda representava uma manifestação velada de apoio ao colega (senão em relação as acusações pelo menos quanto ao futuro do processo de integração). Entretanto, a sugestão acabou sendo descartada dado que o

²¹ Decidiu-se, ainda, que os países-membros passariam a atuar em bloco junto a Aladi mantendo liberdade para firmar acordos bilaterais desde que estes não implicassem em perdas para os demais parceiros.

²² Esta autorizava a exclusão automática do bloco de qualquer um dos Estados participantes na eventualidade de uma ruptura do sistema democrático, pelos demais membros, até seu pleno restabelecimento.

gesto poderia ser interpretado como casuismo prejudicando a credibilidade do processo. Em lugar disto, preferiu-se assumir uma atitude cautelosa o que acabou antecipando o descumprimento de muitas das atividades e prazos determinados pelo Cronograma de Las Leñas.

Em vinte e oito de setembro de 1992, assume interinamente o vice-presidente Itamar Franco com a função de conduzir o país durante a transição do poder até a realização de novas eleições presidenciais marcadas para 1994²³. Apesar de ter composto uma aliança vencedora, o novo presidente ao contrário de seu antecessor, cujo discurso de corte neoliberal se assentava sobre o condicionamento da modernização da economia à sua abertura, era um político cujas posições eram consideradas tradicionais e comprometidas com nacional desenvolvimentismo.

Temia-se a possibilidade de revisão dos parâmetros da política de ajuste entre as diretrizes do governo interino, em particular do ritmo da abertura comercial implementada pela gestão Collor, o que significaria, a ruptura do marco de convergência política do processo. Isto, por sua vez, traria impactos negativos sobre as economias dos demais parceiros (sobretudo no caso do Plano de Conversibilidade argentino). Assim a Chancelaria brasileira, procurou prevenir o risco de descontinuidade do processo de integração advertindo o presidente substituto que *“qualquer reversão no processo de integração sub-regional implicaria não só uma delicada agenda de renegociações a ser administrada no âmbito propriamente sub-regional, entre os governos dos quatro países e seus respectivos parlamentos nacionais, mas igualmente uma mudança política fundamental na agenda de diálogo político mantida no âmbito externo com nossos principais parceiros internacionais.”* (...) *“Não haverá a possibilidade de mudar o Tratado de Assunção ou seu anexo pertinente ao programa de liberalização comercial, cujo artigo 11º. também visa assegurar o cumprimento do cronograma de desgravação.”*²⁴

²³ Prazo limite previsto para o cumprimento das atividades acordadas em Las Leñas)

²⁴ Transcrição de um trecho do documento enviado ao presidente pelo Itamaraty feita pelo jornal Gazeta Mercantil em sua edição de 04 de setembro de 1992.

2.2 A Definição da Tarifa externa Comum: governos Menem na Argentina e Itamar Franco no Brasil (período 1992-94).

Durante a terceira reunião do CMC realizada em Montevideu em 28 de dezembro de 1992²⁵ (precisamente três meses após assumir interinamente e na véspera do julgamento do ex-presidente Fernando Collor), Itamar Franco procurou dissipar todas as dúvidas, enfatizando que a política econômica de seu governo procuraria manter um padrão de relacionamento estável com os países do bloco. A orientação mais geral do ajuste econômico que marcou a convergência necessária para a continuidade da integração, portanto seria preservada. De acordo com seu discurso *“Tenho afirmado freqüentemente e reiteradamente que não surpreenderei nem nossa cidadania nem nossos parceiros comerciais com atos unilaterais, ou qualquer tipo de medida, que não tenha sido antes amplamente debatida.”* (Ata da 3ª. Reunião do Conselho do Mercado Comum)

Apesar disto a definição da Tarifa Externa Comum (TEC) teve que ser adiada em função da resistência dos demais sócios à proposta brasileira que procurava preservar tarifas de importação mais elevadas para determinados setores de sua indústria, tais como: bens de capital; química fina; automotivo; eletroeletrônico, e; informática²⁶. Os setores industriais argentinos mais afetados pela integração (metalúrgico, têxtil, calçados, papel e petroquímico) consideravam que a ampliação do grau de abertura comercial garantiria uma dependência menor em relação aos fornecedores brasileiros.

O argumento era de que, devido ao atraso tecnológico da indústria brasileira, o fornecimento através da importação de outros países mais desenvolvidos era preferível pois afetaria menos a competitividade do bloco. Dito de outro modo, o empresariado de tais países

²⁵ Neste encontro foram criadas a Reunião de Ministros da Agricultura e o Foro do Setor Privado.

²⁶ Apenas nos casos de alguns setores oligopolizados liderados, de modo geral, por empresas transnacionais cujas estratégias competitivas convergiam para a adoção de um nível de proteção semelhante (tais como as grandes montadoras e setor de fármacos) é que tornou-se possível levar adiante as negociações. Tais estratégias podiam assumir duas vertentes básicas: na primeira, as filiais procuravam priorizar o mercado interno de maior potencial reservando à matriz as exportações regionais. De outro modo, poderiam a partir da obtenção de financiamento e da abertura dos respectivos mercados de capitais adquirir empresas latino-americanas, transferindo tecnologia, capital e autonomia decisória às filiais.

negava-se a “financiar a ineficiência” de alguns setores da indústria brasileira mantendo-os protegidos.²⁷ A intensificação das pressões locais, diante da eminência da realização de eleições tanto no Brasil, quanto na Argentina, tornou urgente para ambos os países a necessidade de encontrar uma forma de defender os interesses das respectivas classes empresariais e ao mesmo tempo dar continuidade ao processo.

Ao governo argentino interessava a redução das alíquotas de importação para os bens de informática e capital, enquanto que para o Uruguai, além dos últimos, interessava a liberalização das importações de automóveis, produtos químicos e eletroeletrônicos. O governo brasileiro, por sua vez, insistia na tese de que os produtos pertencentes ao grupo de setores considerados *sensíveis* necessariamente mereciam proteção²⁸, tanto por seu potencial em termos competitivos, quanto por motivos de natureza política e estratégica, considerava-se que (...) *“a vocação do Brasil é não retroceder para uma opção primário-exportadora como a do Chile. O Brasil não pode Abrir mão de participar da revolução na microeletrônica, enquanto aos demais possivelmente isso não interesse. Além disto, a agenda macroeconômica já esta sobrecarregada no Brasil, num momento em que o aparato estatal está degradado”* (Prof. Antônio Barros de Castro).

Os negociadores brasileiros defendiam, ainda, a revisão dos requisitos de origem e propriedade intelectual sobretudo para a importação dos bens produzidos pelos setores de informática e eletroeletrônicos, visando desestimular e punir a conhecida prática de triangulação de mercadorias. Tratava-se, pois, de evitar o expediente pelo qual os produtos montados em um dos países-membros com componentes importados, a um menor custo, de países como Coréia e Taiwan pudessem ser comercializados junto aos demais sob condições privilegiadas.

²⁷ O senhor Jorge Gaibisso (Chefe do Departamento Econômico da União das Industrias Argentinas) enviou um documento ao seu governo solicitando o adiamento do Mercosul. Os motivos alegados incluíam: a instabilidade brasileira, referindo-se à inflação e ao déficit fiscal; a existência de supostos subsídios, relativos aos custos da energia elétrica e trabalhistas, e; a ausência de coordenação macroeconômica, no que diz respeito ao câmbio, tarifas e impostos.

²⁸ O Brasil propunha o estabelecimento da TEC em 1995 para a totalidade dos itens com tarifas compreendidas entre 0 e 20%, isto é sem exceções.

A despeito da posição mais dura de Paraguai e Uruguai, a Argentina, diante do esgotamento das vias usuais de consulta formal (e informal) recíproca e de elevação das questões para instâncias maiores, propôs a criação de um foro específico para resolver as pendências comerciais: a Comissão de Comércio do Mercosul. Com isto as negociações obtiveram fôlego até que as condições necessárias para o estabelecimento de um consenso pudessem estar amadurecidas. Somente na VI Reunião do CMC, realizada em Buenos Aires (4 e 5 de agosto de 1994) é que isto tornou-se possível com a aprovação do “Projeto de Tarifa Externa Comum do Mercosul” (as demais decisões aprovadas podem ser vistas no Quadro 2.3).²⁹

No campo da política econômica as negociações foram favorecidas pela adoção de um conjunto de medidas destinadas à estabilização da economia brasileira a partir da indicação do, até então Chanceler, Fernando Henrique Cardoso, em maio de 1993, para o Ministério da Fazenda no Brasil. Em termos de diagnóstico, partia-se da premissa básica de que alto grau de indexação da economia, o chamado componente inercial da inflação, se constituía um dos principais mecanismos de impulsão dos preços. Assim sendo, a nova equipe econômica deu início a uma estratégia que se aproximava àquela adotada anos antes pelo governo Menem com o Plano de Conversibilidade o que foi de fundamental importância para assegurar o equilíbrio e a convergência entre os interesses locais.

O chamado Plano Real foi subdividido em três etapas, a primeira delas, programada para entrar em vigor já no final de 1993, previa a implementação de medidas voltadas à desindexação da economia e o início do ajustamento fiscal das contas públicas. A segunda fase havia sido agendada para ter seu início em março de 1994, nela o governo introduziu a Unidade Real de Valor (URV). Tratava-se de um engenhoso instrumento destinado a indexar a moeda a partir da utilização de uma tabela de apreciação (em relação ao dólar americano) que servia com referência obrigatória para o cálculo oficial da inflação e do valor dos contratos. Isto tornou possível ao governo desautorizar a utilização dos inúmeros e

²⁹ Para os produtos de informática e telecomunicações a lista de exceções inicial apresentada pelo Brasil, foi reduzida de 200 para 24 itens cuja TEC deveria convergir para 16% em 2006, enquanto que para o caso dos bens de capital a tarifa convergiria para o patamar de 14% até 2001.

diferentes índices existentes de tal sorte que a confiança dos agentes na moeda e na condução da política econômica fosse paulatinamente restabelecida.

A terceira etapa do plano entrou em vigor em julho de 1994 (isto é pouco tempo antes da realização da VI Reunião do CMC) com a transformação da URV em moeda: o Real. O novo padrão nascia assim com a função de “âncora” monetária cujo valor (referido ao dólar americano) obedecia os limites inferior e superior eram estabelecidos através do mercado cambial sob a supervisão das autoridades monetárias. Para assegurar a confiança na nova moeda foram incluídos limites trimestrais para as emissões do governo.³⁰ Além disto, procedeu-se um congelamento dos preços públicos aproveitando-se de ganhos fiscais obtidos entre 1993 e 94, sobretudo a partir da aprovação do Fundo Social de Emergência que centralizava 20% da arrecadação de todos os impostos federais para a estabilização fiscal do governo.³¹

O governo argentino que procurava enfatizar nas negociações para definição da TEC, de acordo com o Ministro Cavallo, que *“parte do insucesso se deve a falta de coordenação entre Brasil e a Argentina”* reagiu com entusiasmo aos sinais de convergência da orientação na política econômica interna brasileira ao admitir que *“as medidas de Fernando Henrique Cardoso são um ponto de partida para estabilizar a economia.”* (Min. Domingo Cavallo). No plano político o apoio das classes empresariais argentinas à reeleição de Menem dependia do sucesso do Plano de Conversibilidade, o que tornava importante o apoio as medidas de estabilização tomadas no Brasil, não só para a continuidade da integração em si, mas, principalmente, do ajuste econômico implementado naquele país.

Além disto, de acordo com o discurso oficial, a valorização da taxa de câmbio nominal da âncora monetária brasileira tinha a função deter a elevação da demanda interna ao contrário do Plano de Conversibilidade. Entretanto, longe de representar uma diferença significativa, como nos mostra Batista (1996), tal fato relaciona-se mais à forma pela qual o

³⁰ Respectivamente: 7,5 bilhões de Reais para 30/09/94; 8,5 bilhões até 31/12, e; 9,5 bilhões até 03/95.

³¹ Somando-se a este, ainda, os ganhos obtidos com a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social -CONFINS, Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira e com a redução dos gastos sociais na previdência e na remuneração dos servidores públicos.

Plano Real se inseriu no contexto político-eleitoral interno do que por sua eventual necessidade em termos estritamente econômicos.

De acordo com o autor, ela mostrou-se conveniente pois a estabilização dos preços associada à reativação da economia inevitavelmente favoreceria o candidato oficial nas intenções de voto. Sua função, portanto, era reduzir a inflação ainda no primeiro turno das eleições presidenciais, tornando-se deste modo o principal ponto de sustentação da candidatura (bem como da própria base de apoio do futuro governo Fernando H. Cardoso), como segue: (...) *“como se sabe, a criação do real obedeceu a um timing essencialmente político, tendo sido realizada a três meses do primeiro turno das eleições presidenciais. Recorde-se que Luiz Inácio Lula da Silva, do partido dos trabalhadores, liderava as pesquisas por larga margem até junho. Fernando Henrique Cardoso, ex-ministro da fazenda, apoiado pelo governo e identificado como artífice do programa de estabilização, tinha na nova moeda a sua principal arma”*. (Batista, 1996)

Com isto, o vetor de convergência dos interesses locais foi assegurado pois a semelhança entre os processos de estabilização abria, pela primeira vez, a possibilidade de realizar, de maneira semi-voluntária, uma coordenação cambial entre ambos os países. A apreciação da moeda brasileira e a retomada do nível de atividade certamente seriam acompanhados do aumento das importações, sobretudo as do setor primário, que pelos acordos firmados beneficiariam os exportadores do bloco. Por outro lado, o candidato brasileiro havia também participado ativamente do esforço de sustentação política da integração como Chanceler durante a gestão Itamar Franco, que, como visto, não alterou o pacto liberal firmado pelo antecessor deposto e Carlos Menem.

As últimas pendências comerciais foram eliminadas no sétimo encontro do Conselho do Mercado Comum, realizado em 17 de dezembro de 1994, na cidade de Ouro Preto (a lista das decisões aprovadas pode ser vista no Quadro 2.4). Nele foi assinado pelos Presidentes Itamar Franco, Menem, da Argentina, Wasmosy, do Paraguai, e Lacalle, do Uruguai o Protocolo que estabeleceu a estrutura institucional definitiva do bloco elaborado. De acordo com o discurso oficial *“(...) a grande preocupação foi remover obstáculos tarifários e não-tarifários à livre circulação de bens, capitais e pessoas, bem como os elementos*

incompatíveis com o processo de integração, constituídos na fase de industrialização substitutiva” (Divisão do Mercado Comum do Sul do MRE)

O Protocolo de Ouro definiu como principais órgãos da estrutura institucional do período de transição para a União Aduaneira: o Conselho do Mercado Comum (CMC); o Grupo Mercado Comum (GMC); a Comissão de Comércio do Mercosul (CCM); a Comissão Parlamentar Conjunta (CPC); o Foro consultivo Econômico-Social (FCES); a Secretaria Administrativa do Mercosul (SAM)³². Tal estrutura é complementada ainda pelos seguintes órgãos técnicos (que podem ser melhor visualizados no Quadro 2.5: Reuniões de Ministros; Subgrupos de Trabalho; Reuniões Especializadas, e; Grupos Ad Hoc.

Vale a pena destacar dentro desta estrutura o CMC e o GMC. O primeiro é por excelência o principal órgão do Mercosul cabendo-lhe o papel da condução política do processo de integração e a tomada de decisões. Integram o CMC os Ministros das Relações Exteriores e os Ministros da Economia. A coordenação de suas reuniões é feita pelos Ministérios das Relações Exteriores que podem convidar, para delas participar, outros Ministros ou autoridades de nível ministerial.³³

O Grupo Mercado Comum, por sua vez, é o órgão executivo do Mercosul composto por quatro membros titulares e quatro alternos por país, designados por seus governos. O órgão é integrado necessariamente por representantes dos Ministérios das Relações Exteriores cujas atribuições incluem a de coordenação do GMC, dos Ministérios da Economia (ou equivalentes) e dos Bancos Centrais.³⁴

³² Sendo que destes o CMC, o GMC e a CCM são de natureza intergovernamental.

³³ São atribuições do CMC: fazer cumprir o Tratado de Assunção, seus Protocolos e acordos; formular políticas; ser o titular da personalidade jurídica do Mercosul; negociar e firmar acordos com terceiros países, grupos de países e organizações internacionais; avaliar as propostas enviadas pelo GMC; criar reuniões de ministros e avaliar os acordos por elas remetidos; criar, modificar ou extinguir órgãos; esclarecer o conteúdo e o alcance de suas decisões; nomear o Diretor da Secretaria Administrativa do Mercosul; tomar Decisões em matéria financeira e orçamentaria, e; homologar o Regimento Interno do Grupo Mercado Comum.

³⁴ As funções do GMC são: cumprir o Tratado de Assunção, seus Protocolos e acordos; enviar projetos de Decisão ao CMC; cumprir as Decisões do CMC; elaborar programas de trabalho; criar, modificar ou extinguir órgãos tais como subgrupos de trabalho e reuniões especializadas; avaliar as propostas ou recomendações submetidas pelos demais órgãos do Mercosul dentro de suas atribuições; negociar, por delegação expressa do CMC acordos com terceiros países, grupos de países e organismos internacionais; aprovar o orçamento e a

Cabe também ao GMC, dentro desta estrutura, a definição, atribuição e coordenação das atividades dos subgrupos, comissões ad hoc e reuniões especializadas. Internamente, por outro lado, os diversos dos grupos técnicos, de acordo com o Artigo 24º do capítulo VI do Regimento Interno do GMC,³⁵ devem ter sua coordenação “*realizada em forma de rodízio e por ordem alfabética dos Estados Partes*” (Regimento Interno do GMC, 1991). Finalmente, no caso do setor privado ficou estabelecido pelo Artigo 26º que “*os subgrupos de trabalho e as comissões poderão desenvolver suas atividades em duas etapas, uma preparatória e outra decisória. Na etapa preparatória, os subgrupos de trabalho poderão solicitar a participação de representantes do setor privado. A etapa decisória estará reservada exclusivamente aos representantes de cada Estado Parte.*” (Regimento Interno do GMC, 1991).

Além de atribuir personalidade jurídica necessária à representação internacional nas negociações com terceiros países ou blocos, vale a pena destacar que o encontro de Ouro Preto aprovou em caráter definitivo os principais temas relativos ao comércio que haviam sido previamente encaminhados durante a reunião anterior do CMC. Assim foi estabelecido o “Código Aduaneiro do MERCOSUL que regulamenta o despacho e a valoração aduaneira diante de sua entrada em vigência no início de 1995.”³⁶

prestação de contas anual da Secretaria Administrativa do Mercosul; adotar Resoluções no âmbito financeira e orçamentaria, orientadas pelo CMC; submeter ao CMC seu Regimento Interno; organizar as reuniões do Conselho do Mercado Comum e preparar os relatórios e estudos por este solicitados; eleger o Diretor da Secretaria Administrativa do Mercosul; supervisionar as atividades da Secretaria Administrativa do Mercosul, e; homologar os Regimentos Internos da Comissão de Comércio e do Foro Consultivo Econômico-Social.

³⁵ Aprovado pelo decreto MERCOSUL/CMC/DEC N.º 04/1991

³⁶ A Tarifa Externa Comum foi aprovada para a todas as pautas tarifárias, assim como, as listas de exceções que deverão convergir para uma tarifa comum em 2001 período em que as alíquotas nacionais permanecem vigentes à exceção do setor de bens de capital para o qual a convergência deverá ser gradual até uma TEC de 14% no prazo máximo de 2001 para o Brasil Uruguai e Argentina e 2006 para o Paraguai. Quanto aos requisitos específicos de origem (Regime de Origem), no caso dos bens de capital, o Brasil acabou cedendo em relação a sua proposta inicial de um índice de nacionalização de 80% admitindo ao invés disto um patamar da ordem de 60%. Foram aprovadas, também, as listas de produtos sujeitos ao “Regime de Adequação” (29 produtos para o Brasil, 221 no caso da Argentina, 427 para o Paraguai e 950 itens par o Uruguai), isto é que não gozam de preferência tarifária no bloco. Tais listas deverão convergir no prazo de quatro anos para o Brasil e Argentina e cinco para os demais países-membros. No caso dos setores açucareiro de interesse argentino e automotriz foram criados Comitês Técnicos para definir um regime comum para o bloco (que vigorará a partir de janeiro de 2000 no caso do segundo).

Apesar da convergência das políticas econômicas locais de Brasil e Argentina que possibilitou o encaminhamento das questões comerciais mais urgentes, diversos aspectos relevantes, contudo, permaneceram indefinidos. Entre eles vale destacar: o tratamento dos subsídios ao setor agrícola; a harmonização das legislações trabalhistas; a eliminação das barreiras não tarifárias; a elaboração do Código de Defesa da Concorrência, e principalmente; o tratamento das políticas públicas que “distorcem a competitividade” (tributária, creditícia, e de compras governamentais)³⁷. Caberia, portanto, aos governos consolidar o marco de convergência liberal, sem o qual a reiteração da vontade política quanto à integração poderia sofrer novo revés.

2.3 Governos Menem na Argentina e Fernando H. Cardoso no Brasil. (período 1995 - 1996)

Fernando Henrique Cardoso participou do encontro na qualidade de presidente eleito do Brasil por ter obtido a maioria dos votos válidos já no primeiro turno das eleições realizadas em outubro de 1994. As metas gerais³⁸ da agenda política do novo governo não apresentavam diferenças relevantes em relação as que haviam sido privilegiadas desde Fernando Collor.

A sintonia das políticas econômicas enfraqueceu as críticas do empresariado argentino ao mesmo tempo em que as queixas eram deslocadas para um foro técnico, a CCM, desobstruindo os canais políticos. Entretanto, mudanças no cenário internacional logo exibiriam a fragilidade do arranjo. Em primeiro lugar, tensões comerciais surgiram entre o

³⁷ Neste caso, a Comissão de Comércio do MERCOSUL foi instruída a criar um comitê técnico destinado a identificar as medidas, no âmbito de políticas públicas, capazes de distorcer as condições de competitividade no bloco.

³⁸ Entre tais diretrizes vale a pena destacar, além da continuidade do Plano Real: a redução dos gastos do setor público, notadamente através da privatização das empresas estatais federais e das despesas de custeio; a modernização do parque industrial; o crescimento da economia a uma taxa, estimada pelas autoridades, de 7% do PIB ao ano, e; a manutenção da abertura aos fluxos de bens e capitais internacionais.

Brasil e os EUA, a partir das ameaças deste último de empregar mecanismos de sanções³⁹ contra a exportação de materiais e tecnologias de uso dual e a inexistência de lei de patentes (notadamente o caso da indústria farmacêutica). Oficialmente para o Itamaraty esta atitude foi percebida como resultado do compromisso eleitoral, assumido na campanha do candidato eleito Willian Clinton, de proteger setores estratégicos da economia americana (como por exemplo biotecnologia, química e farmacêutica).

Na verdade, a diplomacia brasileira não descartava a hipótese alternativa de que, mais que uma questão meramente comercial, o novo governo americano buscava reafirmar seu papel de liderança na integração continental. Para o Ministério das Relações exteriores a preocupação no centro hegemônico era com a ampliação da base política e diplomática do Brasil na América do Sul. Tratava-se da consolidação do Mercosul e do início da montagem, ao norte na bacia do Rio Amazonas (Venezuela, Colômbia e Bolívia), de um conjunto de acordos que incluíam transferência de tecnologia, exploração de hidrovias, ações conjuntas para o meio ambiente e de comércio setorial. O objetivo era o de estabelecer um arranjo jurídico capaz de criar condições para a formação de uma Área de Livre Comércio Sul Americana (ALCSA) tal qual proposta em outubro de 1993 pelo presidente Itamar Franco⁴⁰.

Para o governo argentino, a iniciativa inspirava cautela já que sua política externa, procurava se pautar por uma aproximação junto ao centro dinâmico. A posição brasileira, por sua vez, reivindicava a equivalência, no plano geopolítico, da liderança econômica exercida na região através de uma postura de não alinhamento automático com os EUA⁴¹. Assim, ainda que o eventual ingresso no NAFTA não se constituísse um objetivo explícito da política externa argentina (como alternativa ao Mercosul), admitia-se tacitamente

39 Tratava-se, pois da aplicação da Section 301 da Lei Comercial Americana (Super 301) que facultava ao governo dos EUA o emprego de medidas protecionistas como forma de retaliação contra práticas de comércio julgadas desleais, segundo os critérios estabelecidos por aquele país.

40 De modo semelhante ao expediente utilizado no processo de integração do cone Sul, a iniciativa poderia contar com o amparo jurídico da Aladi, através do Tratado de Montevideu, conferindo-lhe base legal em eventuais contendas junto a OMC.

41 Atestam este fato, algumas iniciativas do governo argentino no campo das relações internacionais tais como: a postura adotada nos casos da invasão do Haiti, e; do envio de tropas para as operações realizadas no Golfo Pérsico após a invasão do Kuwait pelo Iraque um dos principais parceiros no comércio de armamentos brasileiro.

uma negociação paralela, o que contribuiria, para elevar seu poder de barganha política no Mercosul.

Em segundo lugar, em dezembro de 1994 uma profunda crise de liquidez no mercado financeiro internacional, desencadeada pela maxidesvalorização da moeda mexicana, expôs a fragilidade das políticas de estabilização locais. Como resultado a abertura comercial nos principais países teve que ser revista, fragilizando, assim o frágil consenso negociado dentro do processo de integração. Porém um encontro das equipes econômicas de ambos os governos realizado em fevereiro para avaliar seus impactos concluiu “ *que o caso do México é parte de um processo maior, decorrente da integração dos mercados financeiros e da elevação da taxa de juros nos Estados Unidos.*” (Embaixador Sérgio Amaral)

O objetivo imediato⁴² foi o de evitar a generalização de um ambiente de incerteza na opinião pública em relação aos instrumentos empregados, tanto na Argentina quanto no Brasil, para a estabilização de preços. Tratava-se, portanto, de dissimular a extrema dependência dos fluxos de capital internacionais para a formação das reservas empregadas avidamente como meio de neutralizar, na medida do possível, os efeitos sobre o Balanço de Pagamentos dos déficits comerciais crônicos ocasionados pela abertura imprudente e, ao mesmo tempo, assegurar os recursos indispensáveis para honrar o pagamento do serviço das dívidas externa e interna.

O drástico refluxo dos recursos utilizados para a formação de reservas internacionais,⁴² a partir da propagação dos efeitos da crise logo tornou-se irreversível. Na Argentina, de acordo com Batista (1994), o nível de reservas passou de um montante estimado em US\$ 16 bilhões para cerca de US\$ 13,5 bilhões, obrigando o governo a elevar a taxa de juros até o patamar de 22% e a recorrer, ainda em abril, a um empréstimo de emergência da ordem de US\$ 11 bilhões⁴³. Muito embora, o volume de reservas acumuladas no Brasil (39,5

⁴² Para a cobertura dos prejuízos ocorridos no mercado de capitais do México e como resultado da reversão das expectativas de lucros geradas pelo alto risco das aplicações de curto prazo em economias com características semelhantes tais como a brasileira e argentina.

⁴³ Do total negociado, US\$ 4 bilhões deveriam ser obtidos através de ganhos fiscais e os US\$ 7 bilhões restantes junto à instituições financeiras, assim distribuídos: US\$ 2,4 bilhões cedidos pelo FMI; duas cotas de US\$ 1,3 bilhões para o BID e Banco Mundial, e; US\$ 1 bilhão, junto a um consórcio de 34 instituições privadas lideradas pelo Citycorp e Deutch Bank.

bilhões em fins de 1994 segundo dados do BACEN) dispensasse o recurso a tal expediente, a magnitude do impacto da crise não passou, em absoluto, despercebida já que em abril de 1995, conforme Batista (1994), registrava-se uma queda da ordem de 29,9%. Como resultado a equipe econômica passou a controlar o crédito através do aumento dos juros reais para melhorar a conta de capitais e reduzir o nível de atividade com o objetivo de melhorar a situação da balança comercial e impedir a retomada da inflação.

Contrariando o diagnóstico oficial, o governo argentino (em março de 1995) propôs ao Brasil uma elevação linear da TEC em três pontos percentuais para todo o universo de produtos por ela abrangido para tentar preservar a Lei de Conversibilidade e a estabilidade dos preços até as eleições presidenciais marcadas para o mês de maio (e que resultariam na reeleição do presidente Carlos Menem). A partir desta brecha, o governo brasileiro procurou negociar a revisão das preferências anteriormente concedidas aos parceiros do bloco através da solicitação de inclusão de mais cento e cinquenta produtos em listas de exceções. O objetivo era o de assegurar o abastecimento interno através da redução das alíquotas de importação para insumos básicos e demais produtos cuja elevação dos preços poderia repercutir de forma negativa sobre o índice de inflação. Para os demais membros do bloco exceto Paraguai, por outro lado, a inclusão significaria (caso as alíquotas viessem à zero) a perda do *status* de parceiros privilegiados no acesso ao mercado interno brasileiro.

Pesava na avaliação, sobretudo dos negociadores argentinos, o argumento de que haveria perda de competitividade no principal setor exportador, o de alimentos, no caso de uma eventual instalação de plantas de terceiros países no Brasil durante o período de vigência da medida. Isto, por sua vez, poderia comprometer parte da estratégia de recuperação da crise que se apoiava na geração de saldos comerciais que compensasse a redução da entrada de capitais. O consenso foi obtido com o compromisso brasileiro de que nenhuma alíquota dos produtos incluídos na TEC deveria ser menor que 2% para um total de sessenta e quatro produtos, além disto concedeu-se o direito ao governo argentino de retomar a utilização da chamada taxa estatística de 3% sobre a TEC.

Contudo, as divergências nesta matéria estavam longe de se encerrar pois, numa atitude unilateral, o governo brasileiro aumentou as alíquotas para as importações de veículos, contrariando com isto um acordo anterior firmado pelo substituto de Fernando H. Cardoso no Ministério da Fazenda, Ciro Gomes com a Argentina⁴⁴. Tal acordo havia sido selado visando contribuir para a estabilidade dos preços durante o período de campanha eleitoral. Porém, quando os efeitos da crise se tornaram evidentes a opção do governo brasileiro de conter a demanda interna se deu em detrimento do arranjo intra-bloco.

Para os argentinos isto contrariava a Decisão nº 29 do CMC a qual proibi que medidas desta natureza sejam internalizadas nos regimes nacionais em prejuízo do comércio intra-zona. Para contornar a crise, o Brasil comprometeu-se a isentar do aumento as importações intra-bloco. Isto, contudo, gerou protestos de outros parceiros comerciais junto a OMC que culminaram na condenação do país e na retirada do sistema de cotas de importação. Assim mesmo foram mantidos os dispositivos de incentivo que vinculavam a performance das exportações a das importações.

Mais que um mero ajuste de natureza conjuntural e preventiva, portanto, a reabertura neste contexto das negociações entorno da TEC e dos regimes especiais como o automotriz, representava um importante revés ao difícil consenso anteriormente estabelecido. Tratava-se, pois, do reconhecimento tácito das autoridades de ambos os lados, de que, diante da reversão no cenário externo, marcada pelo aumento da desconfiança em relação a consistência das medidas de estabilização, tornava-se imprescindível uma correção do ritmo e intensidade dos processos locais de abertura.

Apesar de todos os esforços foi somente a partir da queda dos juros no mercado financeiro internacional que a crise pode ser contida. Contribuiu para isto, ainda, a pronta reação do executivo americano que intercedeu junto ao legislativo daquele país em favor da aprovação de um empréstimo ao México em caráter de urgência da ordem de US\$ 50 bilhões, foram exigidas, ao governo mexicano, contra a garantia das reservas de petróleo do país.

⁴⁴ O acordo foi selado sem que o país tivesse elaborado previamente um regime automotriz como o argentino.

À “normalização” da economia mexicana seguiu-se a retomada dos fluxos de capitais para os países da sub-região. Conforme Batista (1996), a partir disto o ingresso de capitais, no caso do Brasil, passou a superar o déficit em conta corrente e as reservas voltaram a crescer⁴⁵ ultrapassando em 6 bilhões o volume anterior à deflagração da crise mexicana, além disto o índice de inflação passou de 2% no segundo trimestre para 1,3% no quarto. No caso da Argentina a paridade em relação ao dólar americano pode ser mantida embora ao custo de uma profunda recessão que teve como principais conseqüências a instalação de uma crise bancária sem precedentes, o aumento do desemprego para o patamar de 20% da população economicamente ativa e uma queda acumulada do PIB da ordem de 4,4% ao final de 1995.

Superados os constrangimentos mais imediatos associados ao custo dos processos de estabilização locais, em meio ao contexto de crise financeira internacional, novamente o processo de integração pode ser retomado. Entretanto, os impactos da crise se traduziram na paralisação do encaminhamento das decisões relativas à regulação de importantes temas para a conformação definitiva da União Aduaneira.

De fato, até o final de 1995 o protocolo de Ouro Preto sobre aspectos institucionais ainda não havia sido aprovado por todos os legislativos locais, além disto outros temas de relevância continuavam sem definição em alguns países por motivos adversos. São também exemplos disto: a não incorporação pelo Brasil do Regime de Adequação; a postergação das decisões aprovadas sobre restrições não-tarifárias pelos quatro sócios por falta de harmonização das normas técnicas e sanitárias; as dificuldades para a definição das listas de exceção à TEC necessárias para a implementação do Regime de Origem do Mercosul; a demora na aprovação do Código Aduaneiro do Mercosul na Argentina, Brasil e Uruguai; o não cumprimento do prazo para identificação das políticas públicas que distorcem a competitividade devido ao atraso do fornecimento de informações, e a prorrogação do prazo para elaboração do Código de Defesa da Concorrência e do Consumidor.

⁴⁵ Segundo o Autor o país voltou a apresentar um superávit em sua conta de capital que atingiu a cifra de US\$ 23,4 bilhões já no segundo semestre de 1995.

A crise, portanto, praticamente paralisou a internalização de algumas das mais importantes medidas pactuadas entre os Estados-Parte em função das preocupações locais. Para tentar atenuar, de forma apenas paliativa, tal desgaste, durante o nono encontro do CMC, realizado na cidade de Punta del Este nos dias 06 e 07 de dezembro de 1995, foi aprovado o assim denominado programa Mercosul 2.000.

A despeito do entusiástico discurso oficial, contudo, sua repercussão foi bem mais modesta que a do Cronograma de Las Leñas. A principal razão para isto foi a reversão das expectativas do empresariado em função da significativa perda de confiança recíproca diante dos sinais de instabilidade econômica e da adoção de medidas de corte restritivo para combater os efeitos da crise em cada país da sub-região. Por outro lado, com o fracasso no cumprimento da maior parte das metas estabelecidas em Las Leñas as autoridades procuraram não especificar em detalhes as tarefas pendentes, nem tão pouco fixar datas rígidas para sua consecução. Por objetivo, neste sentido, definiu-se para o programa *“aprofundar a integração através da consolidação e aperfeiçoamento da união aduaneira e a inserção regional e internacional do Mercosul”*.

A partir do exposto pode-se afirmar que, a despeito da diferença no ritmo e na intensidade das políticas de ajuste nos dois principais países, assegurar a continuidade do processo de integração continuava mostrando-se conveniente para melhorar sua posição relativa frente a comunidade internacional. O projeto Mercosul obteve relativo sucesso na medida em que as Chancelarias lograram desobstruir o avanço das negociações, toda vez que isto mostrou-se necessário, ao postergar o debate sobre os temas mais polêmicos e, ao mesmo tempo, assegurar o diálogo entre os governos locais através do envolvimento direto de seus mandatários.

O inegável êxito no campo comercial contribuiu para reforçar a credibilidade das medidas de ajuste e abertura adotadas internamente pelos respectivos governos. Assim, apesar das pendências existentes nas demais áreas (e mesmo no âmbito comercial), isto acabou por reforçar a direção do processo assim como a retórica do discurso diplomático que procurava minimizar sua importância. Na fase de consolidação do processo, portanto, o crescente envolvimento dos setores empresariais, sobretudo no tocante à estratégia das

corporações transnacionais, processou uma importante mudança no ambiente da integração, antes dominado apenas pela lógica dos interesses políticos e diplomáticos dos governos locais.

Para a cooperação em C&T, de tal se refletiu na perda de importância de seu papel do ponto de vista político e diplomático, dentro da agenda de negociações, já que a presença dos setores empresariais não exibe qualquer interesse nesta direção, mas exige a defesa dos interesses locais afetados pela aceleração do processo de liberalização comercial. Dadas as assimetrias das estruturas industriais preexistentes, os impactos sobre os fluxos comerciais, oriundos do descompasso entre os interesses e políticas locais passaram, cada vez mais, a demandar a concentração de vontade política e do esforço comum de regulação exclusivamente nesta direção. Deste modo, a agenda associada à tais passou a ser, na prática, a principal (senão única) fonte de hierarquização do processo de tomada de decisão.

A partir dos governos de Collor e Menem, o processo alinhar-se com a tendência à redução do papel dos estados locais na formulação de políticas industrial e tecnológica ativas. O ambiente da integração passou, portanto, por uma transformação, em relação à primeira etapa, na qual assumiu papel central a “política de competição”, representada sobretudo pela redução do cronograma de desgravação tarifária. Por outro lado, a “política de competitividade” passa a se concentrar exclusivamente nas negociações que envolvem a regulação deste ambiente.⁴⁶

Feitas estas observações vejamos a seguir isoladamente como os temas de ciência e tecnologia foram encaminhados ao longo do processo de integração. O objetivo é mapear, detalhadamente, quais foram as atividades realizadas, as instâncias envolvidas, bem como os resultados alcançados em termos da cooperação, estritamente na esfera das instituições públicas, entre os países do bloco. No processo de consolidação do Mercosul, a priorização das questões econômicas e comerciais significou não só o deslocamento para segundo plano da preocupação com tal campo, mas também tornou remota a possibilidade de viabilizar a cooperação ao tentar transferir a responsabilidade por novas iniciativas para a esfera privada. Assim, se, no início da integração, tal área possuía importância do ponto de

⁴⁶ Aqui novamente, os conceitos de “política de competição” e “política de competitividade”, adaptados ao contexto da integração, foram extraídos do Erber (1992).

vista diplomático e estratégico, seu papel atual limita-se à estratégia de *marketing* político-diplomático do bloco.

Segunda Parte

Capítulo 3

C&T no Processo de Integração

3.1 Antecedentes da cooperação oficial em C&T entre a Argentina e Brasil (período 1980 à 1985)

No caso do cone sul a cooperação oficial, no âmbito federal, no campo da ciência e tecnologia iniciou-se, no plano bilateral entre Brasil e a Argentina, a partir do estabelecimento do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica e do Convênio para Cooperação Nuclear Argentino-Brasileira firmado em 17 de maio de 1980. Desprende-se da leitura dos documentos originalmente firmados algumas observações importantes. No caso do segundo, previa o treinamento de técnicos, troca de informações necessárias para a fabricação de componentes, proteção de material nuclear, exploração de urânio, segurança nuclear, fornecimento de urânio enriquecido do Brasil para as instalações argentinas e a busca de um posicionamento comum frente às pressões internacionais relativas ao uso da energia nuclear para fins bélicos.

Tal acordo, em uma área tradicionalmente considerada como de “segurança nacional” pressupunha um grau de confiança recíproca, inédito até então, no relacionamento entre os governos militares da Argentina e do Brasil. Assim sendo, seu estabelecimento indica também um ponto de inflexão nas relações diplomáticas entre os dois países. Na verdade, sua assinatura foi um gesto exclusivamente de natureza política, uma vez que não existiam demandas sociais concretas nesta direção. Os convênios visavam a cumprir, do ponto de vista das relações exteriores, a dupla função de arrefecer as resistências à aproximação dentro da hierarquia militar e, ao mesmo tempo, de responder às críticas da comunidade internacional quanto as finalidades dos respectivos programas nucleares.

O Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, por sua vez, visava a envolver a esfera acadêmica civil como forma de assegurar uma maior amplitude para os canais

de diálogo abertos. A participação de instituições científicas deveria reforçar os objetivos da iniciativa no campo militar. Tal participação incluía o intercâmbio de informações e especialistas, criação de programas e projetos de P&D e criação ou uso compartilhado de instalações de pesquisa. Além disto, e em conformidade com o perfil dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento realizado em ambos os países, o financiamento das atividades era efetuado através do aporte de verbas públicas⁴⁷.

A administração dos acordos deveria ser levada a cabo pelos respectivos órgãos locais de C&T, desta forma foi criada a Comissão Mista de Ciência e Tecnologia para a qual o governo brasileiro designou como entidade responsável o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e o governo argentino a Secretaria de Estado de Ciência e Técnica (SECYT) juntamente com o Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas (CONICET). Estas entidades eram responsáveis pela consideração dos temas acordados, exame das atividades desenvolvidas e elaboração de sugestões aos governos para o aperfeiçoamento destas. Finalmente o Acordo determinou que as áreas e demais detalhes dos programas e projetos deveriam ter sua definição realizada através dos assim denominados Ajustes Complementares.

Entre agosto do mesmo ano e novembro de 1985, através de tais instrumentos outras áreas foram incorporadas ao acordo inicial. Assim, em 15 de agosto de 1980, foram incluídas as seguintes áreas: comunicações; pesquisa agropecuária; reflorestamento e direito florestal; metrologia, normalização e controle de qualidade industrial; pesquisa científica e tecnológica. Em 20 de outubro de 1983 foi incluída, também, a área de atividades espaciais e, em 10 de outubro do ano seguinte, a de sanidade vegetal. O último ajuste se deu em 30 de novembro de 1985 para a incorporação da área de biotecnologia.

3.2 Os acordos de cooperação científica e tecnológica do PICE (período 1986/89)

⁴⁷ Isto não excluía a possibilidade de participação de entidades privadas.

Os protocolos do Programa de Integração e Cooperação Econômica, firmado nas gestões Alfonsín e Sarney, incorporaram e ampliaram os acordos preexistentes no campo da ciência e tecnologia, quais sejam: N.º 9 Biotecnologia (Buenos Aires, 29/07/1986); N.º 11 Informação Imediata e Assistência Recíproca em Casos de Ações Nucleares e Emergências Radiológicas (Buenos Aires, 29/07/1986); N.º 12 Cooperação Aeronáutica (Buenos Aires, 29/07/1986); N.º 17 Cooperação Nuclear (Brasília, 10/12/1986). Com exceção deste último, para o qual não havia precedente, os demais documentos podem ser considerados como desdobramentos dos acordos estabelecidos em 1980, ainda durante a vigência dos governos militares. Conforme o discurso diplomático, o objetivo era o de *"(...) agregar recursos humanos e financeiros nos projetos que exigem pesquisa e desenvolvimento, particularmente em setores de ponta como informática, biotecnologia, aeronáutica e nuclear"* (Neto, 1991).

Os acordos procuraram acompanhar o perfil geral dos investimentos em ciência e tecnologia que tradicionalmente, nos países da região, são de responsabilidade da esfera pública (que inclui universidades, centros de pesquisa e empresas estatais) e abrangiam tanto a cooperação no campo militar, quanto civil. No caso da primeira, que incluiu as áreas nuclear e aeronáutica, sua importância decorre, segundo Cavagnari (1988), de seu significado para a aproximação das forças armadas de ambos os países e para seu comprometimento com o retorno da democracia. Foi favorecida, portanto, pela adoção do novo referencial geopolítico que fez diminuir a importância da hipótese de conflito entre Argentina e Brasil no planejamento da estratégia militar.

A cooperação, ao neutralizar a resistência histórica entre os militares dos dois lados, contribuía para fortalecer a restauração dos regimes democráticos o que, por sua vez, assegurava a vontade política de dar sequência ao projeto de integração. Tratava-se, portanto, de um gesto que procurava assegurar os principais avanços até então obtidos, como forma de manter o apoio interno necessário tanto à ampliação dos canais de diálogo existentes, quanto à sua ampliação a partir de novos acordos sobre outros temas. O fracasso, neste sentido, poderia contribuir, naquele momento, para acirrar o ceticismo da comunidade internacional quanto ao esforço para mudar a imagem dos dois países.

A cooperação civil se deu fundamentalmente no âmbito acadêmico e apoiava-se sobre um referencial fundado na imagem favorável à troca de *expertises*, em áreas estratégicas, formulada entre os representantes das comunidades científicas locais, como via para a capacitação. Isto pressupunha uma ativa participação dos respectivos Estados no que diz respeito a destinação de verbas públicas através das agências nacionais de fomento. De fato conforme assinalado por Hirst (1990) *"(...)la idea de que una asociación argentino-brasileña...fue (y todavía es) compartida por setores técnicos e académicos que creían ser necesario dar nuevo impulso a la integración económica de la región. El principal punto defendido en este caso se refería al papel dinamizador que una iniciativa de esta naturaleza podría desempeñar... para revertir la tendencia decreciente del comercio intrazonal como también la posición crecientemente vulnerable y marginal de los países latinoamericanos frente al sistema económico internacional."*

Além da complementaridade dentro de uma mesma área de conhecimento, as assimetrias quanto ao grau de capacitação em campos distintos funcionaram como atrativo na implementação das iniciativas. Tomando como exemplo os campos de informática e biotecnologia pode-se perceber que, se no Brasil o setor de biotecnologia não possuía na época uma política coordenada e centralizada como ocorria no caso do setor de informática; na Argentina, por outro lado, a biotecnologia havia conformado massa crítica em algumas áreas para obter certo grau de competitividade; o que não ocorria em relação à informática. Vejamos agora de maneira um pouco mais detalhadamente algumas das características e resultados obtidos no âmbito da cooperação bilateral.

No tocante à informática, e fora do PICE, vale a pena destacar o surgimento da Escola Argentino-Brasileira de Informática (EBAI) em 1986. A iniciativa resultou da cooperação entre a Secretaria Especial de Informática do Brasil e a Subsecretária de Informática e Desenvolvimento, para a formação de pessoal especializado. Seu sucesso estimulou o surgimento em 1989 do Programa Argentino-Brasileiro de Informática (PABI) direcionado à pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias nas áreas de microeletrônica, robótica e automação, arquitetura de computadores, sistemas de conhecimentos, teorias da linguagem, redes informatizadas, engenharia de software e Ethos.

A origem da cooperação na área de biotecnologia remonta ao acordo de cooperação firmado em 30 de novembro de 1985 como resultado dos contatos efetuados no Encontro Brasileiro-Argentino de Biotecnologia, realizado na cidade de Foz do Iguaçu (nos dias 18 e 19 do mesmo mês) no qual foram identificados projetos e modalidades concretas de cooperação científico e empresarial. De acordo com os documentos oficiais os elementos levados em consideração na assinatura do Protocolo 09, sobre biotecnologia, foram: seu caráter estratégico; a necessidade de aperfeiçoamento profissional; o volume de investimentos adequados para pesquisa, e: a redução dos custos que a cooperação proporcionaria. O objetivo era o desenvolvimento de projetos conjuntos, destinados ao aumento do grau de autonomia destes países, em áreas prioritárias (tais como saúde, agropecuária, agroindústria, energia, etc.), através da criação de pólos e núcleos de pesquisa.

Assim, foi criado o Centro Argentino-Brasileiro de Biotecnologia (CABBIO), com dois Pólos Geradores de Conhecimento compostos por Núcleos de Pesquisa aplicada (tratava-se, pois, da ampliação de Núcleos preexistentes), voltados à integração com universidades, centros de pesquisa e empresas para produção de bens e serviços comercializáveis. A entidade conta com um Conselho Binacional que inclui além de membros das respectivas Chancelarias, de representantes dos Ministérios da Economia, Agricultura, Saúde, um Diretor Binacional e um Diretor Nacional em cada país.

Até 1996, de acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Científico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, cerca de cinquenta e sete projetos conjuntos haviam sido financiados totalizando um montante de recursos estimados em US\$ 4.957.194,00 pelo lado brasileiro e US\$ 4.734.182,00 pela contraparte argentina. A Escola do CABBIO ministrou desde 1987 oitenta e um cursos de curta duração, além de simpósios e workshops para aproximadamente mil e quatrocentos profissionais de diversos países da América Latina.

Os avanços mais significativos no âmbito da cooperação em C&T bilateral, contudo, foram obtidos no âmbito dos Protocolos números 11 e 17 voltados à área nuclear. Tais avanços podem ser creditados à importância que o tema exerce no âmbito das relações internacionais entre as nações que integram o reduzido grupo das chamadas potências nucleares e aquelas que buscam desenvolver as tecnologias necessárias para obter autonomia neste campo. Neste sentido, os encontros entre os presidentes de ambos os países, dos quais

resultaram as diversas declarações conjuntas sobre política nuclear, comprovam a relevância do assunto na agenda de integração e cooperação no período 1986-1989.⁴⁸

No âmbito do Protocolo 11, os resultados obtidos incluíram: a criação do Sistema Comum de Contabilidade e Controle (SCCC); o estabelecimento de medidas de controle e segurança; a negociação com a AIEA para a elaboração de um acordo comum de salvaguardas baseadas no SCCC e; após sua conclusão, a implementação do Tratado de Tlatelolco. Tais resultados encontravam-se em concordância com objetivo expresso de “*criar medidas e procedimentos para prevenir ou mitigar os danos resultados de eventuais acidentes nucleares ou emergências radiológicas*”(Protocolo No. 11 do PICE).

Pode-se destacar ainda a criação em 1985 do Grupo de Trabalho sobre Política Nuclear que mais tarde, em 1988, foi transformado em um Comitê Permanente integrado por subgrupos binacionais com as seguintes atribuições: estabelecer posições internacionais unificadas; aprimorar a cooperação teórico-científica, e; gerar propostas para sistemas mútuos de segurança. Como resultado de suas atividades destaca-se o acordo de salvaguardas mútuas firmado em Foz do Iguaçu em novembro de 1990 para remover os entraves à inspeção das instalações dos dois países.

O Protocolo 17, destinava-se, por sua vez, “*a ampliar a autonomia dos programas nucleares de ambos os países para usos exclusivamente pacíficos*” (Protocolo 17) e abrangia os seguintes temas: desenvolvimento de combustíveis de baixo enriquecimento para reatores de pesquisa nuclear; intercâmbio e desenvolvimento de instrumentação nuclear; pesquisa na área de fusão nuclear; cooperação e complementação na implantação do sistema de salvaguardas da Agência Internacional de Energia Nuclear; implantação de dez projetos voltados a segurança nuclear e proteção radiológica, e; a implementação de um projeto destinado ao desenvolvimento tecnológico de reatores nucleoeletrônicos (fast breeders). Em 1989, firmou-se em Anexo o compromisso de estabelecer condições privilegiadas para a

⁴⁸ Ao todo foram quatro encontros, pela ordem: Brasília (10/12/1986); Viedma (17/07/1987) quando o então presidente Sarney visitou as instalações de enriquecimento de urânio de Pilcaniyeu; Iperó (08/04/1988), e; Ezeiza (29/11/1988), ainda em 1988 o presidente Alfonsín esteve presente na inauguração do complexo de Aramar pertencente à Marinha Brasileira e onde se desenvolviam as pesquisas para a construção de seu primeiro submarino nuclear.

comercialização de componentes necessários para suas usinas nucleares de Atucha II e Angra II; vale a pena destacar, que isto contribuiu para estimular a participação do setor privado neste intercâmbio, através da criação do Comitê Empresarial Argentino-Brasileiro.

No campo da aeronáutica, o objetivo era a complementação entre as indústrias para atender seus mercados e os internacionais, para tanto o Protocolo 12 estabeleceu como instrumentos a cooperação técnica, industrial e comercial. Cabe lembrar, que o precedente nesta área havia sido aberto com o acordo de cooperação no campo das atividades espaciais firmado em 1985 entre o CNPq, através do Instituto de Pesquisas Espaciais - INPE, pelo lado brasileiro, e a Comissão Nacional de Investigações Espaciais - CNIE pelo argentino. O acordo envolvia a recepção, processamento e controle de qualidade de dados de sensores remotos conduzidos por satélite, programas de aplicação de dados de sensores remotos na avaliação de recursos naturais e campanhas conjuntas com balões estratosféricos de grande capacidade, utilizando bases de lançamento no Brasil e na Argentina. Além disto previa-se o desenvolvimento e utilização das plataformas de coleta de dados ambientais, a coordenação e estudos de projetos de plataformas espaciais e de estações terrenas.

O resultado mais importante, no âmbito do Protocolo 12, foi a coprodução de um avião turbohélice, denominado CBA-123, com capacidade para transportar 19 passageiros à médias distâncias que teve seu primeiro voo em julho de 1990. Outra iniciativa neste campo se deu com a Declaração Conjunta sobre Cooperação Bilateral para Usos Pacíficos do Espaço Ultraterrestre que estabeleceu um grupo de trabalho constituído de um corpo técnico voltado para as atividades pertinentes ao acordo.

3.3 O abandono do PICE na transição para as gestões Collor e Menem

Os acordos de cooperação oficiais, compatíveis com estratégia de integração caracterizada pelo ritmo gradual e o escopo seletivo, firmados durante a etapa de gestação do Mercosul foram possíveis graças à sua importância, tanto do ponto de vista estritamente diplomático, quanto de uma perspectiva estratégica. No campo das relações exteriores o intercâmbio de *expertises* sobre setores de ponta contribuiu para confirmar um amplo grau de envolvimento de cada governo com a integração, e reforçar a, então recém adquirida, confiança recíproca no caso das respectivas classes militares. Por outro lado, considerando-se

que na América Latina os atores relevantes para o processo de formulação e implementação de política científica e tecnológica se limitam aos membros das comunidades de pesquisa nacionais vencer as eventuais resistências se constituía uma tarefa factível se comparada às negociações relativas aos temas comerciais.

Dada a existência de vontade política bilateral em relação à integração, a perspectiva estratégica, assentada sobre a busca de autonomia restrita, pôde ser inserida no corpo dos acordos de cooperação em C&T. Entretanto, no final dos anos oitenta, os investimentos em pesquisa e desenvolvimento, mesmo em setores estratégicos e com potencial econômico, já não se constituíam objetivos explícitos de política ativa do Estado nos países da região. Assim a determinação de levar a integração adiante, aproveitando e ampliando os vínculos preexistentes (entre os quais, como visto, figurava o campo da C&T) tornou possível contornar, ainda que de forma paliativa, as fragilidades ou ausência de políticas científicas e tecnológicas locais.

Isto não impediu que a deterioração do cenário político e econômico no final dos governos de Alfonsín e Sarney levasse ao surgimento de diversas dificuldades para a continuidade dos acordos de cooperação. De uma perspectiva mais geral, tal problema refletia a fragilização do poder de intervenção estatal diante do esgotamento do padrão de financiamento da economia, assentado sobre o endividamento externo, e dos ajustes recessivos implementados na tentativa de promover a estabilização.

Um dos principais problemas, neste sentido, foi a escassez de recursos oriunda do atraso nos repasses de verbas governamentais aos programas e projetos criados. Na Argentina, por exemplo, as questões associadas à C&T foram retiradas da agenda política nacional, no início da primeira gestão Menem, desmobilizando a maior parte do aparato institucional que dava suporte ao seu tratamento. Como resultado, os repasses do governo argentino à cooperação, no caso dos setores de biotecnologia e informática, foram prejudicados tornando mais difícil a tarefa de gestão destas iniciativas assim como o cumprimento das metas estabelecidas.⁴⁹

⁴⁹ Para maiores detalhes sobre a cooperação em tais setores consultar Siqueira (1991).

Muito embora, no caso do Brasil, a capacitação em setores considerados de ponta permanecesse na agenda política, tal preocupação deslocou-se da busca de autonomia para a ampliação de espaço junto aos países mais desenvolvidos. Para isto, no tocante à tecnologia, intensificou-se o recurso à transferência através da importação, pelas empresas locais, de “pacotes” fornecidos pelos grandes grupos transnacionais. Além deste, a concorrência de oportunidades de cooperação junto a tais países também se constituiu um fator de desestímulo. Um exemplo disto foi o abandono da parceria binacional na produção de aeronaves militares após a conclusão do projeto CBA-123, em função da parceria firmada entre o Brasil e a Itália com os mesmos objetivos.

Desta forma, a continuidade da cooperação dependia da existência de condições locais favoráveis, isto é da existência de políticas explícitas e com objetivos e linhas de ação convergentes quanto às respectivas capacidades de pesquisa e desenvolvimento em setores pré-selecionados. Mas, de acordo com uma das conclusões da pesquisa, realizada por Siqueira (1991), envolvendo os especialistas que participaram das iniciativas enfocadas, a cooperação passou a depender fundamentalmente do interesse das pessoas concretamente envolvidas (como no caso da biotecnologia por exemplo), em detrimento das decisões pactuadas entre os dois governos, em função da diminuição da vontade política quanto à sua continuidade.

Como visto, a cooperação oficial, na esfera federal, em C&T inicialmente teve uma dupla função, em primeiro lugar, de dinamizar o processo de aproximação entre os governos argentino e brasileiro e, ao mesmo tempo, trocar expertises em áreas estratégicas com o objetivo de ampliar o grau de autonomia destes países. Contudo, a mudança dos cenários nacionais, a partir das gestões Menem e Collor, significou a perda destas atribuições o que se refletiu na diminuição da vontade política e, portanto, no mau funcionamento dos instrumentos⁵⁰ de apoio à cooperação. Assim, no âmbito das relações exteriores, para a consolidação da integração que, a partir do relativo sucesso no campo comercial, deixa de se

⁵⁰ Como exemplos de instrumentos de cooperação científica pode-se mencionar a elaboração de programas e projetos conjuntos de P&D, o intercâmbio de pesquisadores e cientistas, o aperfeiçoamento de recursos humanos de alto nível, etc. A formação de empresas binacionais ou multinacionais e o estabelecimento de joint ventures, por outro lado são exemplos de cooperação no âmbito tecnológico.

constituir apenas um arranjo político-diplomático, a cooperação se fazia menos necessária que a defesa dos interesses dos agentes empresariais.

Por outro lado, a partir destas gestões, consolida-se também o processo de abandono (desde a década de oitenta) do referencial de política científica e tecnológica que se apoiava sobre a tese da autonomia estratégica. Tratou-se, desta forma, da transposição, dentro do ambiente da integração, de um novo referencial caracterizado pela redução ou não intervenção do Estado no campo da C&T. Tal referencial tornou o tratamento dos temas relativos a tal campo, no Mercosul, mais compatível com a revisão do papel regulador do Estado nos países que compõe o bloco. Isto gerou assimetrias que se refletiram na piora das condições de funcionamento e no comprometimento dos acordos firmados previamente, além de desestimular a implementação de novas iniciativas de cooperação no âmbito oficial. Por fim, é importante observar que isto não significou o abandono total das iniciativas de cooperação, mas sua marginalização. Vejamos a seguir como se caracteriza tal aparato e como o campo da C&T vem nele sendo tratado.

3.4 Ciência e Tecnologia no Mercosul (período 1990 à 1995)

Entre o início dos novos mandatos de Collor e Menem até a segunda metade de 1995 (isto é, já dentro da estrutura institucional definitiva do Mercosul) chama a atenção inicialmente o fato de que no processo de integração os temas relativos à cooperação científica são praticamente abandonados. Por outro lado, no tocante ao campo tecnológico nota-se que alguns assuntos perpassavam diferentes instâncias, incluindo desde as esferas ministeriais até os grupos técnicos. Esta descentralização poderia ser explicada em parte pelo estágio precoce de organização institucional do processo de integração. Contudo, considerando que o tratamento de tais temas demanda um enfoque multidisciplinar e integrado e que, por outro lado, eles não se constituíam prioridades dentro do Mercosul. Tal fato, deve ser visto como um produto da nova dinâmica do processo inaugurada a partir da antecipação da união aduaneira.

Posto nestes termos, tentaremos identificar dentro das diferentes instâncias envolvidas a forma pela qual tem se encaminhado os temas concernentes à C&T. Inicialmente

serão abordadas aquelas cuja dinâmica acabou incorporando tais temas, em seguida serão vistas as que foram criadas especificamente para eles.

Na esfera das Reuniões de Ministros este é o caso, por exemplo, dos debates sobre propriedade intelectual e patentes que juntamente com regime de origem tem sido realizados no âmbito da Reunião de Ministros da Economia e Presidentes dos Bancos Centrais do MERCOSUL. A instância tem se mostrado de importância determinante para o processo de tomada de decisões do GMC e do próprio CMC, não apenas em relação aos temas relativos a harmonização das políticas macroeconômicas, tarefa em si complexa e demorada, mas sobretudo no que concerne aos temas direta e indiretamente associados aos fluxos comerciais da sub-região. Dada a dinâmica do modelo de integração neoliberal, ela assumiu o papel chave de mediador privilegiado entre os interesses locais no âmbito das negociações intergovernamentais. Suas atribuições incluem o estabelecimento e monitoramento das diretrizes gerais e dos temas tratados nos Subgrupos de Trabalho.

As pautas de seus encontros, via de regra, abordam temas que podem ser agregados em três grupos, quais sejam: análise do contexto econômico internacional; análise do contexto econômico nacional de cada país participante, e; implementação do MERCOSUL. Os temas no campo tecnológico supracitados, se inserem neste último, que se refere às normas e regras que regulamentam no plano nacional a concorrência externa e que portanto possuem algum tipo de impacto relevante sobre a coordenação de políticas e liberalização comercial. Tais temas, assim como a reconversão industrial, são tratados também pelo Conselho Industrial do Mercosul (CIM), órgão de caráter apenas consultivo integrado por representantes do setor privado dos quatro países e que tem por objetivo subsidiar as discussões das esferas decisórias com sugestões a respeito de questões polêmicas e de interesse mais direto para a dinamização dos negócios intra-bloco.

Ainda no âmbito ministerial, merece destaque a incorporação na agenda dos Ministros da Educação da preocupação com a cooperação não apenas tecnológica, mas científica também. De acordo com o texto original da declaração de princípios assinada no dia 10 de dezembro de 1991 em Brasília, o objetivo primordial inclui *“A conveniência de fomentar os programas de formação e intercâmbio de docentes, especialistas e alunos com o objetivo de facilitar o conhecimento da realidade que caracteriza a região e promover um*

maior desenvolvimento humano, cultural, científico e tecnológico” (Reunião de Ministros da Educação dos Países-Membros do MERCOSUL: Declaração de Princípios, 1991).

Do ponto de vista institucional foi criada para o setor de educação uma Comissão de Ministros, mais tarde, referendada pelo Conselho do Mercado Comum. Suas atribuições incluíam propor ao Conselho, através do GMC, as medidas destinadas a coordenação de políticas educativas entre os países-membros. Para assessorar a Comissão foi criado também o Comitê Coordenador Regional ao qual cabia a função de elaborar programas e projetos para o processo de integração e desenvolvimento regional na área da educação. Tal Comitê é formado por representantes das comissões nacionais de educação para a integração no MERCOSUL, criadas para coordenar as tarefas previstas no Protocolo de Intenções firmado entre as quatro partes.

A principal realização nesta área foi a definição do Plano Trienal de Educação do MERCOSUL⁵¹ durante a segunda reunião dos Ministros da Educação realizada na cidade de Buenos Aires em 1 de junho de 1992. No âmbito institucional a articulação deveria se buscada junto aos demais grupos de trabalho através da definição de áreas prioritárias. Previam-se, ainda, no tocante à cooperação a identificação das iniciativas de cooperação técnica em andamento entre os países-membros e a implementação *“de políticas de cooperação entre as instituições de educação superior dos países membros, para melhorar a formação e capacitação científica, tecnológica e cultural.”* (Ata da II Reunião de Ministros da Educação do MERCOSUL: Plano Trienal para o Setor de Educação, 1992).

O Plano Trienal estabeleceu três áreas prioritárias para cooperação e integração, a saber: Formação da Consciência Social ao Processo de Integração; Compatibilização e Harmonização dos Sistemas Educativos, e; Formação de Recursos Humanos para Contribuir para o Desenvolvimento. Dentre estas, merece destaque a última para qual previa-se a criação de três programas. O primeiro deveria incluir os Sub-Programas de Informação e Reflexão sobre o Impacto do Processo de Integração do Mercosul e Aprendizagem dos Idiomas Oficiais do Mercosul. O Programa III (Compatibilização e

⁵¹ Aprovado pelo CMC durante o encontro de Las Leñas pelo decreto 07/92.

Harmonização dos Sistemas Educativos) contava com os Sub-Programas de Harmonização Acadêmica, Jurídica e Administrativa e Sistemas de Informação.

Porém o mais importante, da óptica deste estudo, era o Programa II denominado Capacitação de Recursos Humanos para Contribuir para o Desenvolvimento. Este, por sua vez, se subdividia nos Sub-Programas de Educação Básica e Média, Formação Técnico-Profissional e, principalmente, de Formação e Capacitação de Recursos Humanos de Alto Nível e Pesquisa e Pós-Graduação. No caso deste último, o objetivo explícito era o de *“Promover a formação de base de conhecimentos científicos, humanos e infra-estrutura institucional de apoio ao processo de tomada de decisões estratégicas do MERCOSUL”* (Ata da II Reunião de Ministros da Educação do MERCOSUL: Plano Trienal para o Setor de Educação, 1992).

As linhas de trabalho definidas, para tanto, incluíam a identificação das pesquisas realizadas e em desenvolvimento nos países-membros, a formação de recursos humanos de alto nível através, da realização de pesquisas de interesse conjunto, e a difusão dos resultados obtidos para as comunidades científicas da região, setores produtivos e governos. Dentro destas linhas foram determinadas como atividades prioritárias: a realização de estudos nacionais sobre a capacidade instalada de pesquisa e pós-graduação; a organização de programa regional de pesquisa e pós-graduação, e; o desenvolvimento de programa regional de difusão dos resultados das pesquisas.

Para elevar o intercâmbio acadêmico-técnico-científico de nível superior decidiu-se, durante o quarto encontro de Ministros da área (realizado em Assunção em 30 de junho de 1993), constituir Grupos Nacionais, destinados a formular sugestões para implementação de um sistema adequado e programas de pós-graduação com alcance regional sobre temas de interesse do processo de integração do MERCOSUL. Com o objetivo de instrumentalizar os acordos, na reunião seguinte (Montevideu, 21/12/1993) foi definida a criação das Comissões Temáticas Regionais de Educação Tecnológica e Formação Profissional, e de Educação Superior.⁵² No tocante às fontes de financiamentos destas

⁵² Outras decisões tomadas no campo da educação durante este encontro foram: a realização de um curso de especialização (pós-graduação) regional denominado “Produção Agropecuária e Integração”; a aprovação da realização do Terceiro Congresso Tecnológico na Argentina em 1994; aprovação do Programa “Cruzeiro do

atividades destacou-se, principalmente, a busca de recursos junto a instituições multilaterais tais como UNESCO, OEA além do Programa Cruzeiro do Sul como resultado da solicitação enviada ao Conselho do MERCOSUL, através do Grupo Mercado Comum.

O texto original da proposta indica a nova imagem do cenário internacional que passou a nortear, no processo de integração, o tratamento dos temas de C&T a partir dos governos Menem e Collor. Através de sua leitura, percebe-se que tal imagem procura conciliar o avanço dos regimes democráticos e do progresso científico e tecnológico com o reconhecimento dos processos de globalização e regionalização enquanto fortes tendências internacionais. A integração, portanto, deve ser entendida como instrumento complementar às políticas locais de flexibilização das fronteiras em relação aos fluxos de bens e capitais internacionais. Trata-se, portanto, de um novo conceito de integração (denominado pela CEPAL de “regionalismo aberto” ⁵³) no qual, ao contrário do anterior, o princípio da autonomia perde sentido ante a percepção do caráter “inevitável” e urgente de vincular-se ao chamado processo de globalização como forma de contornar o suposto esgotamento do modelo de crescimento *para dentro* típico das décadas de setenta e oitenta.

Passando à esfera dos Subgrupos de Trabalho, percebe-se que o Mercosul conta com uma instância encarregada de tratar especificamente dos temas associados à demanda tecnológica dos setores produtivos: trata-se do SGT - 07 do GMC destinado à Política Industrial e Tecnológica.⁵⁴ Participam dele representantes de entidades governamentais, do setor empresarial e dos trabalhadores muito embora apenas os primeiros possuam papel ativo. Suas prioridades são: *“negociação de acordos de complementação em setores prioritários: siderúrgico, automotriz, eletrônico, petróleo, petroquímica e química fina, têxtil, papel e celulose e agro-industrial; harmonização das políticas de qualidade e produtividade; exame das legislações sobre patentes e propriedade intelectual; análise das*

Sul” de Cooperação Regional com a República da França; o reconhecimento da cooperação com a Itália para concessão de bolsas de estudo sobre temas de impacto regional no Uruguai; apoio à Sistemas de Informações, preexistentes entre Universidades, sobre dados estatísticos, administrativos e de cooperação na pesquisa científica.

⁵³ Para um estudo mais abrangente deste tema consultar Gana, 1994; Rosenthal, 1994; Mytelka, 1994.

⁵⁴ Sua criação, juntamente com os demais nove subgrupos, foi determinada conforme o disposto no Anexo V do Tratado de Assunção.

políticas de investimentos e promoção industrial, inclusive quanto aos investimentos estrangeiros.” (Ata da I Reunião do GMC).

Os assuntos específicos à esfera da tecnologia, tais como o exame das legislações sobre patentes e propriedade intelectual, são discutidos na Comissão Temática de Política Tecnológica do Mercosul⁵⁵. Acatando o calendário proposto pelo subgrupo o Cronograma de Las Leñas definiu os principais temas de política tecnológica a serem harmonizados para a conformação do bloco (Quadro 3.1), bem como os respectivos prazos para o cumprimento das tarefas. Chama a atenção, em relação a eles, o enfoque de corte horizontal no qual a diferenciação por setor não é priorizada a despeito do reconhecimento da existência de fortes assimetrias entre os sistemas nacionais.

Na raiz de tal contradição do enfoque adotado, encontra-se a própria a orientação adquirida pelo processo de integração nesta etapa. O “objetivo” oficial era o de estabelecer os parâmetros iniciais de uma eventual política tecnológica comum, através da inclusão de um tratamento diferenciado dado a alguns setores na agenda de trabalho deste foro. Na realidade, contudo, tal preocupação com temas tecnológicos e sua inclusão nas agendas de diferentes instâncias correspondia à necessidade de harmonização, entre os países-membros, das normas técnicas, que direta ou indiretamente obstruem o programa de liberalização comercial.

Conforme a primeira parte deste trabalho tentou demonstrar, muito embora a continuidade do processo houvesse sido inicialmente assegurada pela assinatura do Tratado de Assunção, foram notórias as dificuldades para contornar os impasses surgidos nas negociações intergovernamentais em função da falta de consenso entre as partes quanto ao seu ritmo e abrangência. A tentativa inicial de contorná-los a partir do Cronograma de Las Leñas no qual se inserem tanto o Plano Trienal de Educação, quanto as atividades determinadas para o SGT

⁵⁵ As demais comissões são de: Diagnóstico da Competitividade Setorial no MERCOSUL; Harmonização dos Regimes de Promoção Industrial Vigentes no Mercosul; Tratamento a Ser Conferido a Produtos Provenientes das Áreas Aduaneiras Especiais Existentes na Região; Política de Qualidade e Produtividade; Política para as Micro, Pequenas e Médias Empresas do MERCOSUL; Tratamento da Propriedade Intelectual no MERCOSUL, e; Meio Ambiente.

7 fracassou, dada o descumprimento dos prazos determinados, diante da do acirramento das posições e dos impasses impostos ao processo decisório.

No caso do Plano Trienal os avanços se limitaram à aprovação dos Protocolos de Integração Educativa e Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos para os níveis primário, médio não-técnico e técnico. O "Protocolo de Integração Educativa sobre Reconhecimento de Títulos Universitários para o Prosseguimento de Estudos de Pós-graduação nas Universidades dos Países Membros do MERCOSUL, por sua vez, apesar de aprovado aguardava até 1995 a retificação pela Reunião de Ministros de Educação e seu encaminhamento para aprovação nos respectivos congressos. As dificuldades no âmbito do SGT 07 não foram menores já que as negociações para determinar as bases técnicas do "Protocolo de Harmonização de Normas sobre Propriedade Intelectual no MERCOSUL, em Matéria de Marcas, Indicações de Procedência e Denominações de Origem" foram lentas e difíceis, o que repercutiu em sistemáticos adiamentos, do prazo para sua conclusão, até a oitava reunião do CMC (Assunção, 4 e 5 de agosto de 1995) quando foi aprovado para apresentação aos legislativos locais.

A segunda instância destinada aos assuntos tecnológicos e que inclui os temas de natureza científica, a Reunião Especializada de C&T (REC&T), foi definida ainda em junho de 1992 em Las Leñas, durante a VI Reunião do Grupo Mercado Comum, através da resolução 24/92 (anexo 1). O objetivo explícito desta instância é o de integrar as instituições locais de pesquisa e a elaborar as linhas mestras de uma futura política científica e tecnológica comum. Segundo o Tratado de Assunção, a partir disto seria possível atender à *"necessidade de promover o desenvolvimento científico e tecnológico dos Estados e de modernizar suas economias, para ampliar a oferta e a qualidade dos bens e serviços disponíveis, a fim de melhorar as condições de vida de seus habitantes."* (Tratado de Assunção, 1991)

Entretanto, sua aprovação, na mesma ocasião pelo CMC, obedeceu ao imperativo diplomático de reafirmar a vontade política quanto ao avanço e ampliação do processo. Na verdade, como visto, o objetivo prioritário, era o de contornar, na medida do possível, as resistências determinadas pelo acirramento das divergências no plano comercial. Por outro lado, o trecho acima põe, mais uma vez, em evidência, o fato de que também neste campo assumiu-se uma nova imagem de referência, para a articulação destes temas com a

estratégia orientada para o âmbito comercial. Conforme enfatizado na primeira parte deste trabalho, portanto, a criação desta instância representa um novo marco conceitual e institucional para o tratamento das questões de C&T.

A instância possui o mesmo nível hierárquico dos Subgrupos de Trabalho reportando-se diretamente ao GMC. Sem embargo, a REC&T foi criada para atuar em conjunto com o SGT 7 privilegiando o “enfoque ofertista” que tradicionalmente permeia as ações de centros de pesquisa pertencentes ao setor público (neste sentido merece especial destaque o papel desempenhado pelas universidades). As delegações congregam representantes permanentes dos respectivos órgãos nacionais de ciência e tecnologia nacionais, membros dos Ministérios das Relações Exteriores e dos Ministérios da Indústria e Comércio. A presença de membros dos MRE's, por determinação do GMC, se justifica por seu papel mediador no âmbito político, enquanto que a dos membros dos Ministérios da Indústria e Comércio está associada a necessidade de estabelecer e monitorar a interface junto com interesses dos setores produtivos.

Os encontros, são abertos à participação, em caráter esporádico, conforme as necessidades estabelecidas pela agenda, de pessoas ligadas às comunidades acadêmicas, institutos de pesquisa, agências de financiamento, representantes de entidades empresariais, etc. Além destes, eventualmente são convidados representantes dos governos de terceiros países, organizações, programas internacionais e membros dos Subgrupos de Trabalho do MERCOSUL.

A REC&T é fundamentalmente um órgão intergovernamental (reproduzindo o padrão de funcionamento adotado e determinado pelo GMC) de caráter não decisório e assim como os demais subgrupos de trabalho é uma instância técnica. Assim sendo, já no primeiro encontro, realizado em Brasília nos dias 11 e 12 de março de 1993, foi aceita a Proposta Brasileira (elaborada em 31 de agosto de 1992) que sugeria um tipo de organização assentada, fundamentalmente, sobre uma base local. A proposta partia da constatação de que uma participação ampla de todos os atores institucionais envolvidos com a C&T era, do ponto de vista operacional, inviável e que, portanto, as Seções deveriam se organizar com ampla

liberdade de organização e articulação mas, a partir de um núcleo reduzido agregando se necessário outros participantes.⁵⁶

Assim sendo, os temas selecionados à nível nacional deveriam ser então encaminhados para as Comissões Temáticas (criadas mediante a aprovação do GMC) para serem debatidos e negociados. Estas, por sua vez, possuem caráter *plurinacional* abrangendo todos os países-membros ou parte deles, contam com um Coordenador Nacional e podem, ainda, criar subcomissões e (ou) Grupos de Trabalho. As delegações nacionais são compostas por seus coordenadores, além disto elas possuem ampla liberdade para realizar encontros, conforme sua necessidade, e para estabelecer o modo de operação dentro das diretrizes pactuadas. Até 1995 foram criadas (por ordem de encaminhamento) as Comissões de Sistemas de Informações Científico-Tecnológica, Marco Normativo de Cooperação Científico Tecnológica, Interconexão de Redes de Computação, Capacitação de Recursos Humanos, e o Grupo de Trabalho sobre Linhas de Financiamento.

A seguir passaremos em revista os encontros realizados pela REC&T desde sua criação. O objetivo é acompanhar a evolução de suas atividades para tentar com isto delimitar seu ritmo e alcance. Ainda na primeira reunião, foram definidos os primeiros passos em relação à cooperação, com a realização de um levantamento sobre os marcos normativos para cooperação dos Países Membros assim como dos acordos bilaterais e multilaterais de C&T vigentes à época. Pretendia-se, a partir disto, harmonizar e propor mecanismos comuns para a integração neste campo. Para tanto, a REC&T enviou uma recomendação, logo aceita, ao GMC dispondo sobre a criação das Comissões Temáticas de Sistemas de Informações Científicos-Tecnológicas e Marco Normativo e Interconexão de Redes de Computadores.

Seguindo a proposta brasileira de realizar quatro encontros anuais, o segundo encontro do foro aconteceu em Montevideu nos dias 26, 27 e 28 de maio. Nele foram incluídos, no âmbito da Comissão de Marco Normativo, os temas, considerados sensíveis no que toca ao objetivo de ampliar as trocas comerciais, relativos à propriedade intelectual,

⁵⁶ A Seção Brasileira, por exemplo, elabora uma reunião preparatória, entre cada encontro da REC&T, com o objetivo de levantar junto à comunidade científica questões relevantes para serem discutidas durante sua realização.

transferência de tecnologia, defesa do consumidor, e regulamentação técnica, certificação de qualidade e metrologia. Definiu-se, ainda nesta ocasião, que a estratégia para a cooperação deveria ser progressiva para três níveis distintos de atuação: a troca de informações sobre áreas, projetos, instituições e programas existentes; estímulo para programas estratégicos, e; projetos conjuntos a partir de programas comunitários.

Além disto, recomendou-se ao GMC incorporar programas de cooperação científica e tecnológica ao Convênio de Cooperação Técnica firmado entre o MERCOSUL e o BID. Muito embora a iniciativa se destinasse à *“financiar projetos de caráter sub-regional vinculados à reconversão agropecuária e industrial”* (Ata da XI Reunião do GMC), a solicitação, foi ignorada e o acordo final firmado limitou-se à destinar recursos para pequenas e médias empresas.

Já na terceira reunião da REC&T (setembro em Assunção) a primeira fase da estratégia foi posta em marcha com a inclusão dos primeiros projetos no “Portafólio de C&T do Mercosul”. Na verdade, não se tratavam de iniciativas concretas de cooperação, uma vez que as comissões temáticas foram instruídas a apresentar seus planos de trabalho na forma de projetos. Assim sendo, foram incluídos no potafólio os seguintes itens: publicação da descrição dos Sistemas Nacionais de C&T; harmonização de indicadores de C&T; encontro com organizações multilaterais sobre cooperação em C&T⁵⁷; seminário de experts latinoamericanos residentes fora de seus países⁵⁸; convocação para apresentação de projetos aos pesquisadores argentinos residentes nos países-membros; Reunião sobre Coordenação entre o Programa Bolívar, o CYTEC e o programa Mercado Comum de Conhecimento, e; curso de Gestão de Cooperação Internacional em C&T (Montevideu, 1994).

A REC&T tomou conhecimento, ainda, da abertura de uma linha da FINEP para projetos conjuntos de empresas e a existência da Lei de Promoção da Inovação Tecnológica voltada a projetos de inovação intermediados pela SECYT da Argentina. Finalmente a delegação brasileira apresentou um estudo sobre indicadores de C&T no

⁵⁷ Realizado em Montevideu em abril de 1994.

⁵⁸ Feito na província de Buenos Aires em setembro de 1993.

MERCOSUL para servir como base de consulta para os trabalhos de harmonização e a delegação argentina apresentou projeto versando sobre o tema dos cientistas residentes no exterior.

A 4a. REC&T foi realizada na cidade de Buenos Aires em dezembro. Lá discutiu-se sua forma de organização e a atuação para a elaboração de programas que incentivassem a participação de órgãos e de agências nacionais. Quanto à organização, acordou-se que o agendamento dos temas dever-se-ia subdividir em duas etapas. A primeira, dedicada aos de natureza estratégica e política, e a segunda, relacionada à aspectos de planificação, monitoramento e coordenação de atividades. Para o ano de 1994, de acordo com o Cronograma de Las Leñas (Quadro 3.2), o objetivo prioritário era concentrar esforços na obtenção de resultados concretos em termos de cooperação. Entretanto, muito embora a REC&T tomasse conhecimento de diversos projetos no campo da C&T na sub-região,⁵⁹ incluindo-se aí as atividades desenvolvidas pelo CABBIO e pelo PABI, tal tarefa não pôde ser cumprida, pois no plano mais geral da integração, como visto, o processo tornou-se lento a partir do acirramento das posições no que diz respeito à sua principal prioridade, a definição da TEC.

Por esta razão durante a 5a. REC&T em Montevideu, abril de 1994, decidiu-se que a instância não iria aguardar a formalização de uma estratégia global de C&T para o Mercosul prosseguindo seus trabalhos. Além disto, acordou-se que o portfólio de projetos da REC&T deveria ser informatizado e apresentado ao GMC dada sua importância como instrumento de articulação, difusão e transparência para o processo de integração. A delegação brasileira apresentou diversos informes e documentos. Dentre eles vale a pena destacar a Proposta de Metodologia a ser Adotada para Projetos de Cooperação em C&T no MERCOSUL; a criação do Programa de Cooperação Acadêmica-Científica do MERCOSUL

⁵⁹ Projeto Química Fina da província de Neuquén; Projeto Luz para a formação de recursos humanos em óptica laser e fibras ópticas; Projeto Pólos Produtivos Associados à Zonas de Risco, e; proposta de cooperação científica entre centros e instituições do MERCOSUL no campo da física, ciências básicas e aplicadas e criação do Centro Interamericano de Física

como resultado do Seminário de mesmo nome realizado em novembro de 1993 em Porto Alegre; o Programa de Treinamento em Administração de Pesquisas em C&T.⁶⁰

Na reunião seguinte, a sexta, realizada em Assunção, nos dias 11-12 de agosto do mesmo ano foi apreciada uma proposta sintética de estratégia. Além disto a delegação argentina apresentou formalmente o Projeto "Red de Investigadores del MERCOSUL Residentes Fuera de sus países de Origen". A proposta brasileira para a estratégia do órgão explicitava, já entre seus objetivos mais gerais, um claro esforço no sentido de procurar compatibilizar o novo referencial adotado pelo processo com suas atividades. Assim, de acordo com seu texto original a meta prioritária de seus trabalhos era *"aumentar a produtividade das economias do MERCOSUL; viabilizar a livre circulação de bens, serviços e fatores de produção entre os Países-membros, e; aumentar a competitividade dos segmentos produtivos do MERCOSUL em terceiros mercados."* (Anexo III à Ata da VI REC&T: estratégia de ação versão resumida).

Esta preocupação se traduziu na formulação de um conjunto de diretrizes básicas, para nortear todas as futuras atividades desenvolvidas no campo da ciência e tecnologia, no qual a cooperação assume papel central tanto para a geração de capacidade inovativa, quanto para o estabelecimento de uma política comum para atingi-la. Tais diretivas de acordo com o Anexo III à Ata da VI REC&T, eram as seguintes:

- "integração e aperfeiçoamento da infra-estrutura de C&T, sob todos os aspectos de recursos humanos, equipamentos, organização, etc.;
- promoção do intercâmbio de idéias entre pesquisadores, empresários, comunicadores sociais e especialistas acerca do uso do conhecimento científico e da inovação tecnológica para alcançar uma maior competitividade internacional;
- formulação de estratégias para o melhor aproveitamento, por parte do setor produtivo, da capacidade científica dos centros de pesquisa;

⁶⁰ Realizou-se, também a avaliação do Workshop sobre Agências de Financiamento e de Promoção ao qual compareceram as agências nacionais dos países membros do MERCOSUL (CAPES, FINEP, CNPq, Associação dos Bancos de Desenvolvimento Econômico, CONICYT) assim como instituições internacionais ligadas à C&T (tais como UNESCO, OEA, OIM, Programa Bolívar, BID, etc.). O objetivo foi o de promover o intercâmbio de informações sobre instrumentos de financiamento a C&T

- promoção da articulação entre os diferentes setores com interesse e possibilidades de contribuir para o desenvolvimento de uma economia competitiva baseada na capacidade científico-tecnológica;
- promoção da elaboração de projetos inovativos no marco da cooperação internacional com participação de centros de pesquisa do MERCOSUL;
- estímulo ao papel que desempenham os pesquisadores de países do MERCOSUL residentes no exterior na transferência de conhecimentos científicos;
- esforço de pesquisa e desenvolvimento em áreas mais importantes em termos sócio-econômicos, nomeadamente aquelas relacionadas com setores onde se verifique uma elevada complementaridade entre os países do MERCOSUL, as que permitam potencializar iniciativas de parcerias entre empresas e destas com entidades tecnológicas e ainda aquelas que forem mais significativas para contribuir para sanar os graves problemas de natureza social vivenciados na região”. (Anexo III à Ata da VI REC&T)

Ressalte-se destas diretrizes o pressuposto de que *“a integração no campo da C&T deve se orientar pelas necessidades dos setores produtivos, ou seja através do envolvimento empresarial em todos os níveis”* (Anexo III à Ata da VI REC&T). A definição de um enfoque ofertista no ambiente da integração pode ser explicada, de um lado, pela reprodução da dinâmica que caracteriza os sistemas de C&T locais. Por outro lado, tal diretriz também pode ser atribuída à própria natureza do processo, na medida em que como ele, trata-se de uma iniciativa puramente política sem demanda da parte do empresariado.

Assim sendo, considerando-se as diferentes dinâmicas locais pode-se concluir que o sucesso na consecução dos objetivos estabelecidos depende fundamentalmente da eficácia na implementação, pelos canais políticos decisórios, da estratégia pactuada. De fato, estratégia reconhece isto ao assumir que, *“o comprometimento dos órgãos governamentais é fundamental para estimular a articulação entre as instituições públicas e privadas com ou sem fins lucrativos”* (Anexo III à Ata da VI REC&T).

Contudo, apesar de admitir a existência de tais assimetrias e a necessidade de utilizar o maior número possível de instrumentos, que, segundo seu documento, *“vão da cooperação e parceria até a assistência técnica através de acordos bilaterais ou*

multilaterais”, a estratégia não avança na definição clara do papel dos Estados locais na elaboração de uma política científica e tecnológica comum. Mesmo assim, (e talvez como forma de compensar tal indefinição) as delegações procuraram manter um escopo abrangente para linhas de ação priorizadas, quais sejam:

- “Troca de informações para melhorar o conhecimento mútuo da infraestrutura de C&T (serviços, capacidade de pesquisa e desenvolvimento - centros de excelência, formação e aperfeiçoamento de RH) através da análise do marco legal visando identificar restrições e oportunidades para cooperação, iniciativas já existentes, e os instrumentos de apoio;
- busca de cooperação e parceria junto à empresas ou organizações empresariais com destaque para as líderes;
- cooperação e integração em termos de infra-estrutura de C&T: tanto na organização de serviços tecnológicos para a região (caso das redes informatizadas), quanto na participação articulada em programas apoiados por órgãos internacionais e em programas de treinamento associados com projetos concretos de P&D de organização ou implantação de capacidade de infra-estrutura, etc.);
- montagem de um sistema de informações de interesse geral no MERCOSUL, que inclua informações tecnológicas setoriais, eventos em C&T, referências bibliográficas, dados sobre a oferta e a demanda de serviços tecnológicos, etc;
- formação e treinamento de recursos humanos inclusive para a gestão de iniciativas de cooperação;
- extensão para os profissionais de nível técnico das ações voltadas ao desenvolvimento de recursos humanos atualmente limitadas aos cursos de graduação e pós-graduação;
- reforço das atividades de cooperação bilaterais já existentes incluindo o reequacionamento das mesmas buscando um maior envolvimento dos setores empresariais, a criação de centros de excelência comunitários podendo para isto mudar ou adaptar as instituições de C&T atuais;
- dar ênfase na cooperação científica aos setores difusores de competitividade, como por exemplo: informática, microeletrônica, biotecnologia, novos materiais, espacial e química;
- incentivo aos projetos voltados ao mercado, com ênfase nos de natureza tecnológica destinados a melhoria da qualidade, produtividade e inovação. Tais projetos podem estar ligados à atividades-fim ou atividades-meio, em particular a implantação de uma infraestrutura adequada às necessidades dos setores produtivos;

- incentivo para iniciativas destinadas à resolver problemas sociais urgentes da região;
- ênfase no trinômio tecnologia, meio-ambiente e preservação dos recursos naturais;
- busca de capacitação em técnicas gerenciais para formar uma rede de instituições capaz de fornecer gestores qualificados;
- articulação entre as agências e órgãos de financiamento em cada país-membro;
- articulação com organizações internacionais de cooperação, nas quais os países-membros tenham participação, sobretudo em temas de desenvolvimento tecnológico, por exemplo: a utilização do Tratado de Montevideu como instrumento jurídico para vincular as iniciativas de articulação no campo tecnológico.” (Anexo III à VI REC&T)

De acordo com o exposto, a orientação da estratégia para os setores produtivos põe em relevo a cooperação com as chamadas *empresas líderes*. Contudo, em que pese o caráter resumido do documento, a ausência de qualquer tipo de caracterização sugere a adoção de um critério de tratamento no qual, implicitamente, a diferenciação quanto a origem do capital não se faz necessária. Assim, considerando, que no âmbito local (ao menos no caso dos países do MERCOSUL), o papel de liderança nos setores mais dinâmicos da economia, via de regra, é exercido pelas filiais dos grandes grupos transnacionais, caracterizados, sobretudo, por possuir capacidade inovativa própria e cuja lógica do processo decisório dentro das estratégias corporativas, historicamente, tem excluído a possibilidade de firmar acordos de cooperação dentro das prioridades que estabelecem, parece ser pouco provável que haja interesse de sua parte em estabelecer novas bases para o padrão de relacionamento com os sistemas nacionais de C&T.

Por outro lado, dado que a dinâmica do processo de integração condicionada pelos interesses locais, conformou uma organização assentada sobre o relacionamento entre governos, duas observações emergem. Em primeiro lugar, de acordo com o exposto na primeira parte deste trabalho, muito embora o processo tenha obtido sucesso no que tange ao envolvimento dos setores produtivos, tal esforço se concentrou nas questões comerciais em detrimento das demais, em função das assimetrias existentes entre as estruturas industriais e do descompasso no ritmo e grau de abertura de cada membro. Além disto, do ponto de vista institucional, a pretendida "*participação em todos os níveis*" dos setores produtivos não dispõe de formas de manifestação efetivas dentro do Mercosul, uma vez que os canais criados em

seus foros são de natureza apenas consultiva. Como a REC&T possui uma estrutura cuja dinâmica reproduz no âmbito da C&T estas características, também nesta instância a vocação propalada tende a se manifestar apenas no plano do discurso.

Outro aspecto importante que merece ser considerado diz respeito ao aproveitamento das experiências anteriores incluindo sua eventual reformulação em direção aos interesse empresariais que dão a tônica da orientação do MERCOSUL. Contudo, ao contrário da etapa prévia, a instância tem-se mostrado, até o momento incapaz de incorporar as iniciativas de cooperação anteriores em função da nova orientação do projeto de integração baseado sobre o ideário neoliberal de redução do papel regulador do Estado.

Ainda conforme o documento a cooperação deveria priorizar os "*setores difusores de competitividade*" identificados com os campos da chamada fronteira do conhecimento. Mas, tal identificação das prioridades, em termos de linhas de pesquisa e desenvolvimento, contribui para acirrar o afastamento dos setores produtivos na medida em que a oferta de conhecimentos gerada não corresponde às necessidades dos setores produtivos mais tradicionais. No caso dos setores mais modernos a capacitação se dá pela via da transferência de tecnologia, que normalmente, é obtida através dos chamados *pacotes tecnológicos*.

Assim, da mesma forma que nos sistemas nacionais de C&T, a ênfase nas áreas de ponta na estratégia de cooperação tende a ter um reduzido impacto dentro do padrão industrial predominante, pouco contribuindo para romper, ao nível sub-regional, com a falta de demanda dos meios empresariais. Trata-se na verdade da reprodução no macroambiente da integração de uma contradição inerente à maior parte dos sistemas nacionais de C&T da América Latina. Este quadro é agravado ainda, no caso da cooperação acadêmica, pela oferta de oportunidades junto aos países mais desenvolvidos que tende a esvaziar as iniciativas intra-bloco.

Finalmente, o documento limita-se a incluir apenas no plano do discurso referências tópicas e genéricas sobre a necessidade de direcionar a cooperação ao equacionamento dos problemas sociais (e de meio ambiente) da região. De fato, muito embora a complexidade do tema exija, por si mesma, uma estratégia à parte, ele não suscitou nenhum

aprofundamento maior nem em termos de diagnóstico, nem quanto ao detalhamento dos instrumentos necessários para tal tarefa.

Em termos operacionais a REC&T decidiu criar uma comissão para tratar dos critérios e definições sobre projetos do MERCOSUL, composta por dois representantes de cada país. São atribuições desta o estabelecimento das prioridades em termos de posicionamento frente a União Européia em assuntos de C&T, linhas e áreas de cooperação, esquemas de formulação, controle de gestão, avaliação de projetos e medição do impacto dos mesmos. De acordo com uma proposta apresentada pela delegação uruguaia foram definidos três diferentes tipos de projetos: os espontâneos, ou seja, aqueles surgidos como resultado de iniciativas independentes; os induzidos pela REC&T, através de estudos prévios, em função de seus impactos sócio-econômicos, e; os comunitários; quer dizer, aqueles que se originaram a partir de outros órgãos pertencentes ao MERCOSUL.

As condições gerais exigidas quanto à participação são, no caso dos induzidos e comunitários, que ao menos dois países-membros estejam representados pelas instituições interessadas e que tanto pesquisadores, quanto instituições dos demais países venham a ser posteriormente incorporadas. Com relação à apresentação, os projetos podem ser remetidos pelas contrapartes nacionais ao seu respectivo Órgão Nacional de C&T (ONC&T) ou conjuntamente à REC&T através da Secretaria Administrativa do MERCOSUL. No que diz respeito à avaliação sugere-se três formas distintas: nacional, pelos ONC&T; conjunta, com representantes dos países participantes, e; independente, de acordo com um sistema por pares. No caso dos projetos induzidos as etapas a serem cumpridas incluem: estudo, através de consultorias nacionais ou comunitárias; convocatória, que levará em conta nos resultados do estudo as áreas e condições específicas dos projetos; avaliação, que se efetuará conforme estabelecido nas condições gerais, e; aprovação, por parte da REC&T.

Por fim, em relação aos critérios de seleção sugeriu-se que os projetos: sejam apresentados e confirmados por parte de dois ou mais órgãos do MERCOSUL; estejam em concordância com os planos, programas e estratégias da REC&T; sejam viáveis em termos técnicos, sociais, econômicos, financeiros, ambientais, etc.; tenham concordância com os mecanismos e procedimentos dos respectivos órgãos de apoio; tragam impactos sociais, econômicos e inovativos significativos para os setores produtivos; que colaborem na

integração tecnológica e econômica da região; impliquem na melhor utilização dos recursos humanos, materiais e institucionais da região, e; enfatizem o homem com a criação de empregos e melhoria da qualidade de vida.

Quanto ao financiamento, cada projeto deverá contar previamente com o apoio das contrapartes nacionais. Os recursos para o financiamento dos programas e projetos deverão ser obtidos através da *"orquestração dos instrumentos de apoio existentes"* conforme um conjunto de cinco *"idéias-força"* que constam no Anexo III à VI REC&T. São elas: buscar a harmonização das linhas de financiamento, dos incentivos fiscais e demais instrumentos de fomento; articular as políticas operacionais das instituições financiadoras; reduzir os custos das atividades de C&T; utilização de recursos não governamentais e privados dada a orientação voltada para os setores produtivos, e; articulação com a Reunião de Ministros da Educação para a utilização dos recursos disponíveis.

No que tange à gestão da cooperação, a estratégia observa que muito embora a importância das atividades desenvolvidas pela REC&T seja inegável, dado que trata-se de uma fase de transição e que além disto o tema envolve uma grande multiplicidade de questões e atores, elas devem se pautar pelo pragmatismo. Assim, a consolidação de sua estrutura gerencial necessária para criar um sistema de controle adequado das atividades de estímulo à cooperação, acabou sendo postergada para uma segunda etapa. Neste sentido, foi definido um conjunto de posturas para viabilizar estas tarefas que incluem segundo o Anexo III da VI REC&T: a articulação permanente com os Subgrupos de Trabalho 03, 07, 08 e 09; a adoção de uma abordagem dual topdown e bottom up para a organização das atividades partindo da identificação de interesses/necessidades ou interagindo com instituições envolvidas para localizar iniciativas relevantes para a integração.

A 7a. REC&T foi efetivada na cidade de Montevideu, entre os dias 29 e 30 de setembro de 1994. Nela analisou-se a versão sintética da estratégia da Reunião e a proposta de projeto de cooperação elaborada na Reunião anterior; aprovou-se documento para ser apreciado pelo GMC sobre as relações com a União Européia; deliberou-se que haverão dois tipos de projetos no tocante à necessidade (ou não) de financiamento externo para P&D; foram apreciados os informes das Comissões Temáticas e do SGT-07 sobre política industrial e

tecnológica; acordou-se realizar o II Workshop sobre Agências de Financiamento e de Promoção da Ciência e Tecnologia

A 8a. REC&T foi realizada na mesma cidade, exatos dois meses após a reunião anterior. Procede-se a atualização do Portfólio de Projetos, o projeto "*Red de Investigadores del MERCOSUL Residentes Fuera de sus Países de Origen*" da delegação argentina foi formalmente apresentado e as delegações, assim como as Comissões Temáticas, informaram as atividades em curso e programadas. O Subgrupo de Trabalho 07 apresentou documento preliminar sobre Política Industrial e Tecnológica. Além disto foi agendado o Segundo Workshop com agências de financiamento privilegiando a questão da demanda de C&T.

Merece destaque a redefinição pelo GMC do papel da instância dentro do Mercosul. Ao encerrar-se o chamado “período de transição” para a formação de uma união aduaneira, a REC&T passou a se constituir o órgão oficial de ciência e tecnologia do bloco. Assim, o tratamento de todos os assuntos pertinentes ao campo da ciência e tecnologia, levantados pelos subgrupos de trabalho, a partir do início de 1995 foi centralizado na esfera da REC&T (sugeriu-se inclusive que o mesmo procedimento fosse adotado no âmbito das Reuniões de Ministros da Saúde e do Foro Consultivo Econômico e Social⁶¹).

Levando isto em consideração, neste encontro foi apresentado o *Plano de Ação Programada da REC&T* para 1995 (Anexo III à Ata da 8.a REC&T), elaborado pela delegação brasileira e aprovado pelos demais representantes dos países-membros. Superados os impasses relativos à definição da TEC, que paralizaram o andamento das atividades da instância, mais uma vez procurou-se enfatizar a necessidade de buscar resultados concretos na viabilização de projetos. Para isto, o programa definiu como prioridades o aperfeiçoamento do funcionamento da REC&T, o aumento da participação de outros atores, notadamente o setor produtivo, e negociações de acordos junto a terceiros países.

Quanto ao aperfeiçoamento, as atividades dever-se-iam orientar para a difusão de informações relativas à C&T assim como dos trabalhos e da estratégia da REC&T através

⁶¹ O Foro Consultivo Econômico e Social foi estabelecido no âmbito da Comissão Parlamentar Conjunta e congrega representantes de diversos setores.

da criação de sistemas e redes informatizadas e outros meios de comunicação. Quanto à busca de envolvimento dos setores produtivos, as ações incluíam a participação e realização de eventos de integração e busca de oportunidades, a realização de curso sobre gestão e a formação de um Grupo Técnico Consultivo para selecionar projetos. Por fim, previa-se ainda o estabelecimento de canais de aproximação junto à terceiros países, tanto da América Latina, com ênfase no Chile e na Bolívia, quanto do NAFTA e da União Européia.

No ano seguinte, realizou-se em Buenos Aires o primeiro encontro de Ministros de Ciência e Tecnologia do Mercosul (26 de abril de 1995). Durante a reunião diversas decisões foram tomadas dentre elas duas merecem destaque, a primeira, relativa a proposta de enviar ao GMC uma solicitação para a criação de uma Comissão de Ciência e Tecnologia que incorporasse os resultados e ações desenvolvidas pela REC&T, particularmente aqueles referentes ao Documento de Estratégia. A segunda, foi a proposta de criação de um Fundo Rotatório composto por recursos próprios e de terceiros, oriundos de linhas internacionais, direcionado ao financiamento dos programas e projetos induzidos de cooperação na área de C&T.

No tocante à cooperação decidiu-se, ainda, apoiar iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento profissional, estimular a avaliação conjunta de projetos de P&D e estimular a parceria com organismos internacionais no desenvolvimento dos projetos e programas desenvolvidos pela Comissão de C&T. Acordou-se, também, para orientação das ações conjuntas, definir como áreas programáticas a gestão tecnológica, as temáticas aplicadas e as sociais.

A primeira, abrangendo apenas o campo da tecnologia, destina-se à criação de infra-estrutura e à harmonização da legislação em temas de interesse comercial mais imediato, tais como: troca de informações, transferência e avaliação de conhecimentos, propriedade intelectual, identificação e análise de oportunidades. A segunda inclui os setores produtivos mais tradicionais (tais como agropecuária, agroindústria, alimentos e transportes) em função de sua importância para o abastecimento intra-bloco e do peso no comércio sub-regional. Além destes, figuram campos considerados vitais em termos econômicos e de infra-estrutura, tais como: recursos naturais, energia e telecomunicações. Foram selecionados, ainda, setores da “fronteira científica e tecnológica” cuja importância decorre da busca de capacitação em

setores difusores de inovação, tais como: biotecnologia, novos materiais, tecnologia espacial, climatologia e informática. Finalmente a terceira área se refere aos assuntos relacionados ao interesse social dos setores mais carentes das populações locais, este é o caso dos campos da saúde, nutrição, problemas urbanos e regionais, problemas populacionais, ordenamento e desenvolvimento ambiental, e desemprego.

Apesar da conferência de ministros, o nono encontro da REC&T só pôde ser realizado decorridos quase dez meses após a reunião anterior, nos dias 18 e 19 de setembro de 1995. Isto é, com aproximadamente nove meses de vigência da estrutura institucional definitiva do MERCOSUL e, portanto da ampliação do papel desta instância a partir do novo modo de relacionamento desta com os demais órgãos técnicos do MERCOSUL. Tal atraso, resultou da crise mexicana que, logo no fim de 1994, originou um novo e grave impasse que, como visto, não só inviabilizou as metas de Las Leñas, como também, repercutiu no atraso da internalização da maior parte das decisões tomadas em relação ao campo comercial.

Na nona REC&T foram criados a comissão temática dedicada à Capacitação de Recursos Humanos e o Grupo de Trabalho sobre Linhas de Financiamento, com ênfase nos projetos induzidos. Além disto, a delegação brasileira apresentou um documento (Anexo IV à 9ª REC&T) contendo informações sobre as atividades nas áreas de biotecnologia, recursos marítimos, energia e saúde que poderiam vir a ser incorporadas ao Programa de Trabalho do órgão.

A 10ª REC&T ocorreu no mesmo local e apenas um dia após o encerramento do encontro anterior ou seja nos dias 21 e 22 de novembro de 1995. quando foi, então, elaborado e discutido seu Programa de Trabalho, sugerido pela delegação do Brasil, para 1995 agora com vistas ao ano seguinte. Além dos informes das delegações e da revista das atividades das Comissões Temáticas, foi discutida a participação do órgão no Programa Bolívar, a coordenação da cooperação com a União Européia e preparada a Reunião de Ministros de C&T do MERCOSUL (março de 1996).

Deste encontro vale recordar o início da definição de tarefas da nova Comissão Temática de Capacitação de Recursos Humanos e do Grupo de Trabalho sobre Linhas de Financiamento. No caso da primeira foi determinada a criação de um grupo de trabalho para

compatibilizar os sistemas de avaliação dos cursos de pós-graduação locais e de outro dedicado à criação de um Fundo de Bolsas MERCOSUL para financiar a capacitação e formação de RH. No segundo caso, as principais atividades determinadas cobriam o levantamento e a divulgação das fontes nacionais e internacionais de financiamento e a implementação de um fundo comum para projetos induzidos com recursos governamentais.

A 11a. REC&T aconteceu em Assunção no Paraguai no dia 26 de fevereiro de 1996. O fato mais relevante deste encontro foi a aprovação da versão definitiva da proposta brasileira, discutida na reunião anterior, para o Programa de Trabalho 95/96 (Anexo III à Ata da 11a. REC&T) após mudanças sugeridas pelas demais delegações. Partindo da identificação das Áreas Programáticas definidas durante o encontro de Ministros de C&T, o Programa determinou às comissões temáticas e ao grupo de trabalho a definição das agendas de tarefas de curto e médio prazo.⁶²

O décimo segundo encontro da REC&T foi em Buenos Aires, nos dias 30 e 31 de maio de 1996, e dele não participou a delegação paraguaia. Nesta reunião determinou-se: que a instância deveria buscar coordenação em termos de cooperação com a União Européia, o que incluiu a proposta de áreas para o Programa Marco INCO-DC e os requerimentos de cooperação técnica que devem ser incluídos nas negociações; o levantamento das demandas de cooperação no Programa MERCOSUL 2000 e a busca de fontes para satisfazê-las; a discussão dos mecanismos para a incorporação e continuidade de projetos, programas e atividades da REC&T, e; a análise e avaliação da proposta brasileira de realização de um Simpósio sobre Cooperação Científica, Tecnológica e Empresarial para ampliar as oportunidades neste campo.

Do acompanhamento dos encontros da REC&T através da leitura de suas Atas, emergem algumas considerações importantes para a compreensão dos limites de sua atuação dentro do processo de integração. Em primeiro lugar, percebe-se que, a despeito do papel secundário dos temas de C&T nesta etapa, a reorientação do processo não impediu a elaboração de uma abrangente e complexa agenda de prioridades estabelecida a partir da aprovação da Estratégia de Trabalho da REC&T. Em segundo lugar, apesar da estratégia, a

⁶² Tais tarefas envolviam a delimitação de objetivos específicos, sua justificativa, os instrumentos, atividades e prazos necessários à sua implementação (que variam de seis meses a um ano na maior parte dos casos).

percepção compartilhada entre as delegações da necessidade de buscar resultados concretos, não se traduziu em termos de programas e projetos de cooperação. Mas, na implementação de uma série de ações concretas no âmbito interno voltadas tão somente à sua forma de organização e articulação no plano institucional.

Assim mesmo, a instância, dentro do período enfocado, obteve sucesso apenas parcial neste limitado conjunto de tarefas, cuja conclusão estava inicialmente prevista para o encerramento do período de transição estabelecido pelo Tratado de Assunção (isto é até o início de 1995). Quais sejam:

- “montagem de um sistema de divulgação de eventos relativos ao processo de negociação da integração em geral e da REC&T;
- informatização do gerenciamento com a facilitação do acesso e transferência de dados (incluindo correio eletrônico);
- organização de um portfólio de projetos que incluam a definição de objetivos, os atores institucionais ou não envolvidos, os recursos requeridos e suas fontes, etc.;
- elaboração conjunta de pleitos para serem encaminhados à organismos internacionais, assim como a adoção de posicionamento em bloco em seus foros, e;
- definição de indicadores de C&T e sua organização em um sistema integrado”. (Anexo III à VI REC&T)

Em resumo, as ações programadas, tem priorizado a infra-estrutura de C&T através do levantamento dos marcos normativos locais, os investimentos em sistemas informatizados e o treinamento de especialistas da região. Quanto à cooperação científica e tecnológica, até a conclusão deste trabalho, não foram identificadas qualquer iniciativa no âmbito oficial. A instância tem privilegiado apenas a divulgação e promoção de eventos direcionados a detectar eventuais oportunidades e estimular a participação dos setores produtivos assim como das agências nacionais de fomento. Apesar disto, tal desempenho tem sido considerado satisfatório nas instâncias superiores coordenadas desde as respectivas Chancelarias que tem sido utilizado o andamento destas tarefas, recorrentemente, como mais um instrumento de retórica oficial para reiterar o sucesso e a amplitude do processo de integração (assim como o Plano Trienal de Educação), sobretudo diante das freqüentes crises decisórias resultantes de impasses na área comercial.

Muito embora a aprovação para a criação da REC&T por parte do GMC tenha ocorrido por ocasião do Cronograma de Las Leñas, e possa a partir disto ser interpretada, à primeira vista, como um gesto de vontade política. A ausência de acordos de cooperação que possam ser atribuídos a um esforço inserido no contexto atual da integração (isto é, uma vez consolidado o processo), permite concluir que tal interesse é apenas marginal. Isto, por sua vez, é insuficiente para gerar estímulos para a pesquisa e desenvolvimento, já que esta tem sido tradicionalmente uma tarefa delegada ao Estado.

De acordo com Dagnino/ Thomas/ Davyt (1996), a partir da década de oitenta a busca de capacitação através de pesquisa e desenvolvimento autônomo em setores estratégicos deixa de ser a *práxis* nos estados latino-americanos. A partir do abandono do modelo de desenvolvimento por substituição de importações a transferência de tecnologia torna-se a opção preferencial da maioria dos governos locais interessados em limitar seu padrão de intervenção também neste campo.

De fato, a partir dos governos Menem e Collor torna-se explícita a perda de importância do campo da C&T dentro das prioridades das agendas políticas nacionais, conforme indicam o desmantelamento do aparato nacional de C&T na Argentina e a mudança de orientação da política brasileira, que deixou de lado o princípio da autonomia como referencial de atuação. Somando-se à isto, o sucesso, no campo comercial, da estratégia adotada para a continuidade do Mercosul que tende a centrar-se apenas na regulação de tais temas, tem-se, como resultado, a consolidação de um ambiente no qual prevalece, por um lado, o desinteresse quanto a incorporação das iniciativas preexistentes, e, por outro, a tentativa de transferir a responsabilidade quanto a novas iniciativas de cooperação para a esfera privada.

Considerações Finais

O presente trabalho procurou-se esclarecer como os temas relativos a cooperação científica e tecnológica foram tratados ao longo da trajetória da integração sub-regional. Mais especificamente, o estudo procurou responder por que na consolidação do processo de integração, a partir da ascensão dos governos Menem e Collor, a cooperação científica e tecnológica oficial, que na etapa prévia (1985-1990) se constituía um dos pilares da aproximação bilateral entre Argentina e Brasil, deixa de figurar entre as prioridades estabelecida dentro da agenda do bloco?

Tratou-se, deste modo, de abordar dois processos distintos, porém intimamente associados no plano político, para identificar e compreender como eles se relacionam, isto é, frente a uma experiência concreta, a tarefa era explicitar quais são, como se formam e alteram os elementos que condicionam tal relação. Diante disto, emergiram as dificuldades atribuídas à notável, e quase total, ausência de referências sobre o tema abordado. Dado que o Mercosul é um arranjo que privilegia as questões comerciais, a bibliografia existente se concentra, em sua maioria, nos aspectos direta ou indiretamente associados a tal campo. Para contornar, na medida do possível, tal limitação, o foco do estudo recaiu sobre a reconstituição de ambos os processos, principalmente, através da utilização de fontes oficiais para a obtenção dos diversos acordos originalmente firmados (bem como anexos, relatórios de resultados, etc.), entrevistas abertas com membros da chancelaria brasileira e da delegação nacional da REC&T, além de extensivas consultas à arquivos na mídia impressa.

Como resultado, de sua natureza exploratória, o estudo assumiu um caráter marcadamente descritivo e informativo. Assim sendo, os capítulos 1 e 2 foram dedicados a rever o processo de negociações, inserido-o no contexto dos cenários políticos e econômicos argentino e brasileiro, para identificar a lógica e o sentido da conformação da agenda de integração e, portanto, os condicionantes da inclusão (ou exclusão) da cooperação oficial no campo da C&T de suas prioridades. Além disto, com o objetivo de trazer à tona o que tem sido efetivamente realizado em tal campo, o capítulo 3, por sua vez, procurou detalhar, à exaustão, as experiências iniciais de cooperação e seus resultados, assim como (já na etapa seguinte) o tratamento dado aos temas de C&T, as instâncias envolvidas, seu alcance e limitações.

Considerando que o Mercosul é um arranjo que depende da convergência das políticas e interesses nacionais, resta tecer alguns comentários a respeito do que, efetivamente, tem sido feito, ao nível dos países do bloco, em termos de cooperação científica e tecnológica. O objetivo é verificar em que medida o estabelecimento do Mercosul contribui, ou poderá contribuir para a conformação de um cenário alternativo à tradicional escassez de iniciativas de cooperação, em tal campo, entre os países-membros. Longe de intentar um detalhamento dos respectivos aparatos nacionais, assim como suas trajetórias individuais, o que exigiria um esforço adicional que extrapola o escopo e a natureza deste estudo, propõe-se aqui uma breve reflexão apoiada sobre uma abrangente e minuciosa pesquisa, realizada, em 1997, paralelamente à ele.

Trata-se do projeto “Levantamento da Cooperação em C&T no Âmbito do Mercosul”, sob a coordenação da senhora Isabel T. Gama Alves para o Ministério da Ciência e Tecnologia do Brasil, em parceria com a professora Léa Velho do Departamento de Política Científica e Tecnológica da Universidade Estadual de Campinas. Um de seus principais objetivos foi mapear o alcance, instrumentos, instituições, áreas do conhecimento e setores de atividade envolvidos com iniciativas de cooperação científica e tecnológica na sub-região. Além deste, vale destacar, ainda, o objetivo de identificar o papel desempenhado por eventuais instrumentos ou políticas de estímulo tanto no âmbito local, quanto regional.

Antes, porém, retomaremos os principais pontos abordados em cada capítulo do presente estudo. Do primeiro capítulo, desprende-se a conclusão de que na estratégia inicial, estimulada apenas pela vontade política de ambos os governos, os protocolos firmados, orientados pelos conceitos de “modernização” e “autonomia”, tinham a dupla função de estimular a concorrência e, ao mesmo tempo, de buscar à competitividade em setores pré-selecionados. A meta de modernização seria atingida, portanto, através da liberalização gradual e seletiva dos fluxos comerciais em setores complementares. A autonomia, por sua vez, dependeria do esforço de elaboração de políticas comuns voltadas a ampliação da competitividade. As iniciativas oficiais de cooperação científica e tecnológica, em setores de ponta, se inseriram-se no contexto destas políticas revestindo-se assim de importância, não só da uma perspectiva diplomática, mas também estratégica.

Em termos analíticos, pode-se afirmar que tal postura era compatível com a imagem herdada do período de crescimento “para dentro”, baseado no modelo de industrialização por substituição de importações (ISI). Tratava-se, pois, da defesa conjunta dos interesses internos de cada país não só frente ao esgotamento de tal modelo, mas também em função da perda de importância econômica da região. A iniciativa, portanto, respondia ao acirramento das condições de concorrência no exterior, estimulado pela emergência do *cluster* de inovações que definiu um novo padrão tecnológico e deu origem a outra etapa de ampliação e transnacionalização dos mercados financeiro, de bens e serviços.

No campo da ciência e tecnologia, de acordo com Dagnino, Thomas e Davyt (1996), tal imagem predominou ao longo das décadas de sessenta e setenta, período no qual as políticas locais seguiam preconizando a retórica da defesa da soberania nacional em áreas tidas como estratégicas e com potencial econômico. O objetivo, era internalizar a chamada cadeia linear de inovação⁶³, através de investimentos públicos, em instituições de pesquisa e desenvolvimento, voltados a geração de um estoque de conhecimentos potencialmente aproveitável pelos setores produtivos. Dentro desta visão, a cooperação deveria se constituir um importante instrumento, complementar para a busca endógena de capacitação, na medida em que as informações, conhecimentos e experiências absorvidas, junto aos países mais desenvolvidos, contribuíssem para gerar um padrão sustentável de aprendizado.

Isto, porém, esbarrava na existência de políticas implícitas⁶⁴ que, em concordância com a dinâmica do modelo de industrialização por substituição de importações, atuaram em sentido contrário. Tais políticas trataram de privilegiar os tradicionais mecanismos de transferência de tecnologia (em geral, defasadas), das empresas transnacionais, com objetivo assegurar a rápida “modernização” tecnológica das estruturas industriais locais. Deste modo, esvaziaram-se os esforços de pesquisa e desenvolvimento endógenos, despendidos isoladamente no âmbito dos aparatos nacionais de C&T.

⁶³ Trata-se do clássico circuito que compreende as seguintes etapas: pesquisa básica, pesquisa aplicada, desenvolvimento tecnológico, produção e finalmente consumo.

⁶⁴ Os autores empregaram, em sua reflexão, os conceitos de política explícita e política implícita de ciência e tecnologia na América Latina desenvolvidos por Herrera (1995).

A crise e posterior abandono da estratégia de ISI, longe de conduzir ao redirecionamento das políticas nacionais de ciência e tecnologia na América Latina, na verdade, acabou por reiterá-las. A partir da crise do padrão de financiamento com base no endividamento externo (marcada pela moratória mexicana de setembro de 1982) e do processo de estatização desta dívida⁶⁵, uma nova imagem de estado começou a se generalizar. Tal imagem correspondia a necessidade de implementar um ajuste econômico, de corte recessivo, que, no âmbito do setor público, pressupunha a redução do papel do estado, tanto no que diz respeito aos investimentos diretos, quanto no que tange ao seu papel regulador.

Para as políticas científicas e tecnológicas locais isto significou, de acordo com Dagnino, Thomas e Davyt (1996), a explicitação do abandono da meta de capacitação endógena e a legitimação do recurso à importação de tecnologias, como uma postura pragmática válida na busca de competitividade. Como resultado, de tal opção, perpetua-se uma contradição inerente ao próprio estilo de desenvolvimento dependente dos países da região. Trata-se da tradicional problemática relativa a dissociação entre os aparatos nacionais de ciência e tecnologia, dos países da América Latina, e os respectivos sistemas produtivos⁶⁶. Segundo os autores, a não difusão do conhecimento produzido deve-se tanto à adoção de critérios, estabelecidos internamente pelas comunidades de pesquisa locais, de modo geral, alheios às necessidades sociais, quanto ao direcionamento da demanda, dos setores produtivos, às tecnologias geradas no exterior.

Foi neste contexto que a cooperação oficial, entre Argentina e Brasil, implementada durante o período 1985-1989, alcançou resultados significativos ao incorporar iniciativas anteriores e ampliar seu escopo para novas frentes. Assim sendo, a cooperação oficial, favorecida pelo ambiente político bilateral, já não encontrava, no final dos oitenta, correspondência na trajetória das políticas científicas e tecnológicas nacionais.

Isto ocorreu graças a dois elementos básicos, presentes na etapa inicial da integração, que contribuíram para gerar um ambiente favorável a tais iniciativas. Em primeiro

⁶⁵ Para maiores detalhes sobre tal processo consultar Cruz (1984).

⁶⁶ Tal tema foi fartamente debatido, na década de setenta, por autores como Amílcar Herrera, Jorge Sábato, Oscar Varsavsky, Francisco Sagasti, entre outros.

lugar, a sobrevivência do projeto de integração dependeu, tão somente, da vontade política governamental pois o envolvimento dos setores empresariais ainda era um objetivo a ser alcançado. Portanto, para garantir o maior comprometimento e a confiança recíproca, entre ambos os governos, a estratégia buscou estabelecer outros vínculos, além dos comerciais, onde eles fossem possíveis. Tal fato, contudo, não se contrapõe, absolutamente, à importância central de tais assuntos ao longo de todo o processo. Posto que, a cooperação científica e tecnológica já havia sido oficialmente desobstruída, desde o fim das gestões militares, ela se constituía uma “linha de menor resistência”⁶⁷ se comparada aos acordos comerciais que, em certos casos (tais como o do trigo e da indústria automobilística), exigem complexas e demoradas negociações.

Em segundo lugar, mas não menos importante, a cooperação foi favorecida pela revalidação do conceito de autonomia, no âmbito do PICE, como vetor de competitividade, revestindo de importância estratégica a incorporação de campo da C&T dentro das prioridades da agenda. Dada a existência de efetiva vontade política, foi possível assegurar o empenho dos governos locais no aporte de verbas públicas, através das respectivas agências de fomento e coordenação. Assim, embora não possa ser atribuído papel alternativo à tal cooperação, em função da posterior exclusão da agenda do Mercosul, as experiências depõem em favor de seu potencial, em termos de capacitação em nichos específicos, para a superação das barreiras ao fluxo de conhecimentos produzidos desde os países centrais.

Não seria precipitado admitir que, além de contar com o respaldo político-diplomático, tais iniciativas tiveram o apoio das comunidades científicas locais que vislumbravam a oportunidade de contornar, ainda que de forma paliativa, as políticas locais de C&T. Finalmente deve-se considerar o efeito demonstração, do precedente aberto no campo da energia nuclear (sem dúvida o de maior envergadura e melhores resultados), e o referendo tácito dos setores militares, que os conduziram, à incorporação do conceito autonomia nos objetivos da cooperação científica e tecnológica civil.

⁶⁷ Apenas em caráter especulativo, pode-se supor que deve ter contribuído para diluir o receio ou descrédito da opinião pública, a utilização do senso comum no qual prevalece a imagem cognitiva de que o desenvolvimento científico e tecnológico tem de regra a ter efeitos benéficos o que lhe confere certa “neutralidade” em termos políticos.

O capítulo 2 procurou esclarecer que o inegável êxito da integração no campo comercial, a partir dos governos Menem e Collor, garantiu o envolvimento do empresariado acrescentando à um processo, inicialmente apenas político, interesses privados. Com isto adquiriu importância central a “política de competição”, representada sobretudo pela redução do cronograma de desgravação tarifária, ao passo que a “política de competitividade” passou a se limitar aos esforços de regulação deste novo ambiente cujo melhor exemplo foram as negociações para o estabelecimento da Tarifa externa Comum.

De fato, como resultado da eficiência diplomática e burocrática, no encaminhamento dos temas comerciais, e da oportunidade aberta aos investidores de assegurar a participação no mercado ampliado, como alternativa à própria liberalização dos mercados internos, houve um inegável e significativo aumento do intercâmbio no Mercosul. O relativo sucesso neste campo, contudo, não impediu que a falta de consenso, frente as mudanças nas conjunturas macroeconômicas nos principais países-membros, interrompesse sistematicamente o processo decisório. Diante disto, e dadas as fortes assimetrias nas respectivas estruturas produtivas, os atores empresariais passaram a condicionar seu apoio unicamente à busca de instrumentos eficazes no equacionamento dos obstáculos ao comércio gerados pelo descompasso entre as políticas econômicas locais. Como resultado, a agenda de integração se sobrecarregou, tornando tais temas, na prática, a principal (senão única) fonte de hierarquização das prioridades do bloco.

Isto representou uma importante mudança em relação à etapa de gestação do processo de integração. A partir de sua consolidação, o bloco passou a alinhar-se com a tendência de redução do papel do estado na formulação de políticas industrial e tecnológica ativas. Deste modo, a autonomia estratégica é abandonada como referencial, também no âmbito do bloco, em função da referida opção pelo emprego de mecanismos de transferência de tecnologias. Assim sendo, a disposição política quanto à novas iniciativas oficiais de cooperação em C&T desaparece pois, não só, tal campo perde sua importância do ponto de vista político-diplomático, como também, agrava-se a tradicional alienação entre os aparatos locais de C&T e os setores produtivos, cujos interesses, em relação ao Mercosul, limitam-se aos temas econômicos e comerciais.

Neste sentido, o surgimento do mercado sub-regional, no contexto da atual etapa do processo de internacionalização da produção e da consolidação do padrão tecnológico, baseado na automação flexível e em novas formas de organização do trabalho, chama atenção para o papel desempenhado pelos grandes grupos transnacionais⁶⁸. Os elevados custos dos investimentos em P&D, em função de sua complexidade e risco, realizados por tais empresas, aliado à própria dinâmica do processo de inovação tecnológica tendem a reforçar as estruturas de mercado com alto grau de concentração relativa presentes nos principais países-membros. Com isto, perpetuam-se as dificuldades de acesso às novas tecnologias sejam elas atribuídas aos custos embutidos nos mecanismos tradicionais de transferência, sejam ao aumento da pressão dos organismos internacionais de regulação de propriedade intelectual.

Conforme mostrado por Katz (1981) as evidências empíricas sobre os termos dos acordos de transferência de tecnologia industrial para os países da América Latina indicam a existência de custos de natureza explícita e implícita nos contratos de licenciamento firmados com as grandes empresas transnacionais (ET's). O autor classifica como custos explícitos aqueles nos quais a parte compradora incorre quando efetua pagamentos diretos⁶⁹ através das transferências monetárias. Tais pagamentos não são nem a única, nem a principal forma de remunerar a transferência de tecnologia, mas, de modo geral, parte de um padrão contratual, os chamados *pacotes tecnológicos*, que se constituem um poderoso instrumento de controle tanto das formas quanto das condições de pagamento por ela.

Além de limitar a capacidade de negociação dos compradores ao impedir o tratamento segmentado por itens., os pacotes tecnológicos incluem custos implícitos, de acordo com o autor, se referem à imposição de regras de procedimentos tácitos. O principal objetivo com isto é assegurar às ET's a manutenção de um posicionamento privilegiado dentro

⁶⁸ O Protocolo sobre Promoção Recíproca de Investimentos Provenientes de Estados Não-Partes do Mercosul assegura aos investidores de fora do bloco condições não menos favoráveis que as estabelecidas para os investidores dos países do Mercosul.

⁶⁹ As formas e as condições dos pagamentos diretos incluem não só a base de cálculo e o percentual estabelecido sobre ela, mas também a especificação quanto ao tipo de moeda, a periodicidade, as garantias, multas e etc.

do padrão de concorrência no qual se inserem. Podem ser citados como exemplos de tais custos: a participação sobre o total bruto das vendas, obtido com a adoção das novas tecnologias; pagamentos a título de assistência técnica; participação sobre as exportações de peças; a presença de cláusulas de restrição às exportações de produtos; etc.

Assim, se, por um lado, tais empresas procuram fixar seus preços conforme as característica do demandante e do mercado em cada caso. Por outro lado, atuam no sentido de incluir nas negociações mecanismos de restrição à incorporação das vantagens, proporcionadas pelos eventuais ganhos de produtividade/qualidade, geradas pelas exportações para mercados nos quais possuem interesse de participar.

De acordo com Stewart (1978), a assimetria do poder de barganha entre fornecedores e compradores de tecnologia, materializada através da aceitação generalizada nas regras e práticas comerciais de um padrão de comportamento monopolista ou oligopolista por parte das ET's, esta intimamente associada a existência de barreiras tecnológicas à penetração de novas firmas nos mercados por elas dominados. Deste modo, os preços dependem, pelo lado da oferta, da avaliação das ET's quanto as possibilidades de utilização das novas tecnologias envolvidas, dadas as condições atuais de cada país e/ou empresa interessada na aquisição, no processo de transferência. Pelo lado da demanda, o preço que os compradores estão dispostos a pagar pela TT depende de sua própria avaliação quanto ao valor da tecnologia e quanto ao custo de desenvolvimento de alternativas.

Entretanto, a incerteza e a dependência tecnológica acabam por tornar a avaliação enviesada, dado que seu grau de precisão depende da capacidade técnica disponível que, por sua vez, esta sujeita à forte influência das ET's. Assim sendo, quanto maior for o grau de dependência, maior será a assimetria do poder de barganha e maiores serão as dificuldades tanto de desenvolver um aprendizado com as tecnologias importadas, quanto de criar alternativas próprias.⁷⁰

⁷⁰ Para o autor o problema dos custos é apenas uma das facetas da dependência tecnológica. Outras consequências igualmente importantes associadas a tal dependência são: a perda de controle e, portanto, de autonomia sobre o processo decisório relativo às implicações macroeconômicas do comportamento das ET's; as características inapropriadas das tecnologias transferidas, e; a ausência de capacidade inovativa local. É importante ressaltar que, segundo o autor, todos os efeitos da dependência se interrelacionam e se reforçam reciprocamente, de modo a aumentar o próprio processo de dependência.

Tal assimetria é agravada ainda pelo aumento da pressão dos países desenvolvidos para reforçar a legislação e ampliar o espectro de aplicação da propriedade intelectual. Dentro das estratégias das empresas transnacionais a existência de um sistema de proteção eficaz e, ao mesmo tempo global, desempenha um papel fundamental tanto no tocante a manutenção dos mercados em que elas tradicionalmente operam, a partir do desenvolvimento de novas tecnologias, quanto para sua expansão em direção aos mercados emergentes.

De acordo com Vaitos (1981), as patentes concedidas pelos países em desenvolvimento não só pertencem em sua maioria a empresas estrangeiras, como também, e principalmente, são deliberadamente subtilizadas por elas. Assim, a concessão de patentes nos países em desenvolvimento possui uma dupla função: em primeiro lugar, assegurar a manutenção de mercados importadores para as empresas transnacionais independentemente do volume de investimentos diretos realizados por elas. Em segundo lugar, as patentes atuam no sentido de estabelecer barreiras contra a penetração de concorrentes potenciais nos mercados locais. Tais práticas, além de atuarem no sentido de criar obstáculos a elevação do volume de investimentos diretos nestes países, não estimulam o desenvolvimento das atividades de pesquisa e desenvolvimento necessárias à criação de capacidade inovativa local, pois não geram nenhum tipo de ligação entre as pesquisas efetuadas nas ET's e as realizadas no âmbito dos aparelhos nacionais de ciência e tecnologia.

O surgimento do Mercosul, poderia contribuir para reverter este cenário na medida em que se traduzisse na elevação do poder de barganha nas negociações junto as ET's e em uma política comum de C&T. Contudo, o acompanhamento dos temas relativos à tal campo, realizado no capítulo 3, atestou que sua condução através da REC&T tem se caracterizado pelo não comprometimento oficial com as eventuais iniciativas de cooperação. Pode-se perceber isto, através das atas dos encontros realizados, nos quais tem-se privilegiado um limitado conjunto de atividades, tais como: a organização institucional; coleta, organização e divulgação de informações; planificação; etc. A ênfase nesta “orquestração” de informações representa, na verdade, um esforço de transferência do ônus de eventuais iniciativas de

cooperação para fora da órbita intergovernamental, o que é compatível com a inexistência de políticas locais de ciência e tecnologia ativas.

Dada a inexistência de vontade política neste campo, em função da própria consolidação do processo de integração, tratou-se, portanto, da única forma de atuação possível da instância. Mesmo assim, os avanços tem-se mostrado lentos uma vez que a instância não possui autonomia decisória e depende da aprovação de suas tarefas pelo GMC. Por outro lado, dada a composição da REC&T, que reproduz o arranjo intergovernamental no plano técnico, as delegações tendem a adotar uma postura solidária em relação aos respectivos governos, nos momentos de impasse no campo comercial, o que resulta na desmobilização em relação às diretrizes mais ambiciosas e, mais uma vez, em morosidade na implementação das atividades acordadas.

Desta forma, tanto a criação quanto o reconhecimento dos avanços dos foros direta ou indiretamente, à eles associados, tem coincidido com a necessidade de sinalizar ao empresariado, ainda que apenas de modo paliativo, a disposição política quanto à amplitude e ao alcance do processo. Assim, embora ainda seja, eventualmente, incorporado ao discurso das chancelarias, diante das incertezas e do risco de perda de credibilidade, em momentos de recrudescimento da posição dos países-membros, o campo da C&T perdeu importância na agenda do processo de integração.

Resumindo, a principal contribuição deste trabalho, além do mapeamento das instâncias e formas de tratamento dos temas de C&T no Mercosul, foi a identificação de dois momentos distintos, ao longo do processo de integração, no que diz respeito ao seu papel dentro da agenda de negociações do bloco. No primeiro, correspondente ao período de gestação do bloco, o ambiente das relações bilaterais favoreceu a implementação, bem sucedida, de acordos de cooperação, na esfera oficial, em função da importância diplomática e estratégica atribuída à tal campo.

No segundo, a trajetória de consolidação do Mercosul ao modificar tal ambiente, em função do sucesso no *front* comercial, tornou-o francamente desfavorável à iniciativas deste tipo. Assim, a cooperação desaparece como resultado da significativa perda de importância do campo da C&T para o processo de integração. Apesar dos avanços, em termos

institucionais, tal campo perde o papel outrora desempenhado no plano político-diplomático, ao mesmo tempo em que o referencial baseado na autonomia estratégica é abandonado em função de sua incompatibilidade com a orientação das políticas de ajuste e abertura locais.

Passaremos, a seguir, em revista aos resultados preliminares da referida pesquisa. Antes, porém, vale destacar alguns aspectos, levantados por ela, acerca do perfil da cooperação em C&T entre países com distintos graus de desenvolvimento. A demanda por cooperação dos países menos desenvolvidos tende a se orientar para os mais desenvolvidos em função de laços preestabelecidos historicamente ou da liderança, exercida pelos últimos, em termos científicos, tecnológicos e econômicos sob determinada região. Por outro lado, a oferta de cooperação, destes para os países menos desenvolvidos, é influenciada por objetivos de natureza política e diplomática ou pela oportunidade aberta, aos pesquisadores dos países centrais, de acesso à ambientes de pesquisa existentes apenas em países do hemisfério Sul. Assim sendo, o processo de globalização não tende a causar alterações significativas no padrão de participação de tais países na cooperação científica e tecnológica internacional. Vejamos agora se os países do Mercosul se incluem neste perfil geral ou o advento do bloco comercial, de alguma forma, contribuiu ou tende a contribuir para a criar condições favoráveis à cooperação em C&T.

No que tange ao papel, abrangência e importância da cooperação no Mercosul a primeira conclusão, apontada pelos estudos de caso realizados em cada país-membro, foi de que o bloco não tem influenciado a agenda de cooperação internacional das instituições analisadas. Assim, os acordos permanecem, em sua maioria, direcionados para programas desenvolvidos por parte de instituições semelhantes da Europa e Estados Unidos. Em relação à tal orientação concluiu-se, em segundo lugar, que a parceria junto aos países desenvolvidos é, de modo geral, considerada mais estimulante em função da existência de condições mais favoráveis que incluem desde o maior grau de capacitação científica até disponibilidade de linhas específicas de financiamento, etc.

A despeito desta preferência, constatou-se, em terceiro lugar, que, em alguns casos, programas estabelecidos por tais países acabam por aproximar indiretamente instituições de pesquisa de diferentes países da região que podem ou não pertencer ao Mercosul. Apesar disto, destaca a pesquisa, há que se considerar que a definição das pautas da agenda tendem a

ser definidas pelas agências de fomento internacionais. A quarta conclusão diz respeito ao fato de que às iniciativas eventualmente concretizadas no âmbito dos países-membros limitam-se basicamente à cooperação entre Argentina e Brasil. Tratam-se das experiências implementadas a partir de acordos anteriores ao advento do Mercosul que, de acordo com tal pesquisa, não podem, portanto, serem à ele creditadas, mas ao retorno do regime democrático em ambos os países em meados da década de oitenta. Em quinto lugar, foram identificadas apenas duas iniciativas, bastante modestas, que podem, de fato, serem atribuídas à constituição do bloco, quais sejam: a cooperação no setor agrícola, entre os quatro países, para a troca de informações, normas bromatológicas e fitossanitárias, e; a criação da própria REC&T.

Em que pesem as limitações do presente trabalho, tais conclusões confirmam o resultado de que não existem iniciativas oficiais de cooperação em C&T no âmbito do Mercosul. Conforme a pesquisa, o fraco empenho neste sentido, não chega a diferenciar o bloco do esforço voltado aos demais países latino-americanos. Mais que isto, a escassez de iniciativas não se limita à esfera dos órgãos governamentais, aqui privilegiada, mas também às universidades, institutos de pesquisa e empresas privadas ou estatais. Além disto, ao não atribuir as experiências de cooperação, implementadas na etapa de gestação do processo de integração, à posterior consolidação do bloco comercial, a referida pesquisa reitera nosso trabalho de delimitação de dois momentos, bastante distintos, para a cooperação dentro da sub-região.

No que diz respeito aos padrões de colaboração científica e tecnológica, identificados por tal pesquisa, concluiu-se que a cooperação, de modo geral, se dá à margem de políticas eventualmente elaboradas para este fim. Assim sendo, tais iniciativas, implementadas de modo espontâneo, escapam ao controle e mesmo conhecimento das instituições do bloco. No âmbito científico, elas ocorrem entre universidades, a partir de laços pessoais ou históricos preestabelecidos, e não privilegiam certas disciplinas ou áreas de conhecimento, mas temas e problemas de interesse específico para alguns setores econômicos entre os quais foram destacados os relativos à recursos hídricos, mastite bovina e bicudo do algodoeiro. Outro dado importante é que a existência, no Brasil, de uma estrutura consolidada de ensino e pesquisa, no nível de pós-graduação, tem motivado a cooperação na formação de recursos humanos através da atração de um considerável fluxo de estudantes dos demais países-membros.

De acordo com a pesquisa, diversos elementos tem contribuído para a conformação deste cenário. Uma das mais importantes fragilidades, no que diz respeito a melhoria da infra-estrutura necessária a operacionalização de atividades desta natureza, é a flagrante assimetria na disposição de recursos e linhas de financiamento específicas com destaque para a posição privilegiada do Brasil frente aos demais países-membros do bloco. Tal desproporção, conforme nosso capítulo 3, não só dificultou o andamento das experiências de cooperação anteriores ao Mercosul, como também reponde, em parte, pela preferência por parcerias junto aos países centrais.

Por outro lado, no que tange à gestão de programas, foram identificados, como pontos fracos, o despreparo das instâncias burocráticas, encarregadas de negociar as diretrizes e ações necessárias, e o marcado desnível em relação aos recursos humanos e infra-estrutura. Neste sentido, chamou a atenção a falta de planejamento, que tem dificultado a definição das áreas e temas a serem priorizados. Além disto, há uma significativa dificuldade na obtenção de informações relevantes em função da natureza individual das iniciativas, da falta de registros confiáveis nas instituições envolvidas e da ausência de organismos que se encarreguem desta tarefa.

As dificuldades observadas pela pesquisa indicam que não existe um esforço consistente de política para cooperação, no âmbito do Mercosul. Isto corrobora nossa constatação de que, apesar da existência de um foro especificamente criado para tal fim, a cooperação científica e tecnológica não se constitui uma prioridade na agenda política do Mercosul. Esta situação é sintomática na medida em que reflete a deterioração das condições de funcionamento dos aparatos nacionais de C&T nos principais países-membros do bloco (sobretudo no caso argentino). De fato, a partir dos oitenta as políticas de ajuste, exigidas como parte do processo de “modernização” das condições de competitividade dos países da região, atuaram no sentido de reorganizar as prioridades estabelecidas para os gastos públicos. Deste modo, enquanto no Brasil os gastos da União com C&T, como proporção do PIB,

passaram de 0,63%, em 1981, para cerca de 0,3%, em 1992⁷¹, na Argentina esta relação caiu de 0,27%, no período 1980-1987, para 0,24%, entre 1989-1991 (Chudnovsky e López, 1996).

Paralelamente, como visto, os processos de liberalização econômica exigiram a revisão do papel regulador do estado na economia como condição para a atração de recursos e investimentos internacionais. O objetivo, neste sentido, passou a ser a criação de condições favoráveis à atração do capital externo, na tentativa de equilibrar os impactos nas contas externas das políticas monetárias restritivas e da própria abertura comercial. Ao estado coube, portanto, a tarefa de priorizar a remoção das barreiras tarifárias e não tarifárias que impediam os fluxos de bens, serviços, capitais e, sobretudo, de tecnologias para os respectivos mercados internos.

Entretanto, tal preferência pela transferência de tecnologias não se manifesta de maneira homogênea entre os países-membros do bloco. Mais que isto, o próprio avanço do processo de integração, ao estreitar a interdependência comercial e econômica entre os países-membros, tende a explicitar as diferentes opções e trajetórias de vinculação junto ao mercado internacional. Isto ficou evidenciado durante o processo de negociações para definição da Tarifa Externa Comum e dos requisitos de origem e propriedade intelectual. A busca de consenso esbarrou na resistência dos demais sócios à proposta brasileira que procurava preservar tarifas de importação mais elevadas para determinados setores de sua indústria.

Especificamente, o governo brasileiro procurou insistir que os setores considerados *sensíveis* (bens de capital, química fina, automotivo, eletroeletrônico, e informática) necessariamente mereciam proteção em função de seu potencial competitivo. Além disto, com o mesmo objetivo, os brasileiros defendiam a revisão dos requisitos de origem e propriedade intelectual para coibir e punir a conhecida prática de triangulação de mercadorias⁷². O governo argentino, por sua vez, reivindicava redução das alíquotas de

⁷¹ Dados obtidos através do projeto “Indicadores de Ciência e Tecnologia do Brasil” realizado pelo Laboratório de Indicadores de Ciência e Tecnologia da Universidade de Campinas em parceria com a Coordenadoria de Orçamento e Estatística do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pertencente ao Ministério da Ciência e Tecnologia (COOE /CNPq /MCT).

⁷² Tratava-se, pois, de evitar o expediente pelo qual os produtos montados em um dos países-membros com componentes importados, a um menor custo, de países como Coréia e Taiwan pudessem ser comercializados junto aos demais sob condições privilegiadas.

importação para os bens de informática e capital, enquanto que para o Uruguai interessa, além dos últimos, a liberalização das importações de automóveis, produtos químicos e eletroeletrônicos.

O principal argumento, neste sentido, era que devido ao atraso tecnológico da indústria brasileira o fornecimento através da importação de outros países mais desenvolvidos era preferível pois afetaria menos a competitividade do bloco. Dito de outro modo, tais países negavam-se a “financiar a ineficiência” de alguns setores da indústria brasileira mantendo-os protegidos. Na realidade, contudo, considerava-se que a ampliação do grau de abertura comercial do Mercosul garantiria uma dependência menor em relação aos fornecedores brasileiros.

Tal fato revela que, apesar do marco de convergência neoliberal que possibilitou o avanço da integração, as diferenças locais relativas ao ritmo e escopo dos processos de ajuste e abertura deram origem a movimentos de reestruturação produtiva assimétricos. Tais processos estabeleceram perspectivas antagônicas no que diz respeito às prioridades em termos de transferência de tecnologia. Deste modo, se, para a Argentina e Uruguai, tal recurso pode ser empregado com maior liberdade, no caso de produtos sofisticados, uma vez que os setores dinâmicos de suas economias (siderúrgico, metais não ferrosos, papel/celulose e agrícola) são pouco intensivos em conteúdo tecnológico. Para o Brasil, por outro lado, isto implicaria em significativas perdas em ramos já estabelecidos e com relativo grau de capacitação.

Deste modo, muito embora o referencial da autonomia tenha sido abandonado, alguns setores ainda são considerados estratégicos pelos respectivos governos e, portanto, dignos de receberem um tratamento diferenciado em termos de proteção. Como visto, no capítulo 3, isto não impediu que o grau de capacitação em áreas distintas (tais como informática, no Brasil, e biotecnologia, na Argentina) favorecesse a implementação de importantes iniciativas de cooperação no âmbito do PICE. Contudo, se, no período anterior ao Mercosul, havia interesse comum no intercâmbio de *expertises* em campos considerados “de ponta”, seu posterior abandono, na maior parte dos países do bloco, exceto no caso do Brasil,

em função das distintas trajetórias de ajuste e abertura, tende a tornar ainda mais remotas as possibilidades de cooperação sejam elas de cunho público ou entre empresas.

De fato, segundo a pesquisa consultada, a cooperação entre empresas não envolve parceria no desenvolvimento de tecnologias. Seu relacionamento envolve, tão somente, o aproveitamento das oportunidades, abertas pelo Mercosul no campo comercial, através do intercâmbio de informações específicas relacionadas a gestão ou assistência técnica pós-venda. Como resultado direto da criação do bloco foi identificado, apenas, o esforço conjunto de diversas instituições nos quatro países (incluindo universidades, empresas estatais, institutos de pesquisa, autarquias do governo federal e órgãos estaduais de controle e fiscalização) voltado para a harmonização de normas técnicas, padronização e regulamentação de produtos e processos. Tal envolvimento reflete a crise de legitimação dos institutos tecnológicos, diante da falta de apoio governamental ao desenvolvimento de tecnologias, que os tem conduzido a busca de nichos de atuação como, por exemplo, a prestação de serviços no âmbito industrial.

Em resumo, o Mercosul se insere no movimento mais geral de reestruturação industrial semivoluntária desencadeado nos principais países-membros na primeira metade da década de noventa. Tal movimento, legitimou a opção pela importação, e não desenvolvimento tecnológico, renovando a importância dos tradicionais mecanismos de transferência dos grandes grupos transnacionais. Em contrapartida, no plano das políticas locais de C&T, isto significou a redução dos gastos com P&D assim como a perpetuação da distância entre os sistemas produtivos e os aparatos locais de ciência e tecnologia.

Considerando que a cooperação tecnológica, sabidamente, tem por objetivo fundamental otimizar as condições de pesquisa e desenvolvimento, em áreas de conhecimento e disciplinas de interesse comum, torna-se evidente a reduzida importância de seu papel no Mercosul. A mera preferência pela via da transferência, *per se*, já seria suficiente para inibir a cooperação sul-sul, mas, além disto, no tocante aos setores de ponta (que no período anterior ao Mercosul a justificaram), ela tende a ser descartada, como instrumento de política pública, em função das assimetria entre os setores privilegiados pela abertura em cada país. Assim sendo, o Mercosul tem poucas chances de tornar-se uma alternativa ao direcionamento da cooperação para o sentido norte-sul.

Anexo:
Quadros Explicativos

Quadro 1.1
Protocolos do PICE: distribuição por área

Protocolos	Categoria					
	Comercial	Científico Tecnológicos	Infra-estrutura	Econômico- Financeiros	Planejamento e administração	Outros
1	X					
2	X					
3	X					
4	X					
5				X		
6				X		
7				X		
8			X			
9		X				
10					X	
11		X				
12		X				
13			X			
14			X			
15			X			
16			X			
17		X				
18						X
19					X	
20					X	
21	X					
22	X					
23						X
24					X	

Quadro 1.2

Alcance e Resultados do PICE

INSTRUMENTO	DATA	OBJETIVOS	MECANISMOS	RESULTADOS	OBSERVAÇÕES
Protocolo 1 Bens de Capital (inclui C&T)	30/07/86	Integração da produção, comércio e desenvolvimento tecnológico de bens de capital de ambos os países de modo simétrico e harmônico.	delimitação do universo dos bens, elaboração de lista comum, status de produtos nacionais, adoção de referência para o intercâmbio, adoção de regras para garantir o equilíbrio dinâmico das trocas, trato privilegiado pelo setor público, nivelar ou manter margem de proteção em relação à terceiros e criar na Comissão de Execução um Grupo de Coordenação e Acompanhamento e um Grupo de Trabalho, limite de 20% do preço do bem para componentes importados de 3os.	Aumento de 254,3% das exportações argentinas para o Brasil entre 1986 e 1989. As exportações brasileiras para a Argentina, por sua vez, se mantiveram constantes sendo US\$122,2 milhões em 1986 e US\$122,6 milhões em 1989 o mesmo se dando com sua composição. Até 1989 as metas previstas não foram atingidas.	Trata-se do centro da estratégia inicial, dada sua importância, características e possibilidades de expansão dos investimentos na produção e em P&D. Dificuldades: custos de produção na elaboração das listas comuns; compatibilização tecnológica em função da à licenças
Protocolo 2 - Trigo	30/07/86	integrar a produção, armazenagem, transporte e abastecimento de trigo	Estabele metas de venda para a Argentina e de compra para o Brasil sob condições privilegiadas		
Protocolo 3 Compl. Abastecimento Alimentar	30/07/86	Evitar deficits de produção local em ambos os países	concessão de preferências recíprocas. Não aplicação de restrições aos produtos listados		
Protocolo 4 Expansão do Comércio	30/07/86	Elevar e equilibrar, de modo progressivo, quantitativo e qualitativo o comércio entre setores e segmentos	Negociação do Acordo de Alcance parcial No. 01 (Anexo 01) no âmbito da ALADI para a incorporação/eliminação de produtos especificados		
Protocolo 5 Empresas Binacionais	30/07/86	Fortalecimento do capital nacional	Criação de um Grupo de Trabalho para estabelecer um estatuto		

Quadro 1.2
Alcance e Resultados do PICE

INSTRUMENTO	DATA	OBJETIVOS	MECANISMOS	RESULTADOS	OBSERVAÇÕES
Protocolo Assuntos Financeiros 6	30/07/86	criar condições para o intercâmbio comercial e melhorar a liquidez do sis. de compensação de créditos recíprocos	Criação de uma linha de crédito stand by de 200 milhões de dólares (revisado periodicamente para evitar interrupções do fluxo comercial)	Não foi implementado	
Protocolo 7 Fundos de Investimento	30/07/86	Promover o crescimento econômico com ênfase ao setor de bens de capital	Créditos de médio e longo prazo para empresas nacionais (e bi). Cada parte contribui com US\$ 100 milhões com possibilidade de suplementação	Não foi implementado	
Protocolo Cooperação Energética (inclui C&T) 8	30/07/86	Abastecimento de gás argentino para o Brasil. Exploração conjunta de petróleo na Argentina, <i>intercambio tecnológico</i> , aumento das trocas de derivados. Aproveitamento de fontes hidroelétricas		Petróleo: exploração conjunta na Argentina, intercambio tecnológico, e de derivados. Hidroelétrica: conclusão de projetos no Rio Uruguai e projeto Pichi-Picun-Leufú. Gás: construção de um gasoduto (?).	
Protocolo Biotecnologia (C&T) 9	30/07/86	Criou o CABBIO com dois Polos Geradores de Conhecimento compostos por Núcleos de Pesquisa aplicada que deverão se integrar à Universidades/Centros/Empresas para produção de bens e serviços comercializáveis	Contribuição em partes iguais para o financiamento dos programas para atingir autonomia em áreas prioritárias: saúde, agropecuária, agroindústria, energia, etc.	Até 1989 sete projetos de pesquisa foram iniciados, além da promoção de diversos encontros.	O principal limite foi o descumprimento do compromisso de destinar verbas orçamentárias à implementação e continuidade dos projetos da parte argentina.
Protocolo Estudos Econômicos 10	30/07/86	Observar o comportamento das estruturas econômicas de ambos os países	Seleção de pesquisadores dos dois países. Contribuição de US\$200 mil de cada parte.	Não foi implementado	

Quadro 1.2
Alcance e Resultados do PICE

INSTRUMENTO	DATA	OBJETIVOS	MECANISMOS	RESULTADOS	OBSERVAÇÕES
Protocolo 11 Informação Imediata e Ass. Tec. Reciproca em caso de Acidentes Nucleares e Emergências Radiológicas (C&T)	30/07/86	Cooperação para criar medidas e procedimentos para prevenir ou mitigar os danos resultados de eventuais acidentes nucleares ou emergências radiológicas	Criar um sistema de pronta informação mútua. Auxílio recíproco e imediato uma vez solicitado sob controle do requerente.	a criação do Sistema Comum de Contabilidade e Controle (SCCC); medidas de controle e segurança; a negociação com a AIEA para a elaboração de um acordo comum de salvaguardas baseadas no SCCC e; após sua conclusão, a implementação do Tratado de Tlatelolco	1985 foi Criado o Grupo de Trabalho sobre Política Nuclear (em 1988, foi transformado em um Comitê Permanente) seus subgrupos visam: estabelecer posições internacionais unificadas; aprimorar a coop. científica, e; criar sistemas mútuos de segurança.
Protocolo 12 Cooperação Aeronáutica (C&T)	30/07/86	Complementação entre as indústrias aeronáuticas para atender seus mercados e os internacionais	Cooperação técnica, industrial e comercial	Cooperação técnica, industrial e comercial para a coprodução de um avião turboprop, denominado CBA-123, com capacidade para 19 pessoas a médias distâncias	A maior dificuldade foi o aporte de recursos do lado argentino tanto por questões orçamentárias, quanto pelo interesse em outra parceria junto aos EUA (projeto IA-63 PAMPA)
Protocolo 13 Siderurgia (Inclui C&T)	10/12/86	Expansão do intercâmbio de insumos e produtos siderúrgicos. Planejamento conjunto de investimentos	Acordos entre empresas siderúrgicas de ambos os países. <i>Programas de cooperação tecnológica</i>	Elevação do volume de vendas argentino que passou de US\$652 mil em 1987 para US\$59 milhões até 1989 (aumento de 894%). No Brasil as vendas variaram de US\$69 milhões em 1987 para US\$124 milhões em 1988 e US\$87 milhões em 1989.	O ritmo de implementação foi afetado pelos programas de privatizações e pela diferenças estruturais dos respectivos parques

Quadro 1.2
Alcance e Resultados do PICE

INSTRUMENTO	DATA	OBJETIVOS	MECANISMOS	RESULTADOS	OBSERVAÇÕES
Protocolo 14 Transporte Terrestre	10/12/86	Simplificação, adequação e utilização igualitária do transporte terrestre dos dois países	Adoção de medidas que facilitem o transporte terrestre entre pontos terminais de carga. Simplificação dos mecanismos operacionais no intercâmbio de mercadorias		
Protocolo 15 Transporte Marítimo	10/12/86	Manter a oferta deste transporte compatível com o aumento do comércio, assegurar participação efetiva das frotas e racionalizar os custos.	Adotar medidas para melhorar a coordenação entre o transporte de trigo e minério de ferro para evitar viagens com lastro		
Protocolo 16 Comunicações (inclui C&T)	10/12/86	Cooperação no setor de redes digitais, serviços telemáticos e sistemas de transmissão	Adoção de um programa de operação, normatização e desenvolvimento tecnológico de sistemas de comunicação	Não foi implementado	
Protocolo 17 Cooperação Nuclear (C&T)	10/12/86	Ampliar a autonomia dos programas nucleares de ambos os países para usos exclusivamente pacíficos	Cooperação em áreas específicas. Entidades responsáveis: Comissão Nacional de Energia Nuclear (Brasil) e Comisión Nacional de Energía Atómica (Argentina)	desen. de combustíveis de baixo enriquecimento para reatores de pesquisa nuclear; intercambio e desen. de instrumentação nuclear; pesquisa na área de fusão nuclear; cooperação e complementação na implantação do sistema de salvaguardas da Agência Internacional de Energia Nuclear; implantação de dez projetos voltados a segurança nuclear e proteção radiológica, e; a implementação de um projeto destinado ao desenvolvimento tecnológico de reatores nucleoeletrônicos (fast breeder)	
Protocolo 18 Cultural	julho de 1987			Não foi implementado	
Protocolo 19 Administração Pública	julho de 1987			Não foi implementado	

Quadro 1.2
Alcance e Resultados do PICE

INSTRUMENTO	DATA	OBJETIVOS	MECANISMOS	RESULTADOS	OBSERVAÇÕES
Protocolo 20 Moeda	julho de 1987			Não foi implementado	
Protocolo 21 Indústria Automotriz (inclui C&T)	abril de 1988	Expandir o comércio bilateral e a produção, reduzir os custos unitários de produção, aumentar os índices de nacionalização e <i>estimular os investimentos em P&D.</i>	Eliminação das barreiras comerciais, exceto em casos acordados, para veículos automotores, autopartes, peças e componentes fabricados no território de ambos os países.	Foi acordada uma política de cotas anuais de trocas de veículos acabados e autopeças a partir de da elaboração de uma lista comum.	Foi notória a dificuldade para se obter um consenso nas negociações entre os setores de autopartes dos dois países (ao contrário das motadoras)
Protocolo 22 de Indústria Alimentação	abril de 1988	Assegurar a complementação no setor de bens alimentícios industrializados	Elaboração e ampliação semestral até o fim de 1993 de uma lista comum originalmente com 200 itens para a eliminação das restrições comerciais e compatibilização dos controles fitosanitários.		
Protocolo 23 Regional Frenteiriso	23 e novembro de 1988	Desenvolvimento integrado e equilibrado da região de fronteiras e suas zonas de influência visando solucionar os problemas operacionais desta área	Criação de um Grupo de Trabalho Permanente e dos Comitês de Fronteira para identificar iniciativas comuns para a região (Paraná, Rio G do Sul, Santa Catarina, Corrientes, Chaco, Entre Rios, Formosa, Misiones e Santa Fe		
Protocolo 24 Planejamento Econômico e Social	agosto de 1989			Não foi implementado	

Tabela 2.1
Intercâmbio Bilateral Brasil Argentina
Valores US\$ milhões FOB

Anos	Export	var. %	Import.	var. %	Saldo	Volume	var. %
1985	548		469		79	1.017	
1986	678	24	737	57	(59)	1.415	39
1987	832	23	575	(22)	257	1.407	(1)
1988	979	18	707	23	272	1.686	20
1989	722	(26)	1.239	75	(517)	1.961	16
1990	645	(11)	1.399	13	(754)	2.044	4
1991	1.476	129	1.615	15	(139)	3.091	51
1992	3.069	108	1.687	4	1.382	4.756	54
1993	3.659	19	2.708	61	951	6.367	34
1994	4.136	13	3.662	35	474	7.798	22
1995	4.041	(2)	5.570	52	(1.529)	9.611	23

Quadro 2.1

Mecanismos de Aceleração da Liberalização Comercial

1. Um programa de liberalização comercial, consistindo de reduções tarifárias progressivas (tarifa zero em 31/12/94), lineares e automáticas, acompanhadas da eliminação de restrições não-tarifárias (quotas, restrições fitossanitárias) ou medidas de efeito equivalente, assim como de outras restrições ao comércio entre os países.
2. A coordenação de políticas macroeconômicas, que se realizaria gradualmente e de forma convergente com os programas de desgravação tarifária e eliminação de restrições não-tarifárias. Tal exercício visaria assegurar condições adequadas de concorrência entre os Estados-Parte e a evitar que eventuais descompassos nas políticas dos quatro Estados-Parte viessem a favorecer ou prejudicar artificialmente a competitividade de bens e serviços;
3. Uma tarifa externa comum, que incentivaria a competitividade externa dos Estados e promoveria economias de escala eficientes;
4. Constituição de um Regime Geral de Origem, um Sistema de Solução de Controvérsias e Cláusulas de Salvaguardas;
5. O estabelecimento de listas de exceções ao programa de liberação comercial para os produtos sensíveis, as quais seriam reduzidas anualmente em 20%, até 31/12/94, com tratamento diferenciado para o Paraguai e o Uruguai.

(Divisão do Mercado Comum do Sul do MRE)

Quadro 2.2

Lista das Decisões Aprovadas no Segundo Encontro do CMC

01/92	Cronograma de Las Leñas	A Decisão não ensejou a adoção de medidas legais visando a sua internalização no Brasil.
02/92	Cronograma de Medidas Adicionais.	A Decisão não ensejou a adoção de medidas legais visando a sua internalização no Brasil.
03/92	Aprova o "Procedimento de Queixas e Consultas sobre Práticas Desleais de Comércio". O referido instrumento foi aplicado durante o período de transição.	A Decisão não ensejou a adoção de medidas legais visando a sua internalização no Brasil.
04/92	Aceitação de Valores e Tolerância dos Conteúdos de Produtos Industriais Pre-medidos.	Portaria nº 74/95 do INMETRO, publicada no DOU de 21/7/95
05/92	Aprovação do "Protocolo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa".	Decreto Legislativo nº 55, de 19/4/95.
06/92	Ratificação da "Convenção Interamericana sobre Restituição Internacional de Menores".	Decreto Legislativo 3/94 (DOU de 7/2/94).
07/92	Aprovação do "Plano Trienal de Educação" no Contexto do MERCOSUL.	A Decisão não ensejou a adoção de medidas legais visando a sua internalização no Brasil.
08/92	Medidas para Evitar o Emprego Não-registrado.	A legislação brasileira (Decreto-Lei 5.452, de 01/05/43 e Lei 4.923/45) contém dispositivos
09/92	Instrução aos Órgãos Competentes Visando à Adoção de Medidas para Implementar Controles Integrados de Fronteiras.	A Decisão não ensejou a adoção de medidas legais destinadas a sua internalização no Brasil.
10/92	Adoção de Critérios Comuns nas Negociações com outros Países da ALADI.	A Decisão não ensejou a adoção de medidas legais destinadas a sua internalização no Brasil.

Fonte: Ministério das Relações Exteriores

Quadro 2.3
6a. Reunião do CMC- Buenos Aires, 4 e 5 de agosto de 1994

01/94	Aprova o Protocolo de Buenos Aires sobre Jurisdição Internacional em Matéria Contratual.	
02/94	Aprova o Acordo sobre transporte de produtos perigosos no MERCOSUL.	Protocolizado na ALADI.
03/94	Registra a lista de restrições não-tarifárias às importações e exportações, que deverão ter seu processo de eliminação ou harmonização até 31.12.94.	A Decisão não ensejou a adoção de medidas legais visando a sua internalização no Brasil.
04/94	Aprova o Protocolo de Integração educativa e Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos de Nível Primário e Médio Não-Técnico.	Decreto Legislativo nº 101, de 3/7/95.
05/94	Estipula que os Estados Partes poderão apresentar uma lista reduzida de produtos que requeiram, com pleno efeito a partir de 1º de janeiro de 1995, um mecanismo de tratamento arancelário para o comércio intra-MERCOSUL que se denominará "Regime de Adesão".	
06/94	Aprova o Regulamento correspondente ao Regime de Origem do MERCOSUL A Portaria Interministerial nº 630, de 31 de agosto de 1994, cria a Comissão de Origem do MERCOSUL, encarregada de zelar pela aplicação das regras de origem.	
07/94	Aprova o "Projeto de Tarifa Externa Comum do MERCOSUL	A Decisão não ensejou a adoção de medidas legais visando a sua internalização no Brasil.
08/94	Estabelece que as Zonas Francas poderão internar seus produtos no território do MERCOSUL mediante o pagamento integral da TEC.	Protocolizado na ALADI.
09/94	O Decreto de 15 de setembro de 1994, Cria a Comissão de Comércio do MERCOSUL, órgão de natureza intergovernamental, que funcionará a partir de outubro do corrente ano, incumbida de velar pela aplicação dos instrumentos comuns de política comercial.	
10/94	Determina que os Estados Partes se comprometam a aplicar incentivos às exportações que respeitem as disposições resultantes dos compromissos assumidos no âmbito do GATT.	Protocolizado na ALADI.
11/94	Aprova o Protocolo sobre Promoção Recíproca de Investimentos Provenientes de Estados Não-Partes do MERCOSUL. Assegura aos investidores dessa origem condições não menos favoráveis que as estabelecidas para os investidores dos países do MERCOSUL	

Fonte: Ministério das Relações Exteriores

Quadro 2.4

Decisões Aprovadas na VII Reunião do CMC - Ouro Preto, 16 e 17 de dezembro de 1994

12/94	Adota, para os órgãos reguladores e de fiscalização dos Estados Partes do MERCOSUL, os <i>Princípios de "Supervisão Bancária Global Consolidada"</i> .	
13/94	Harmoniza, no âmbito do MERCOSUL, o conteúdo e as características dos relatórios contábeis trimestrais e anuais (informações para o Mercado de Valores) que as empresas sediadas nos Estados Partes devem divulgar.	
14/94	Acrescenta ao texto do "Acordo de Transporte de Produtos Perigosos", aprovado pela Decisão 2/94 do CMC, em agosto de 1994, artigo sobre mecanismo de atualização do mencionado instrumento. Protocolizado na ALADI.	
15/94	Aprova o "Acordo sobre Transporte Multimodal no MERCOSUL", que estabelece regras para operações envolvendo diversas modalidades de transporte em uma única operação comercial.	Decreto 1563, de 19 de julho de 1995 (DOU de 20 de julho de 1995).
16/94	Aprova a "Norma de Aplicação sobre Despacho Aduaneiro de Mercadorias no MERCOSUL".	
17/94	Aprova a "Norma de Aplicação sobre Valoração Aduaneira de Mercadorias".	
18/94	Aprova a "Norma de Aplicação relativa ao Regime de Bagagem". Portaria nº 39, de 3 de fevereiro de 1995, do Ministério da Fazenda (DOU de 7 de fevereiro de 1995).	
19/94	Renova o mandato do Grupo Ad Hoc para o Setor Açucareiro com o objetivo de que o mesmo defina regime de adequação, até 2001, do setor açucareiro do MERCOSUL ao funcionamento da União Aduaneira, no contexto da aplicação da TEC e do livre comércio int	
20/94	Instrui a Comissão de Comércio do MERCOSUL (CCM) a criar comitê técnico destinado a identificar as medidas, no âmbito de políticas públicas, capazes de distorcer as condições de competitividade intra-MERCOSUL.	A Decisão não ensejou a adoção de medidas legais visando a sua internalização no Brasil.
21/94	Aprova as pautas básicas sobre defesa da concorrência no MERCOSUL.	A Decisão não ensejou a adoção de medidas legais visando a sua internalização no Brasil.

Fonte MRE, Brasil

Quadro 2.4

Decisões Aprovadas na VII Reunião do CMC - Ouro Preto, 16 e 17 de dezembro de 1994

22/94	Aprova a "Tarifa Externa Comum (TEC)" para a totalidade das pautas tarifárias, assim como, as listas de exceções.	Decreto 1343, de 23 de dezembro de 1994 (Suplemento do DOU nº 244, de 26 de dezembro de 1994).
23/94	Determina os requisitos específicos de origem (Regime de Origem). Decreto nº 1568, de 21/7/95, (DOU de 24/7/95).	
24/94	Aprova as listas de produtos sujeitos ao "Regime de Adequação".	Minuta de Decreto na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.
25/94	Estabelece o "Código Aduaneiro do MERCOSUL".	Encaminhada ao Congresso Nacional mediante a Mensagem nº 168/95.
26/94	Aprova a "Norma de tramitação de decisões, critérios e opiniões de caráter geral sobre classificação tarifária de mercadorias".	
27/94	Aprova o Protocolo de Medidas Cautelares.	Encaminhada ao Congresso Nacional mediante a Mensagem nº 324/95.
28/94	Define que os Tribunais Ad Hoc, previstos pelo Protocolo de Brasília sobre Solução de Controvérsias, terão sede na cidade de Assunção.	A Decisão não ensejou a adoção de medidas legais visando a sua internalização no Brasil.
29/94	Cria Comitê Técnico para definir, até dezembro de 1997, o regime comum para o setor automotriz do MERCOSUL, que vigorará a partir de janeiro de 2000.	A Decisão não ensejou a adoção de medidas legais visando a sua internalização no Brasil.

Quadro 2.5
Estrutura Institucional Básica

Reuniões de Ministros
1. Reunião de Ministros da Economia e Presidentes dos Bancos Centrais 2. Reunião de Ministros da Justiça 3. Reunião de Ministros da Educação 4. Reunião de Ministros da Cultura 5. Reunião de Ministros da Saúde 6. Reunião de Ministros da Agricultura 7. Reunião de Ministros do Trabalho 8. Reunião de Ministros da Ciência e Tecnologia
Subgrupos de Trabalho
SGT-1 Comunicações SGT-2 Mineração SGT-3 Regulamentos Técnicos SGT-4 Assuntos Financeiros SGT-5 Transportes e Infra-estrutura SGT-6 Meio Ambiente SGT-7 Indústria SGT-8 Agricultura SGT-9 Energia SGT-10 Assuntos Trabalhistas, Emprego e Seguridade Social
Reuniões Especializadas
Reunião Especializada de Turismo Reunião Especializada de Ciência e Tecnologia
Grupos Ad Hoc
Grupo Ad Hoc sobre Aspectos Institucionais Grupo Ad Hoc Mercosul-OMC Grupo Ad Hoc Mercosul-ALADI Grupo Ad Hoc sobre Serviços Grupo Ad Hoc do Setor Açucareiro Comitê de Cooperação Técnica do MERCOSUL

Quadro 3.1
Cronograma de Las Leñas para o SGT-07

1. Levantamento das seguintes informações.....	DEZ/1992
Leis de Propriedade Intelectual	
Leis de Transferência de Tecnologia	
Modalidades de Apoio Intelectual vinculados ao sistema tecnológico/produtivo	
Sistemas e Redes de Informação Sobre Tecnologia e Interconexão dos mesmos	
Fundos, Projetos e Acordos Internacionais	
Laboratórios e centros de investigação que prestem serviços às empresas	
2. Análise das assimetrias.....	MAI/92
3. Discussão para Elaboração da legislação Nacional e Estadual.....	SET/93
4. Avaliação da proposta em cada país.....	NOV/93
5. Discussão do tema.....	MAR/94
6. Elaboração de documento final.....	MAI/94
7. Encaminhamento ao GMC para consideração e instrumentação.....	JUN/94

Quadro 3.2
Atividades Definidas em Las Leñas para a REC&T

Atividade	Data
1. Levantamento de informações	05/1993
2. Elaboração da estratégia de cooperação/integração	07/1993
3. Análise das assimetrias e obstáculos normativos	12/1993
4. Identificação dos primeiros projetos de cooperação	12/1993
5. Identificação das fontes de financiamento	03/1994
6. Apresentação dos projetos	03/1994
7. Elaboração de propostas quanto ao item 3	03/1994
8. Apresentação das propostas ao GMC para sua consideração	07/1994
9. Definição e estruturação dos sistemas de informações	07/1994
10. Interconexão de redes de computadores para C&T	07/1994

Referências Bibliográficas

Documentos Oficiais

- Acordo de Alcance Parcial de Renegociação das Preferências Outorgadas no Período 1962/1980 (Acordo N.º 01).
- Acordo de Complementação Econômica N.º 14 (14 de dezembro de 1990).
- Ata de Buenos Aires de 06/06/1990 (Anexos I e II)
- Atas das Reuniões do Conselho do Mercado Comum do SUL (1991 à 1995)
- Atas das Reuniões do Grupo do Mercado Comum do SUL (1991 à 1995)
- Atas das Reuniões dos Ministros da Educação do MERCOSUL
- Acta para la Integración Argentino-Brasileira (julho/1986). Boletim de Diplomacia Econômica n. 16/17, nov93-fev94, p.p. 21. Grupo de Estudos Técnicos da Sub-secretaria Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio exterior do Ministério das Relações Exteriores
- Atas das Reuniões Especializadas em Ciência e Tecnologia, Ns. 01 à 12.
- Programa de Integração e Cooperação econômica entre a república Federativa do Brasil e a República Argentina. Relatório da Comissão de Execução do Programa de 10/12/86
- Regimento Interno do Grupo do Mercado Comum, 1991.
- Reunión de Ministro de Ciencia y Tecnologia del Mercosul Buenos Aires, 26/04/95

- Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento (1988). Boletim de Diplomacia Econômica, n.16/17, MRE, Subsec. Geral de Assuntos de Comex. Grupo de Estudos Técnicos, nov1993/fev1994.
- Tratado para a Constituição de um Mercado Comum entre a República Federativa do Brasil, a República Argentina, a República do Paraguai e a República do Uruguai (1991). **Boletim de Diplomacia Econômica**, n.16/17, MRE, Subsec. Geral de Assuntos de Comércio Exterior. Grupo de Estudos Técnicos, nov1993/fev1994.
- Mercosul: Informações gerais e Desenvolvimentos recentes. Divisão do mercado comum do MRE.

Artigos e Publicações

BATISTA JÚNIOR, PAULO NOGUEIRA

O Plano Real a Luz da Experiência Mexicana e Argentina. **Revista de Estudos Avançados** São Paulo, Universidade de São Paulo, No. 28, 1996.

CARVALHO, M.

A integração Econômica Brasil - Argentina: os termos do desejável e os limites do possível. São Paulo Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo , Dissertação de Mestrado 1993

CAVAGNARI FILHO, GERALDO L.

Brasil e Argentina: autonomia estratégica e cooperação militar. In: "ARGENTINA-BRASIL: PERSPECTIVAS COMPARATIVAS E EIXOS DE INTEGRAÇÃO" MRE e Culto de Argentina, org. FLACSO, Buenos Aires 19-21/10/88.

CHUDONOVSKY, D./ LÓPEZ, A.

Política Tecnológica en la Argentina: Hay algo más que *Laissez Faire* ? **Redes**. Argentina, No 6, Vol. III, Maio de 1996. pp. 33-75

CRUZ, PAULO DAVIDOFF

Dívida Externa e Política Econômica; a experiência brasileira nos anos setenta. Campinas, Instituto de Economia , UNICAMP - 1984.(Tese de Doutorado)

DAGNINO, R.; THOMAS H.; DAVYT A.

El pensamiento en ciencia e tecnología y sociedad en Latinoamérica: una interpretación política de su trayectoria. **Redes** vol. III, No. 7, pp. 13 - 51. 1996.

HIRST, MONICA.

El Mercosur y las circunstancias para su integración, **Revista de la Cepal** n. 46. Chile, Abril de 1992.

HIRST, MONICA.

Continuidad y Cambio del Programa de Integración Argentina-Brasil. **Série de Documentos e Informes de Investigación**. Facultad Latino-americana de Ciencias Sociales. Buenos Aires, diciembre 1990.

KATZ, J.

Importación de Tecnología y Desarrollo Dependiente. In: Davies, R. Ffrench (ed.), Intercambio y Desarrollo, El Trimestre Económico - Fondo de Cultura Económica, México, Lecturas, , No. 38, vol. 2, pp. 193 - 213, 1981.

MERCANTIL, GAZETA.

Banco de Datos sobre o Mercosul. São Paulo, 1991-1996

NETO, FRANCISCO THOMPSON FLORES.

Integração e Cooperação Brasil-Argentina. **Série Política Internacional**. Brasil, Universidade de São Paulo, no. 3, junho de 1991.

SIQUEIRA, PAULO CÉSAR.

Cooperação Brasil/Argentina: perspectivas de Integração no campo das novas tecnologias. Brasil, Universidade de Brasília Depto. de Ciências Políticas e Relações Internacionais, outubro de 1991. Tese de Mestrado.

STWART, F.

Technology and Underdevelopment. London, MacMillan Press, 1978.

VAITSOS, C.

"La función de las patentes en los países en desarrollo" **Serie Lecturas**, México n 38, vol. 2, PP 238-267, 1981.

WAISS BLUTH, MÁRIO/ TESTART, EDUARDO/ BUITELAAR, RUDOLF.

Cien Empresas Innovadoras en Iberoamérica. Subprograma de Gestión de la Investigación y el Desarrollo Tecnológico. Chile, Universidade de Valparaíso, 1992.

Bibliografia

Documentos oficiais

- Acordo de Alcance Parcial de Complementação Econômica (10/12/86).
- Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina (17 de maio de 1980).
- Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para o uso exclusivamente pacífico da energia nuclear.
- Ata da Reunião de Ministros da Ciência e Tecnologia do MERCOSUL
- Ata de Amizade Brasileiro-Argentina: Democracia, Paz e Desenvolvimento (10/12/86)

- Ata para Integração Brasileiro-Argentina
- Atas das Reuniões de Ministros da Economia e Presidentes dos Bancos Centrais do MERCOSUL
- Atas das Reuniões do Grupo Ad Hoc sobre Aspectos Institucionais
- Declaração de Iguaçu (30/11/85)
- Projeto Conjunto em C&T. Reunião especializada de Ciência e Tecnologia: Alterações feitas na VII REC&T
- Protocolo de Brasília para a solução de controvérsias: Decreto 01/1991 do CMC.
- Protocolo de Ouro Preto: protocolo adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do Mercosul. Ouro Preto 17/12/1994.
- Protocolos de 1 a 12 (1986): Programa de Integração econômica Brasil Argentina. Divisão de Atos Institucionais do MRE
- Tratado para o Estabelecimento do Estatuto das Empresas Binacionais Brasileiro-Argentinas (Ata de Buenos Aires 1990). BDE, n.16/17, MRE, Subsec. Geral de Assuntos de Comércio Exterior. Grupo de Estudos Técnicos, nov1993/fev1994.

Artigos e Publicações

AHUMADA, HILDEGART / SANGUINETTI P.

Apertura económica, aumento de las exportaciones y crecimiento económico in el contexto argentino. Argentina, Grupo Editor Latinoamericano, Buenos Aires, Colección Estudios Políticos y Sociales, 1995

ALBUQUERQUE, J.A. GUILHON

Mercosul: integração regional pós-guerra fria. **Revista de Política Externa**. Brasil, vol.1, n.2 setembro de 1992.

ALMEIDA, PAULO ROBERTO DE

Mercosul no contexto regional e internacional. **Revista de Política Externa**. Brasil, vol.2, n.2, setembro de 1993.

ALVAREZ, GALDYS L./SACCONE, MARÍA A.

El Mercosul: una perspectiva desde Argentina. In: CONSELHO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS Mercosul: Desafios a vencer, Brasil, 1994.

AMARAL JÚNIOR, ALBERTO DO

Mercosul: questões políticas e institucionais. In: CONSELHO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, Mercosul: Desafios a vencer. Brasil, julho 1994.

AMORIM, CELSO NUNES

Mercado Comum do Sul e o Contexto Hemisférico. **Série Política Internacional**, São Paulo n4, USP, junho de 1991.

ARAÚJO JR., JOSÉ TAVARES DE

Os fundamentos econômicos do programa de integração Argentina-Brasil. In: "LA ECONOMÍA MUNDIAL Y EL DESARROLLO LATINOAMERICANO, PROBLEMAS Y PERSPECTIVAS." Caracas, 4-8/5/1987.

BARBOSA, RUBENS ANTÔNIO

A integração regional e o Mercosul. **Revista de Política Externa**. Brasil, vol.1, n.2 set/1992.

BATISTA, PAULO N.

Mercosul e os interesses do Brasil. **Revista Estudos Avançados** Brasil, n.21, 1994.

BAUMANN, RENATO

Integración y Desviación de Comercio. **Revista dela CEPAL**. Chile, n.51, dez1993.

Boletim de Integração Econômica

CEE Edição Especial Sobre a Integração Européia. Grupo de Estudos Técnicos, BIE n.14 de fevereiro de 1993. MRE/SGIE.

Boletim de integração Latino-Americana

Ciência e Tecnologia no Mercosul. Brasil, Divisão de Ciência e Tecnologia do MRE. n., 14 julho-agosto-setembro de 1994.

BOUZAS, ROBERTO

Integración económica e inversión extranjera: la experiencia reciente de la Argentina y Brasil. In: ORG. FILIPE A.M. DE LA BALZE. ASOCIACIÓN DE BANCOS DE LA REPUBLICA ARGENTINA. Argentina y Brasil enfrentando el siglo XXI. Argentina, 1995.

BRADFORD JR., COLIN I.

Integração regional e desenvolvimento num contexto democrático. **Revista de Política Externa**. Brasil, vol.1, n.2 set/1992.

CASELLA, PAULO BORBA

A integração econômica e seu tratamento constitucional. In: CONSELHO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS Mercosul: desafios a vencer. Brasil, 1994.

CASTRO, JORGE

Diferentes posições no sistema internacional. Brasil, Argentina e EUA: um triângulo iniludível. **Revista de Política Externa**. Brasil, vol. 3, n.4, março de 1995.

CENTRO DE INVESTIGACIONES SOCIALES SOBRE EL ESTADO Y LA ADMINISTRACIÓN

Evolución reciente de la integración Argentina-Brasil... Buenos Aires: Fundación Friedrich Ebert , fev91.

CHUDNOVSKY, DANIEL/PORTA, FERNANDO

Antes y Después de la Unión Adanera del Mercosur, prioridades de política. Más Allá de la Estabilidad: Argentina en la época de la Globalización y la Regionalización. Argentina, org. Pablo Bustos, Fundación Friedrich Ebert, 1994.

CHUDNOVSKY, DANIEL/ LÓPEZ, ANDRES/ PORTA, FERNANDO

Mas alla del flujo de caja. El boom de la inversión extranjera directa en la Argentina. Revista Desarrollo Económico de Ciencias Sociales, abr/jun1995, vol. 35, n.137.

CISEA

Evolución reciente de la integración Argentina-Brasil. Argentina , Fundación Friedrich Ebert 1991.

CONSEJO LATINOAMERICANO

La Integración de Argentina, Brasil y la Participación del Uruguay. In: XIII REUNIÓN DEL CONSEJO LATINOAMERICANO, SP/CL/XIII/. Caracas, 17-18/09/1987

CORRÊA, CARLOS M.

Cooperación científico-tecnológica en el Mercosur, **Boletim de Integração latino-americana**, No.11, Brasil outubro-novembro-dezembro 1993, pp. 23 - 31.

CORREIA, C. M.

"Propriedad intelectual, innovación tecnológica y comercio internacional" **Revista de Comercio Exterior**, vol. 39, n. 12, Brasil, dez. 1989, PP 159-182.

DAGNINO, R.

Integración Latinoamericana: puntos para discusión. **Cadernos IG/UNICAMP**, Campinas v. 2, No. 01, 1992, pp. 38 - 53.

DAGNINO, R.; THOMAS H.

Os caminhos da Política Científica e Tecnológica Latino-Americana e a Comunidade de Pesquisa: ética corporativa ou ética social? In: CONFERÊNCIA CIENTÍFICA DA VII

CÚPULA IBERO-AMERICANA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO, 8 a 10 de outubro de 1997, Caraballeda, Venezuela.

DI FILLIPO, ARMANDO

Transnacionalización e integración productiva en América Latina. **Revista de la CEPAL**, Chile, n.57, diciembre 1995, pp. 133 - 147.

DOSI, G. ET ALII.

The Economics of Technical Change and International Trade, Londres , Harvester Wheatsheaf, 1990.

ERBER, FÁBIO.

Mudanças estruturais e política industrial. Relatório Interno do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada No. 05/92, Brasília, agosto de 1992.

FAJNZYLBER, FERNANDO.

“Oligopólios, empresas transnacionales y estilos de desarrollo” **Serie Lecturas** México, n. 38, vol 2, pp162-192.(1981)

FAJNZYLBER, FERNANDO

Inserción internacional e innovación institucional. **Revista de la CEPAL** Chile, n. 44, agosto de 1991.

FAJNZYLBER, FERNANDO.

“United States and Japan as Models of Industrialization” In: G. GEREFFI AND D. WYMAN (eds.) **Manufacturing Miracles, Paths of Industrialization in Latin America and East Asia**, Princeton, N.J, Princeton University Press, 1991.

FAJNZYLBER, FERNANDO

Educación y transformación productiva con equidad. **Revista dela CEPAL**, Chile, n. 47, agosto de 1992.

FALETTTO, ENZO

Imágenes Sociales de la Transformación Tecnológica. **Revista de la CEPAL**, Chile, n.45, dicimbre de 1991.

FASULINO, EDUARDO J.

Los problemas de la competencia entre la Argentina y Brasil. Argentina y Brasil enfrentando el siglo XXI, Argentina, org. Filipe A.M. de la Balze. Asociación de Bancos de la Republica Argentina, 1995.

FERRER, ALDO

Mercosul: trayectoria, situacion actual y perspectivas. **Revista Desarrollo Económico de Ciencias Sociais**, Argentina, vol. 35, n.140. 01-03/1996

FIGUEIREDO, PAULO C.N. DE.

A Dimensão Interorganizacional e o Efeito Rede na Construção do MERCOSUL. **Cadernos EBAP** Brasil, n.63, FGV, abril de 1993.

FONSECA JÚNIOR, GELSON.

Notas Sobre os Processos de Integração e a Ordem Internacional. In: CONSELHO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS Mercosul: Desafios a vencer. Brasil, 1994.

FONSECA, J.R. FRANCO

Mercosul: estrutura institucional e sistema de solução de controvérsias. In: CONSELHO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Mercosul: desafios a vencer. Brasil, 1994.

FUNDAÇÃO CENTRO DE ESTUDOS DO COMÉRCIO EXTERIOR

Programa de Integração Argentina-Brasil: concepção original e ajustes recentes. Texto para discussão n. 44. Brasil, Fundação Banco do Brasil.

FURTADO, CELSO.

Mito do desenvolvimento econômico. Civilização Brasileira. São Paulo, 1972.

GANÁ, EDUARDO.

La dinámica y los nuevos estilos de la integración económica en América Latina y en Europa. Los nuevos Estilos de la Integración Económica, **Pensamiento Ibero-americano - Revista de Economía Política**. Madrid, .n.26 , julho-dezembro de 1994.

GIACCONE, CLAUDIA A.

Cooperación Estratégico-Militar en el Mercosul. In: CONSELHO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS Mercosul: desafios a vencer. Brasil, 1994.

GINESTA, JACQUES

La inserción Internacional y Regional del Mercosul: enfoque político. In: CONSELHO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Mercosul: desafios a vencer. Brasil, 1994.

HERRERA, AMILCAR O.

Los determinantes sociales de la política científica en América Latina: política científica explícita e política científica implícita. Sabato, Jorge, *El pensamiento latinoamericano en la problemática ciencia - tecnología - desarrollo - dependencia*, Buens Aires, Paidós. 1975

HIRST, MONICA.

A dimensão política do Mercosul: especificidades nacionais, aspectos institucionais e atores sociais, **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, n.39 Brasil, abril-maio-junho de 1994.

HIRST,M./BEZCHINSKY,G./CASTELLANA,F.

A reação do Empresariado Argentino Diante da Formação do Mercosul. **Texto para Discussão do Instituto de Pesquisa Econômica** n.337. Brasil, 1994.

IPEA

Análise das tendências de competitividade: mercado brasileiro e argentino. Brasil, Pesquisa MERCOSUL: base de dados da integração agrícola e agro-industrial, 1993.

IPEA

Argentina y Brasil enfrentando el siglo XXI. Argentina ,org. Filipe A.M. de la Balze. Asociación de Bancos de la Republica, 1995.

KATZ, J.

Importación de tecnología, apredizaje local y industrialización dependiente. México: Fondo de Cultura Economica, 1976. Cap. 3, pp 57.

KOSACOFF, BERNARDO

La industria argentina, un proceso de reestructuración desarticulada. In: ORG. PABLO BUSTOS. **Más Allá de la Estabilidad. Argentina en la época de la Globalización y la Regionalización.** Argentina, Fundación Friedrich Ebert, pp. 93 - 128, 1993.

KRIEGER,M.J./ORIETA,R./CARIGNANO,R/ZANA

Interesses Políticos y Geopolíticos Divergentes con Influencias en un Nuevo Cuadro estrategico Argentino-Brasileño. Buenos Aires, Fundación de Estudios Contemporaneos.

LAFER, CELSO

Sentido estratégico do Mercosul. In: CONSELHO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS Mercosul: desafios a vencer. Brasil, 1994.

MAHBUBANI, KISHORE (1992) Desenvolvimento econômico do extremo oriente: a maré montante. **Revista de Política Externa.** Brasil, vol.1, n.2 set/1992.

MANSOOR, ALI AND ANDRAS INOTAI

"Integration Efforts in Sub Saharan Africa: Failures, Results and Prospects - A Suggested Strategy for Achieving Efficient Integration." In: AFRICAN ECONOMIC ISSUES CONFERENCE, 5-7 junho, 1990, Nairobi.

MASSOT, VICENTE GONZALO

Del equilibrio de enemistades a la cooperación bilateral. In: ORG. FILIPE A.M. DE LA BALZE. ASOCIACIÓN DE BANCOS DE LA REPUBLICA ARGENTINA Argentina y Brasil enfrentando el siglo XXI. Argentina, 1995.

MEDEIROS, JOSÉ ARTUR DENOT

A Construção do Mercosul: Estágio atual e perspectivas. **Boletim Diplomacia Econômica** Brasil, n.19, MRE/SGIE/GETEC, 1995

MIALHE, JORGE LUÍS

Integração do Cone Sul: aspectos de direito internacional. Brasil, NEE da UNICAMP, 25 /05/1992.

MOROSINI, MARÍLIA COSTA (ORG.)

Universidade no MERCOSUL: condicionantes e desafios. Brasil, Ed. Cortez, apoio CNPq e FAPERGS, 1994.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES /SGIE /GETEC

Boletim de Integração Latino-Americana n.o 16jan-abr/95, pp133

MYTELKA, L.

"Regional Co-operation and the New Logic of International competition" in MYTELKA, L South-South: Co-operation in a Global Perspective. Paris, Development Centre Documents, OCDE, 1994.

NOCHTEFF, HUGO

Patrones de crecimiento y políticas tecnológicas en el siglo XX. **Revista Ciclos.** Buenos Aires año IV, vol IV, n.6, 1º. sem de1994.

OHLIN, GÖRAN

Sistema multilateral de comércio e a formação de blocos. **REVISTA DE POLÍTICA EXTERNA**. Brasil, vol.1, n.2, set/1992.

OLIVEIRA, AMAURY BANHOS PORTO DE

Mesa Redonda: O Brasil e o Sistema de Inovação Diante do Século XXI. Brasil, IEA/USP 25/11/1991.

OLIVEIRA, ELIEZER RIZZO DE

Significados do Mercosul. In: Seminário Internacional sobre Realidades e Perspectivas Do Mercosul, Facultad de Ciencias Sociales y Económicas Buenos Aires, 27-28 de outubro de 1992.

OPTIZ, MARIA C.

As relações externas da CEE e a aplicação extraterritorial do direito comunitário. In: **CONSELHO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS** Mercosul: desafios a vencer. Brasil, julho de 1994.

PAUL, TRÂN VAN-THINH

Rumo à união econômica e monetária européia. **Revista de Política Externa**. Brasil, vol.1, n.2 set/1992.

PEÑA, FÉLIX

Pré-requisitos políticos e econômicos da integração. **Revista de Política Externa**. Brasil, vol.1, n.2 set/1992.

PEÑA, FÉLIX

Mercosul e suas Perspectivas: uma opção pela inserção competitiva na economia mundial. In: **AS PERSPECTIVAS DOS PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO SUB-REGIONAL NA AMÉRICA LATINA E AMÉRICA DO SUL**. Bruxelas, 1-5 de novembro de 1991.

PEREIRA, LIA VALLS

Tratado de Assunção: resultados e perspectivas. In: BRANDÃO, ANTÔNIO SALAZAR P. (org.). Mercosul: perspectivas da integração. Brasil, FGV, 1996.

PORTA, FERNANDO

"El Acuerdo de Integración Argentino-Brasileño en el sector de bienes de capital: características y evolución reciente". In: FLACSO. "Argentina-Brasil: Perspectivas comparativas y ejes de integración". Argentina, 19-21/10/1988.

RAMOS, RUI M.

Maastricht e os Direitos do Cidadão Europeu. In: CONSELHO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Mercosul: desafios a vencer. Brasil, 1994.

ROSENTHAL, GERT

El Regionalismo Abierto en la CEPAL, pp. 49. Los nuevos Estilos de la Integración Económica, **Pensamiento Ibero-americano - Revista de Economía Política**. Madrid, Fundación Centro Español de Estudios de América Latina, n. 26 julho-dezembro de 1994.

RUBIO, GUILLERMO PERRY

Integración Latinoamericana: de la crisis a la madurez? In: Seminário ITAL: "Enfoques estratégicos para la integración de América Latina". **Revista de integração Latinoamericana** Buenos Aires , n.148, 17-19/04/1989

SAIN, MARCELO FABIÁN

Cooperación y modernización militar: nuevas condiciones geopolíticas e integración subregional en el Cono Sur. Brasil, NEE da UNICAMP, dezembro de 1991.

SALGADO, GERMÁNICO

Integración: nuevos desafíos y Alternativas. Brasil, UNESCO, 1987. Capítulo .II, pp. 136-214.

SCHVARZER, JORGE

Expansión, maduración de las ramas básicas de procesos en la industria Argentina (una mirada expost desde la economía política). **Revista Desarrollo Económico de Ciencias Sociais**. Buenos Aires, vol. 33, n.131, 10-12/1993

SEITENFUS, RICARDO

Considerações sobre o MERCOSUL **Revista Estudos Avançados** São Paulo, vol. 06, n.16 setembro/ dezembro de 1992.

VACA, EDUARDO PEDRO

Integración Latinoamericana: desafío para un proyecto de liberación. In: Seminário internacional - "Argentina-Brasil: Perspectivas Comparativas y Ejes de Integración", Buenos Aires, out./1988.

VASCONCELOS, ÁLVARO DE

Parceiros Naturais: Europa - América Latina. In: CONSELHO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Mercosul: desafios a vencer. Brasil, 1994.

VEGAS, JORGE /H. HERRERA

Las políticas exteriores de la Argentina y de Brasil: divergências y convergencias. In: ORG. FILIPE A.M. DE LA BALZE. ASOCIACIÓN DE BANCOS DE LA REPUBLICA ARGENTINA Argentina y Brasil enfrentando el siglo XXI. Argentina, 1995.

VILAÇA, JOSÉ L. DA CRUZ

contencioso comunitário. Competência do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Primeira Instância das Comunidades Europeias. In: CONSELHO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Mercosul: desafios a vencer. Brasil, 1994.